

*Boletim
GeoÁfrica*

Vol. 2. Número 5
Janeiro-Março 2023



Dossiê
Cidades e Urbanização na
África subsaariana e em
Moçambique



5



SOBRE A REVISTA

O *Boletim GeoÁfrica* é uma publicação trimestral, em formato digital, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ligada ao Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana (GeoÁfrica). O *Boletim* publica contribuições científicas (de todas as áreas do conhecimento) em português, inglês, francês e espanhol revisadas por pares e agrupadas em dossiês temáticos, assim como entrevistas com especialistas, divulgação de teses e dissertações recentemente defendidas, e resenhas de livros recém-publicados. Abre, também, a possibilidade de publicação de textos de cunho mais jornalístico, assim como comentários livres sobre imagens, exposição de fotografias artísticas, receitas culinárias, escritos literários, desenhos e ilustrações, resenhas e recursos musicais e audiovisuais. As contribuições almejam todas divulgar conhecimento e notícias sobre realidades contemporâneas da África subsaariana.



Contato

GeoÁfrica/Programa de Pós-Graduação em Geografia - Sala I 28
Instituto de Geociências
Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Av. Athos da Silveira Ramos nº274
Cidade Universitária, Ilha do Fundão
CEP 21941-916



Editor Chefe

Frédéric Monié – UFRJ - Brasil

Comissão editorial

Antonio Gomes de Jesus Neto – USP - Brasil
Hagira Naide Gelo Machute – UPM – Moçambique
José Júlio Júnior Guambe – UPM – Moçambique
Luana Alves Lessa – UFRJ – Brasil
Mussá Abdul Remane – UPM – Moçambique
Nelson Cortes Pacheco Junior – UNICAMP – Brasil

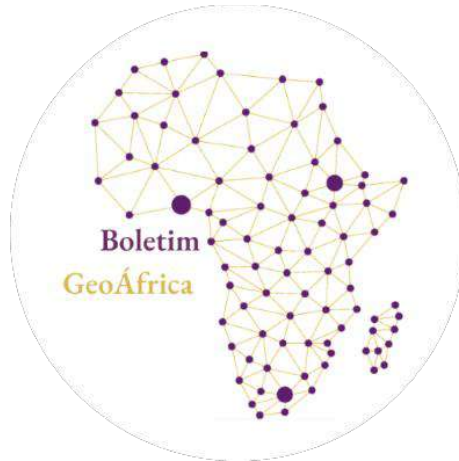
Conselho Consultivo

Alice Freia (Universidade Rovuma, Moçambique)
Albino Eusebio (Universidade Licungo, Beira, Moçambique)
Aziz Abdul Sodoré (Université Joseph Ki-Zerbo, Ouagadougou, Burkina Fasso)
Catia Antonia da Silva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)
Colin Darch (University of Cape Town, South Africa)
Damião Ginga (Academia Diplomática Venâncio de Moura, Luanda, Angola)
Elmer Agostinho C. de Matos (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)
Gilberto Oliveira (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Gustavo Sobrinho Dgedge (Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique)
Inês Macamo Raimundo (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)
Joaquim Miranda Maloa (Universidade Rovuma, Moçambique)
José Julião da Silva (Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique)
João Lima (Universidade Licungo, Moçambique)
Lamine Savané (Université de Ségou, Mali)

Liazzat Bonate (University of the West Indies, St. Augustine, Trinidad and Tobago)
Mônica Arroyo (Universidade de São Paulo, Brasil)
Mônica Lima (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Nazir Can (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Raimundo Mulhaise (Universidade de Licungo, Moçambique)
Ringo Benjamin Victor (Universidade Púnguè, Tete, Moçambique)
Rogers Hansine (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)
Rosemberg Ferracini (Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba)
Rui Jacinto (Universidade de Coimbra, Portugal)
Stéphanie Lima (Université Toulouse 2 Jean Jaurès, France)
Tatiana Reis (Universidade Estadual do Maranhão, Brasil)
Vanito Viriato Marcelino Frei (Universidade Rovuma, Moçambique)
Vivian Santos da Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Comitê Científico Júnior

Emanuel Rungo (Universidade Pedagógica, Maputo)
Gabrielle Moura (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Maíra Ludwig (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Mariana de Oliveira Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro)



Volume 2, Número 5, jan - março de 2023

Capa desta edição
Frédéric Monié

Fotografia da capa

Vista parcial da área central de Maputo. Autoria: Frédéric Monié

Organizadores do Dossiê
Frédéric Monié; Joaquim Maloa

Equipe técnica / Diagramação
Antonio Gomes de Jesus Neto; Frédéric Monié; Nelson Cortes Pacheco Junior

Pareceristas *Ad Hoc* desta edição
Antonio Gomes de Jesus Neto – PPGH/USP – Brasil
Frédéric Monié – UFRJ – Brasil
Hagira Naide Gelo Machute – UPM – Moçambique
Nelson Cortes Pacheco Junior – PPGGeo/UNICAMP -Brasil
Joaquim Maloa - Universidade Rovuma - Moçambique)
Vivian Santos Da Silva – UFRJ, Brasil

Boletim GeoÁfrica/Programa de Pós-graduação em Geografia,
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil –
Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África
Subsaariana - Vol.2, nº5 (2023)

Disponível online: <https://revistas.ufrj.br/index.php/bg>
Trimestral. ISSN: 2764-5851

Palavras-chave. 1. África subsaariana; 2. Moçambique; 3.
Urbanização; 4. Cidades; 5. Espaço urbano; 6. Dinâmicas urbanas



Boletim GeoÁfrica
Volume 2, Número 5, jan - março de 2023

SUMÁRIO



Editorial

Editorial. Cidades e urbanização na África subsaariana e em Moçambique: desafios e perspectivas
Frédéric Monié

Dossiê temático

Cidades e urbanização na África subsaariana e em Moçambique

Dossiê temático: Entrevistas

Um percurso de quem se interessa pelos processos de urbanização na África subsaariana nas suas dimensões conceituais e metodológicas. Entrevista de Rogers Justo Mateus Hansine
Joaquim Maloa Miranda

A problemática da segurança alimentar na África subsaariana. Entrevista de Inês Macamo Raimundo.
Frédéric Monié

Dossiê temático: Artigos

A imigração africana e os novos espaços urbanos na cidade de Maputo
Inocência Felicidade Bata Muianga; Inês Macamo Raimundo

Cidades e/ou zonas urbanas: uma análise no contexto da urbanização e qualidade de vida urbana em Moçambique
Alice Abdala Omar; Hagira Naide Gelo Machute; Carlota Raimundo Manjate; Tomás Benjamin Machili



Violência do Processo da Urbanização em Moçambique: análise da construção dos muros residências

Joaquim Maloa; Benito Manuel; José Magaço; José Joaquim Franze; Bacar Jorge; Nelson Maquil; Plácido Bento Miguel

Gentrificação em Moçambique: a produção do espaço desigual na metrópole de "Maputo" e "Beira"

Joaquim Maloa; Reginaldo Rodrigues Moreno Muacuveja; Mestranda Isabel Fernando Mapa Jamisse; Mestrando Nelson Maquil; Mestrando Xavier Estrólio Waceda

Dinâmicas do crescimento urbano e tendências de transformações da cidade de Nampula

Alice Abdala Omar; Reginaldo Rodrigues Moreno Muacuveja

Dossiê temático: GeoImagens

O "Novo Central C": expressão de uma nova centralidade? Olhares sobre uma nova paisagem urbana

Frédéric Monié

Varia

China e COVID-19 em Moçambique: solidariedade ou interesse?

Francisco Carlos da Conceição & Bénét Justina Machava

Áfricas na Pós-Graduação

Áfricas na pós-graduação. Entrevista de João Carlos Mendes Lima

Resenha

Resenha de MALOA, Mawana Wa. Urbanização Moçambicana Contemporânea: O processo da sua formação. Volume I. Mauritius: Novas Edições Académicas: 2020

Sérgio Alimo Carlos

GeoÁfrica divulga...



Boletim GeoÁfrica
Volume 2, Número 5, 2023

***EDITORIAL. CIDADES E URBANIZAÇÃO NA ÁFRICA SUBSAARIANA E
EM MOÇAMBIQUE***



Por Frédéric Monié

1

Frédéric Monié
Programa de Pós-Graduação em Geografia
(PPGG), Universidade Federal do Rio de
Janeiro (UFRJ); Coordenador do GeoÁfrica
orcid.org/0000-0002-8738-3301
Contato. fredericmonie@igeo.ufrj.br

Como citar:
MONIÉ, F. Editorial. Urbanização e dinâmicas
urbanas na África subsaariana e em Moçambique.
Boletim GeoÁfrica, v. 2, n. 5, p. 1-11, jan.-mar.
2023.



EDITORIAL. CIDADES E URBANIZAÇÃO NA ÁFRICA SUBSAARIANA E EM MOÇAMBIQUE

O Boletim GeoÁfrica consagra seu 5º número, organizado por Frédéric Monié e Joaquim Maloa, à temática *Cidades e urbanização na África subsaariana e em Moçambique*, problemática que levanta questionamentos teóricos, analíticos e empíricos considerados particularmente relevantes pelos editores da revista. Com efeito, a África subsaariana é ainda a região menos urbanizada do Mundo e cujo processo de urbanização se singulariza pelo seu caráter tardio, pela sua intensidade e pela sua complexidade. Entre 1950 e 2015, a população urbana do continente africano como um todo passou de 27 para cerca de 600 milhões de habitantes. Ou seja, aproximadamente metade da população vive hoje em centros urbanos. Apesar da precariedade das estatísticas disponíveis, podemos afirmar que a população urbana cresce, que o número de aglomerações aumenta e que o tamanho das cidades vem crescendo. No entanto, vários problemas dificultam uma apreensão muito precisa do processo de urbanização.

2

Problemas metodológicos: o que é urbano?

A análise da urbanização depara-se com a heterogeneidade das definições da população urbana. Precisa-se distinguir cidade, aglomeração e região metropolitana. A *cidade* é uma entidade político-administrativa cujo estatuto jurídico e limites populacionais e territoriais são definidos pelo Estado (HEINRIGS, 2021). Mas, cada país escolhe critérios próprios, o que dificulta as comparações internacionais. Os limites populacionais definindo a cidade oscilam, na África, entre 2.000 habitantes na Angola e 10.000 no Senegal. Em alguns países, o critério quantitativo não é considerado, em benefício do status da *urbe*: comunas do Togo, sedes de departamento no Gabão etc. Essa definição funcional pode ser relevante quando aglomerações modestas são dotadas de atributos administrativos que lhe conferem certa urbanidade e poder decisório em termos de ordenamento do território. Por sua parte, a *aglomeração* é definida com base numa abordagem mais espacial considerando a densidade da ocupação do solo calculada a partir do número de habitantes por unidade de superfície (hectare, quilometro quadrado etc.) ou pela distância máxima separando as habitações (HEINRIGS, 2021). Critérios como o número mínimo de habitantes, a população não agrícola, a existência de equipamentos de uso coletivo etc. permitem definir se



estamos em presença de uma aglomeração. A *região metropolitana* tem uma dimensão mais funcional por ser uma estrutura espacial integrada por redes e fluxos de pessoas, mercadorias e trocas imateriais. Na maioria dos casos, exerce sua centralidade sobre um conjunto de cidades de menor porte situados na sua área de influência. A África do sul é o único país africano reconhecendo essa categoria. O Gauteng, região urbana polarizada por Joanesburgo, é o melhor exemplo da relevância dessa categoria.

Problemas metodológicos: os dados

A apreensão do fenômeno da urbanização é, em primeiro lugar, dificultada pelo seu dinamismo. A população urbana cresce rapidamente nos períodos intercensitários. Em países como a Nigéria, onde os censos são realizados de maneira irregular, a avaliação quantitativa do fenômeno urbano revela-se complexa. Por outro lado, os censos populacionais são frequentemente realizados em condições precárias: recursos financeiros e técnicos insuficientes, conflitos etc. Em territórios onde o Estado exerce um controle limitado, a insegurança prejudica o levantamento de informações e dados (interior dos países do Sahel central, Leste da República Democrática do Congo - RDC etc.). Na RDC e na Somália, os últimos censos populacionais foram, por exemplo, realizados respectivamente em 1984 e 1975. Ocorrem também problemas de manipulações ou ocultamento dos dados por parte de alguns governos. Enfim, outro problema reside na supervalorização das grandes aglomerações por alguns centros de referência como *World Urbanization Prospects* que, para a África, define as cidades a partir de um patamar mínimo de 300.000 habitantes. Considerando essa definição, o continente conta somente 210 centros urbanos.

As propostas metodológicas de Africapolis

Por seu lado, os pesquisadores de *Africapolis*¹ consideram que as definições estatísticas tradicionais não são suficientes diante da complexidade da urbanização. Por isso, preconizam uma

¹ *Africapolis* é um banco de dados produzido pelo Club du Sahel et de l'Afrique de l'Ouest (CSAO), em colaboração com e-geopolis.org. O objetivo consiste em contribuir à uma nova Agenda urbana e ao Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável (ODD) fornecendo uma visão unificada da paisagem urbana africana. <https://africapolis.org/en>



abordagem mais espacial do processo, considerando dinâmicas concretas e morfológicas, como a expansão da mancha urbana, a urbanização de áreas rurais ou o surgimento de regiões metropolitanas (HEINRIGS, 2021). *Africapolis* propõe uma definição unificada da urbanização: uma área urbana tem uma população ultrapassando 10.000 habitantes e seu espaço construído não apresenta descontinuidades superiores a 200 m (HEINRIGS, 2021). *Africapolis* recorre as estatísticas disponíveis em cada país (ou região) e a imagens satélites coletadas no *Google Earth* que alimentam um Sistema de Informação Geográfica – SIG (HEINRIGS, 2021).

Se adotamos essas definições, o continente africano abriga 7.617 aglomerações de mais de 10.000 habitantes contra 210 para *World Urbanization Prospects*. Ainda, segundo *Africapolis*, a África contava 25 aglomerações de mais de 3 milhões de habitantes e 5.000 com menos de 30.000 habitantes em 2015 (HEINRIGS, 2021). Confirmando uma tendência mundial, as cidades pequenas e médias abrigam, portanto, a maioria da população urbana. Os pesquisadores ressaltam também a multiplicação de regiões metropolitanas estruturadas em torno de uma aglomeração-core ou de um conjunto de cidades de menor porte funcionalmente integradas (HEINRIGS, 2021). Essa nova forma de povoamento pode ser transnacional, como o ilustra o caso do *Greater Ibadan Lagos Accra Corridor* caracterizado por uma economia de trocas entre as aglomerações litorâneas do golfo da Guiné mais densa do que entre o litoral e o interior de cada país.

Surgem também unidades morfológicas batizadas “mega-aglomerações espontâneas” agregando diversas zonas urbanas secundárias. As 15 unidades registradas concentram cerca de 36 milhões de habitantes, correspondendo a cerca de 8% da população urbana total (HEINRIGS, 2021). Enfim, *Africapolis* destaca o papel estratégico das cidades médias na estruturação dos sistemas urbanos regionais e nacionais e sua capacidade de conectar-se com redes continentais e globais, em particular através de fluxos mercantis (HEINRIGS, 2021). Na atualidade 1.400 cidades intermediárias concentram mais de 210 milhões de habitantes.

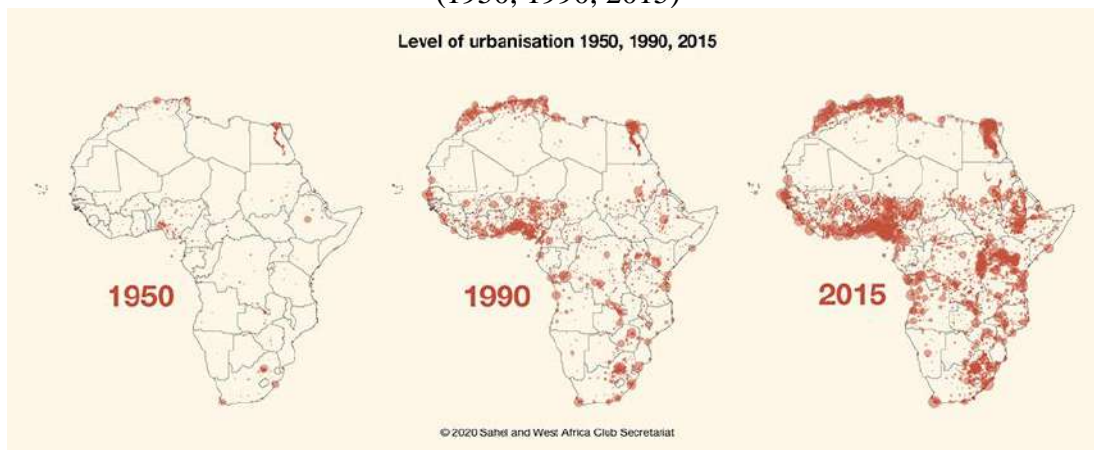
Algumas dinâmicas da urbanização na atualidade

O ritmo atual da urbanização é o mais rápido do mundo e o permanecerá provavelmente nas próximas décadas, pois as reservas potenciais de candidatos ao êxodo rural são consideráveis e o crescimento vegetativo das cidades é alimentado por uma taxa de fertilidade ainda elevada. Por



isso, entre os dez países do Mundo onde a taxa de urbanização é mais rápida, seis são africanos. Porém, apesar de rápido, o crescimento urbano está desacelerando, com exceção da África oriental e de Moçambique onde permanece muito vigoroso.

Figura 1. Nível de urbanização do continente africano
(1950, 1990, 2015)



5

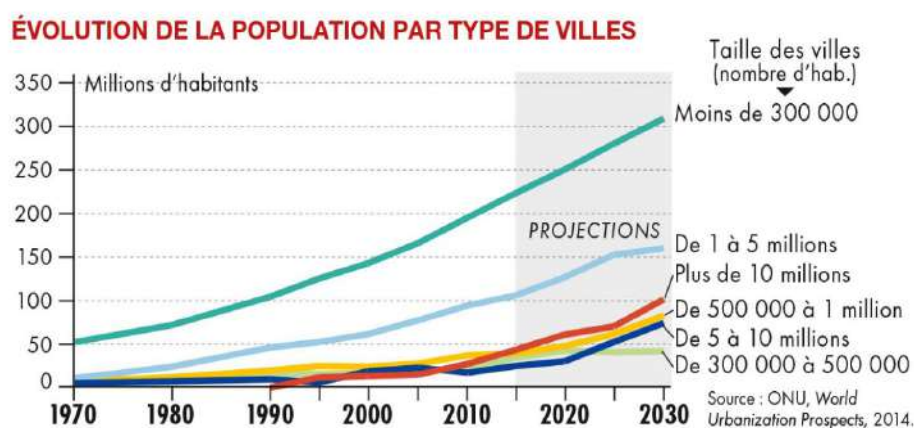
Fonte: Sahel and West Africa Club Secretariat

O êxodo rural, motor do processo de urbanização no Ocidente nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, é um fenômeno complexo considerando sua multidimensionalidade. Hoje, notamos trajetórias contrastando com as dinâmicas observadas na 2ª metade do século passado quando o êxodo rural era responsável por 75% do crescimento urbano na África. Na atualidade, apesar da pobreza, dos efeitos das mudanças climáticas e da ocorrência de conflitos armados em áreas rurais de muitos países, as tradicionais migrações campo/cidade contribuem somente por 15% do crescimento urbano.

Nas maiores aglomerações (Kinshasa, Lagos etc.), o aumento da população se deve, em primeiro lugar, ao crescimento natural. A combinação da elevada taxa de fecundidade, decorrente da super-representação das classes etárias em idade fértil, e de uma taxa de mortalidade inferior à média nacional, explica o vigor do aumento vegetativo da população. Paralelamente, o elevadíssimo crescimento demográfico, observado em algumas regiões como o Sahel, promove uma urbanização dos espaços rurais.



Outro fenômeno relevante reside no fato que, após décadas de metropolização, as maiores cidades não captam mais a maioria dos fluxos do êxodo rural. Somente um terço dos neo cidadãos se instalariam atualmente nas metrópoles. São as cidades pequenas e médias que mais se beneficiam deste tipo de fluxo. Em consequência disso, o peso relativo das grandes aglomerações na população urbana da maioria dos países africanos tende a diminuir desde a década de 1990.



Essas dinâmicas são produto de um sistema migratório complexo apresentando um perfil nitidamente multidirecional, que conecta espaços rurais, povoados, cidades médias e metrópoles (POURTIER, 2001). Por sua parte, a distinção entre o rural e o urbano se torna menos relevante diante da consolidação de espaços e/ou de práticas socioespaciais híbridas nas cidades pequenas e na periferia de grandes aglomerações.

A urbanização do território moçambicano

Em Moçambique, a urbanização pré-colonial se traduziu pelo estabelecimento de diversos portos marítimos por negociantes árabes. A partir do século XVI, os Portugueses criaram fortalezas, postos militares e entrepostos comerciais. A colonização lusa contribuiu significativamente para a intensificação do processo de urbanização. Foram criadas ou expandidas cidades portuárias visando a melhorar a conexão entre a colônia e a metrópole. Lourenço Marques, Beira e Nacala constituem as principais pontas de corredores ligando uma ampla hinterlândia transnacional ao extenso litoral moçambicano. Esses corredores latitudinais abrigam também



idades interioranas como Tete, Nampula, Chimoio ou Lichinga, que consolidam com o tempo uma função de lugar central em escala regional.

No século XX, assistimos a uma mudança do centro de gravidade do território moçambicano em direção a região meridional. As opções geopolíticas de Portugal, favorável à uma maior integração com a África austral, conferiram uma posição estratégica à Lourenço Marques que se tornou a nova capital da colônia em 1898 em detrimento da Ilha de Moçambique. A proximidade com o Gauteng e o sul de Zimbábue foi decisiva neste processo. A construção de uma ferrovia conectando o Gauteng ao porto de Lourenço Marques, favoreceu uma integração funcional complementada por acordos estimulando as migrações de trabalhadores moçambicanos para as minas sul-africanas.

Durante as guerras de Independência (1964-1974/75) e civil (1977-1992), o afluxo de deslocados em Maputo aumentou a assimetria entre o extremo sul e o resto do país. Desde então, a centralidade da capital aumentou consideravelmente apesar de uma situação geográfica muito periférica, da vulnerabilidade frente as mudanças climáticas e de uma conectividade penalizada pela ausência de um eixo meridional de circulação terrestre de grande capacidade entre o Sul e o Norte do país. No entanto, Maputo é responsável por mais de 35% do PIB graças a concentração das atividades industriais e terciárias mais sofisticadas. A integração à economia da região urbana do Gauteng contribui, também, para a consolidação desta centralidade.

Mapa 1. Mapa político de Moçambique





Tabela 1. Hierarquia urbana moçambicana (2015)

	Cidade	População
1	Maputo	1.080.277
2	Matola	1.032.197
3	Nampula	663.212
4	Beira	592.090
5	Chimoio	363.336
6	Tete	307.338
7	Quelimane	246.915
8	Lichinga	242.204
9	Pemba	200.529
10	Xai-Xai	132.884
11	Inhambane	82.119
Total	-	4.943.101

Fonte: INE. Elaboração: Frédéric Monié

Se a taxa de urbanização moçambicana permanece relativamente baixa – cerca de 36% - o ritmo do crescimento urbano permanece rápido, em decorrência do crescimento vegetativo e, num grau menor, das migrações campo/cidade (MALOA, 2019). Observamos, também, mudanças relevantes na estrutura do sistema urbano nacional e nas lógicas da produção do espaço urbano, transformações em grande parte relacionadas a intensificação da inserção de Moçambique nos circuitos econômicos e comerciais da globalização (BAIA, 2011). A rede urbana é atualmente caracterizada pelo dinamismo de cidades médias e pequenas que recebem investimentos em atividades extrativistas, em particular nas províncias de Tete e Cabo Delgado. Por sua parte, o crescimento do turismo internacional dinamiza a economia urbana na fachada marítima do centro do país. Algumas cidades intermediárias confortam, também, sua posição de lugar central regional graças a instalação de unidades de ensino superior oferecendo cursos de graduação e pós-graduação. Por seu lado, Maputo consolida sua primazia sobre a rede urbana nacional graças a investimentos maciços em infraestruturas logísticas e em atividades terciárias (setor financeiro, imobiliário, telecomunicações, serviços, comércio, sedes de empresas etc.).



Bibliografia

BAIA, A. H. M. Os meandros da urbanização em Moçambique. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 15, n. 2, p. 3-30, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74202>.

HEINRIGS, P. Africapolis: comprendre les dynamiques de l'urbanisation africaine. Enjeux et perspectives des services essentiels en Afrique à l'horizon 2030. **La revue de l'Institut Veolia. Facts Reports**, n°22, 20221, p.18-23.

MALOA, J. M. A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio. **Urbe, Revista Brasileiras de Gestão Urbana**. V. 11. 2019, DOI: 10.1590/2175-3369.011.e20180101

POURTIER, R. **Afriques Noires**. Paris: Hachette, 2001.



9

As entrevistas concedidas ao *Boletim GeoÁfrica* pelos pesquisadores Rogers Justo Mateus Hansine e Inês Macamo Raimundo, ambos da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo, Moçambique), confirmam a relevância dos estudos urbanos, num cenário marcado por mudanças nas modalidades do processo de urbanização e nas dinâmicas intra-urbanas. Crítico das abordagens macrosociais e do recurso à quadros analíticos herdados das teorias da modernização, Rogers Hansine propõe abordagens mais contextualizadas dos estudos demográficos e/ou urbanos para alcançar um nível mais aprimorado de compreensão dos comportamentos das populações urbanas. A professora Inês Macamo Raimundo também destaca também a necessidade de contextualizar os estudos sobre a problemática da insegurança alimentar que não pode ser abordada exclusivamente a partir de dados e informações padronizadas. As pesquisas qualitativas são, portanto, necessárias para atribuir maior relevância as representações da alimentação pelos sujeitos entrevistados.

No seu artigo intitulado *A imigração africana e os novos espaços urbanos no município da cidade de Maputo*, Inocência Felicidade Bata Muianga e Inês Macamo Raimundo analisam a contribuição à produção do espaço urbano de migrantes africanos que contribuem para a transformação das paisagens materiais e imateriais de Maputo. Por sua parte, Alice Abdala Omar; Hagira Naide Gelo Machute; Carlota Raimundo Manjate e Tomás Benjamin Machili propõem, no texto *Cidades e/ou zonas urbanas: uma análise no contexto da urbanização e qualidade de vida urbana em Moçambique*, uma reflexão sobre os desafios da geração de ambientes de bem-estar



10

nos centros urbanos onde as populações mais carentes sofrem da precariedade dos equipamentos e serviços de uso coletivo. Os mesmos problemas são abordados por Alice Abdala Omar e Reginaldo Rodrigues Moreno Muacuveia em *Dinâmicas do crescimento urbano e tendências de transformações da cidade de Nampula*, estudo geohistórico do processo de urbanização da aglomeração nampulense, que apresenta hoje a estrutura complexa e diversificada de um lugar central regional. Joaquim Maloa *et al.* se debruçam, do seu lado, sobre a problemática da violência que acompanha o processo de urbanização moçambicano. O artigo *Violência do processo da urbanização em Moçambique: análise da construção dos muros residências* analisa algumas das consequências do aumento da criminalidade sobre a qualidade de vida da população e a paisagem das cidades, onde proliferam empresas de segurança privada e muros altos separando as residências do espaço público. O mesmo autor analisa, no texto intitulado *Gentrificação em Moçambique: a produção do espaço desigual na metrópole de Maputo e Beira*, o processo de “enobrecimento” de alguns espaços urbanos caracterizados por uma substituição dos moradores mais carentes por residentes pertencendo a grupos sociais dispendo de maior poder aquisitivo. Maloa *et al.* demonstram, com o auxílio de imagens do *Google Earth*, de que maneira esse fenômeno se intensificou à medida que aumentava a desigualdade socioespacial nas metrópoles de Maputo e Beira.

Na sessão *GeoImagens*, no texto *O “Novo Central C”: expressão de uma nova centralidade? Olhares sobre uma nova paisagem urbana* Frédéric Monié apresenta, com base em fotografias, imagens satélites e cartas-imagens a transformação funcional e paisagística de uma área da “Baixa de Maputo” palco atual de investimentos de grande parte lhe conferindo uma centralidade crescente em diversas escalas geográficas.



Na sessão *Varia*, Francisco Carlos da Conceição e Bénét Justina Machava analisam um aspecto geopolítico extremamente relevante da pandemia de COVID-19. O artigo *China e COVID-19 em Moçambique: solidariedade ou interesse?* ressalta de que maneira o *soft power* chinês, que se materializou em particular pela distribuição maciça de vacinas a países africanos, combina ação



solidária e interesses geoeconômicos e geopolíticos visando a consolidar a inserção da potência asiática no tabuleiro de xadrez das relações internacionais.



Por sua parte, o Professor e pesquisador João Lima apresenta, na sessão *Áfricas na Pós-Graduação*, os resultados de sua pesquisa de doutorado sobre a cidade média de Mocuba (Moçambique). A produção do espaço urbano apresenta um caráter híbrido combinando influências ancestrais (saber local) e atributos da modernidade ocidental, mais presentes nos arcabouços institucionais que organizam o processo e na paisagem arquitetônica.



Para concluir, Sérgio Alimo Carlos resenha a obra Mawana Wa Maloa intitulada *Urbanização Moçambicana Contemporânea: O processo da sua formação* que interpreta do processo de urbanização de Moçambique numa perspectiva de Geografia Histórica evidenciando a dualização secular das dinâmicas de produção do espaço urbano.



DOSSIÊ TEMÁTICO:

CIDADES E URBANIZAÇÃO NA ÁFRICA SUBSAARIANA E EM MOÇAMBIQUE

Entrevista



Um percurso de quem se interessa pelos processos de urbanização na África subsaariana nas suas dimensões conceituais e metodológicas

Entrevista de Rogers Justo Mateus Hansine. Por Joaquim Miranda Maloa

Rogers Justo Mateus Hansin

Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique
Contato: rogers.hansine@yahoo.com

Joaquim Miranda Maloa

Professor Auxiliar do Departamento de Geociências da Universidade Rovuma – Extensão de Niassa, Moçambique
<http://orcid.org/0000-0002-9277-2133>
Contato. joaquimmaloa@gmail.com

Como citar:

HANSINE, R; MALOA, J.M. Um percurso de quem se interessa pelos processos de urbanização na África subsaariana nas suas dimensões conceituais e metodológicas. Entrevista de Rogers Hansine. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 5, p.12-17, jan.- mar. 2023

Rogers Justo Mateus Hansine, graduou-se em Geografia na Universidade Eduardo Mondlane (UEM-Maputo) (2009). Mestre em Estudo de Desenvolvimento pelo Instituto Internacional de Estudos Sociais da Universidade Erasmo de Roterdão, Holanda (2013). Doutorou-se em Geografia Humana pela Universidade de Bayreuth, Alemanha (2019). Nasceu em 1985 em Messumba, numa família anglicana, durante a guerra civil. Fez seu ensino de 1º grau nas escolas Heróis moçambicanas e Amílcar Cabral (1991/96). Coursou o 2º Grau na Escola Novo Horizontes (1997/98) e continuou com o Ensino Secundário no Paulo Samuel Khakomba (1999-2004). O interesse pelo saber geográfico começa cedo com a vontade de localizar lugares como Fátima (Portugal), Egito, onde nasceu Moisés, ou Israel, onde Deus se tinha revelado ao povo eleito. Esses lugares eram presentes nas narrativas familiares. O conhecimento da localização seria determinante no entendimento da diversidade do planeta e da sua História, tornando Rogers num curioso das ciências geográficas e um estudante que busca entender processos espaciais incluindo o processo de urbanização na África subsaariana na própria forma como se aproxima dele, na maneira como mora nele.





Entrevista de Rogers Justo Mateus Hansine ¹

GeoÁfrica. *Como surgiu sua decisão de ser geógrafo?*

Para mim o mundo se tinha tornado pequeno através da religião. Lugares como Israel e Egípto, eram lugares teoricamente familiares na minha infância, mas tinha a noção de que estavam fisicamente muito distantes. Depois, também fui estimulado pelos missionários portugueses, chamados Leigos Para desenvolvimentos, jovens voluntários que actuavam como professores, bibliotecários, agentes de saúde, etc. Durante a minha adolescência, estes missionários tinham criado e geriam uma biblioteca “AfricaMiga”. Com os livros que estavam lá eu e outras crianças, adolescentes e jovens que frequentavam a biblioteca ficamos com a mente mais aberta. Foi na sequência do gosto pela leitura que eu e alguns colegas do ensino secundário criamos o primeiro jornal de parede na Escola Secundária Paulo Samuel Khankomba. Chamava-se “O Lanterna”. Claramente que a nossa inspiração era o Iluminismo Francês, a dita Época das Luzes. Nós também acreditávamos que tinham a missão de trazer luzes para jovens que andavam nas trevas. Tudo foi feito com ajuda dum professor de Filosofia de nome Raimundo. Ele nos inspirava. Terminado o ensino secundário, tínhamos que concorrer para a universidade. Terminei a minha formação do ensino médio em 2004. Estranhamente por minha inclinação religiosa e ter um irmão sacerdote, eu queria ser padre. Optei por começar a concorrer para a universidade e se funcionasse iria para o seminário. O plano era que mesmo depois da Universidade voltaria para o Seminário. O que aconteceu foi que na data dos exames de admissão, eu teria uma viagem, com representante dos jovens da Diocese de Lichinga para participar de um Conselho Episcopal em Maputo. Era a primeira vez que eu ia viajar de avião. O que sucedeu é que no dia do voo, ou um dia depois, ia decorrer os exames de Português. Penso que tal exame seria numa sexta-feira. Eu queria fazer Direito ou Línguas, mas não podia fazer esses cursos sem fazer o exame de Português. Infelizmente não iria realizar o exame de português por conta da viagem a Maputo. Quando estava a fazer a inscrição para os exames de Admissão a universidade, o professor de Matemática que estava encarregado de fazer as inscrições, tinha a opinião de que eu era um bom estudante de ciências. Tentou convencer-me a fazer as Engenharias e Economias. Eu disse que

¹ A entrevista foi realizada por celular no dia 2 de março de 2023.



14 eu não gostava das letras e filosofias, sobretudo por conta dos meus hábitos de leitura já tinha lido Saramago e Mia Couto e outros autores renomados. Porque não podia fazer Direito ou Letras por conta da impossibilidade de realizar o exame de português, só me restava o curso de Geografia, que não tinha português como disciplina obrigatória nos exames de admissão. É aí que eu entro para Geografia no ensino superior, como a primeira opção e a segunda Hotelaria e Turismo. Na altura se devia escolher duas opções de ingresso. Nesse curso de Gestão de Hotelaria e Turismo, penso eu que se podia entrar com Matemática e Geografia ou Matemática e História, mas também História e Geografia. Eu estava convencido que não ia entrar logo na primeira tentativa. Havia muita competição para entrar na UEM a maior e mais antiga e renomada instituição de ensino superior em Moçambique. Portanto concorri com a ideia que isto não vai dar certo e vou prosseguir com o sacerdócio. Eu não entro para a minha primeira opção que era Geografia, mas para Hotelaria e Turismo, pelo simples facto de ter tido a melhor nota da província nas disciplinas de História e Geografia nos exames de admissão. Havia e penso que ainda há um processo de selecção para esse curso baseado nesse pressuposto das melhores notas. Porque não queria fazer Gestão de Turismo, fui aconselhado a fazer um requerimento para o Reitor para ser admitido na minha primeira opção que era Geografia. Escrevi para o Reitor, e fui deferido e fui parar na Geografia. Assim comecei a dar os primeiros passos na geografia como ciência

GeoÁfrica. *Nas suas pesquisas sobre aspectos demográficos do crescimento urbano, quais são as evidências importante que pode partilhar connosco?*

Penso que há dois níveis analíticos quando abordamos aspectos demográficos vis-à-vis do crescimento urbano. Por um lado, há que considerar uma análise macro e, por outro lado, a micro. No meu entendimento a análise micro pode ser perdida quando se foca na macro. Na macro nos vemos, por exemplo, como a dimensão demográfica de ponto de vista das tendências de indicadores demográficos como natalidade, mortalidade e migração influenciam as dinâmicas espaciais do crescimento urbano. Do ponto de vista micro a fecundidade a mortalidade e a migração tem efeitos diferenciados sobre distintos seguimentos da população urbano e do próprio território urbano. É dessa última análise que me tenho ocupado. No meu doutoramento, por exemplo, procurei discutir e mostrar que, do ponto de vista micro, factores como crenças,



motivações e desejos produzem a disparidades e diferenças de comportamento reprodutivo urbano. Ou seja, na minha perspectiva é a partir da micro-interção social que se podem explicar os fenómenos macro sociais, como as disparidades urbanas entre outras. E foi aí que eu entrei para os estudos urbanos. Na tentativa de entender o que é o espaço urbano, como ele se constrói e como ele evolui, sua função e sua forma achei válida a proposta analítica de analisar o comportamento reprodutivo de forma micro.

GeoÁfrica. *Das pesquisas que realizou, qual dela lhe marcou mais?*

Penso que foi a pesquisa de Mestrado, desenvolvida na Holanda, que mais me marcou. Ela tinha como título: *A construção social do problema de população e desenvolvimento em Moçambique: Reflexões sobre o neomalthusianismo e o declínio da fecundidade em Maputo*. Neste estudo procurei demonstrar que a discussão sobre a questão de fecundidade e do desenvolvimento era abordada em Moçambique de certo modo simplificada, incongruente e politicamente incoerente. Nós criamos a ideia de que o desenvolvimento vai falhar se não corrigimos a nossa reprodução. Tudo parte do pressuposto que a transição demográfica é necessária para acelerar o processo de desenvolvimento. A questão de transição demográfica como teoria de desenvolvimento deve ser criticamente discutida. A transição demográfica é uma teoria de modernização. Ele descreve um trajecto histórico europeu, sobretudo no período que vai da revolução industrial até ao início da primeira guerra mundial e pouco depois do início da segunda, e não uma explicação de como o processo de desenvolvimento pode ter lugar. Por exemplo, há uns 150 anos nenhum desses países passou a promover um planeamento familiar destinado a fazer diminuir sua população no intuito de melhorar suas condições de vida. É certo que ao longo de muitas décadas tais países viram a sua fecundidade cair. Todavia devemos refletir para desvendar se tal foi a causa primária ou mesmo secundária da melhoria das condições de vida. Portanto, a transição demográfica não é uma teoria para explicar fenómenos ou factos sociais e demográficos. É uma descrição de um processo contextual. Se ficarmos com essa ideia de que o desenvolvimento depende de transição demográfica, podemos perder de vista a complexa problemática do desenvolvimento. Por exemplo os termos de troca entre os chamados países desenvolvidos e os em vias de desenvolvimento são desfavoráveis a estes últimos. Enquanto nós importamos



tecnologia e produtos acabados a custos muito altos, o que exportamos é a matéria-prima a custo muito baixo, destinada a produção de bens que, finalmente, acabamos por importar. Temos ainda que analisar a questão geopolítica, a nossa posição é frágil. Tem algum país africano com assento permanente no conselho de segurança da ONU? Sem fazermos estas perguntas, e outras tantas outras, e sem procurarmos dar uma resposta sólida devemos ter cautela em afirmar que o problema da precariedade das condições de vida em países como Moçambique é somente um problema de atraso da transição demográfica, e portanto, de declínio da fecundidade.

GeoÁfrica. *Quais são os temas importantes da interface entre dinâmica demográfica e urbanismo para a geografia urbana neste momento?*

Esta é uma questão pouco discutida, o que faz muita falta na academia. Devemos revisitar os arcabouços teóricos e metodológicos e discutir os tópicos que tem a ver com o ponto de partida do debate. O paradigma que, na minha opinião, pode e deve ser tomado em conta é o de que não existe um conhecimento factual sobre o mundo. A realidade social é socialmente construída. Isso significa que nosso entendimento do urbanismo não é algo indiscutível. O que seria ou é urbanismo no norte global ou no ocidente pode não ser no sul global. Mas significaria que existem vários urbanismos? Talvez sim. Mas o que seria essencial entre eles? Por exemplo quando alguém diz que teve três refeições, a primeira pergunta não é se isso é possível ou não no contexto desta afirmação. A questão de fundo aqui é o que é refeição? A resposta a essa pergunta depende da influência exercida pelo meu contexto social político, cultural etc. sobre minha forma de pensar ou de minha reflexão sobre o que é a refeição. Em suma, eu sempre procuro ter máxima clareza contextual.

GeoÁfrica - *Qual é o conselho que dá aos jovens geógrafos?*

Tenham paixão pelo conhecimento. Tenham paixão pela ciência. Isso é tudo que precisamos para fazer coisas extraordinárias mesmo quando não há condições materiais entre outras nos contextos onde estamos ou nos encontramos.





Algumas publicações de Rogers Justo Mateus Hansine

HANSINE, Rogers J.M. **The social construction of the 'problématique' about population and development in Mozambique: reflections about neo-Malthusianism and fertility decline in Maputo City.** The Hague: Institute of Social Studies, 2013, 51p

HANSINE, Rogers J. M. Escolhas reprodutivas no contexto africano e urbano pós-colonial: o caso de Maputo, a capital de Moçambique. *ENTRE-LUGAR*, 12 (23), 2021, p.124–151. <https://doi.org/10.30612/el.v12i23.14802>

MARTINS, Helder; HANSINE, Rogers J.M. Análise epidemiológica e demográfica da COVID-19 em África. *Anais do IHMT*, 2020, 19, p.7-42.
URL: <https://anaisihmt.com/index.php/ihmt/article/view/353>

HANSINE, Rogers J. M. **Reproducing in an African City Today: Choices, Decisions, and Opportunities.** LIT Verlag Münster, 2022, 228 p.

ARNALDO, Carlos.; HANSINE, Rogers J. M. Política de população em Moçambique: por que e para quê? *Revista Científica da UEM: Série Letras E Ciências Sociais*, 1 (2), 2020.



DOSSIÊ TEMÁTICO:

CIDADES E URBANIZAÇÃO NA ÁFRICA SUBSAARIANA E EM MOÇAMBIQUE

Entrevista



A problemática da segurança alimentar urbana na África subsaariana

Entrevista de Inês Macamo Raimundo. Por Frédéric Monié

Inês Macamo Raimundo

Centro de Análise de Políticas da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique
Contato: inesmacamo@gmail.com

Frédéric Monié

Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Coordenador GeoÁfrica

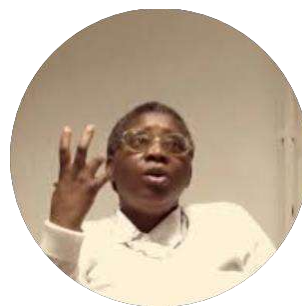
orcid.org/0000-0002-8738-3301

Contato: fredericmonie@igeo.ufrj.br

Biografia da entrevistada. Inês Raimundo é doutorada em Migrações Forçadas e Geografia Humana. Tem uma larga experiência de investigação (mais de 16 anos), trabalhando em equipas multidisciplinares dentro e fora de Moçambique. Destaca-se o trabalho com investigadores dos países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), Brasil, Portugal, Canadá, Inglaterra e Estados Unidos da América. Tem vasta experiência em metodologia de investigação qualitativa, indispensável para a compreensão dos comportamentos reprodutivos da população e os papéis sociais que cada indivíduo, ou membro de uma comunidade. A experiência de investigação no Centro de Análise de Políticas da Universidade Eduardo Mondlane (Maputo, Moçambique) coloca-a em uma posição confortável para o desenho de políticas na área de População e Saúde.

Como citar:

RAIMUNDO, I.M; MONIÉ, F. A problemática da segurança alimentar na África subsaariana. Entrevista de Inês Macamo Raimundo. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 5, p. 18-21, jan.- mar. 2023.





Entrevista de Inês Macamo Raimundo ¹

GeoÁfrica. *Qual lugar ocupa a problemática da insegurança alimentar urbana nas suas pesquisas? O que motivou a Senhora a investigar essa temática?*

A problemática da insegurança alimentar urbana ocupa uma posição de relevo nas minhas pesquisas por estar associado ao movimento migratório em si. São os migrantes que cimentaram a ideia da agricultura urbana como alternativa para a redução da necessidade de compra de alimentos (legumes e frutas), o aumento da renda e consequentemente a redução da insegurança alimentar.

GeoÁfrica. *Quais os principais desafios metodológicos enfrentados para pesquisar esse tema?*

As várias parcerias de pesquisa das quais faço parte têm utilizado métodos quantitativos para coletar informações sobre segurança alimentar. Porém, essas técnicas não conseguem explicar aspectos e questões “ocultas” ou complexas da segurança ou insegurança alimentar. Como, por exemplo, as respostas que advêm do uso de métodos de pesquisa qualitativa a mencionar: O que é que realmente importa para as pessoas no que diz respeito à alimentação e à segurança alimentar? O que é fruta para as pessoas? O que é que exatamente significa para as pessoas ter segurança ou insegurança alimentar? Como as famílias mantêm a segurança alimentar em contextos de choques climáticos? Como as normas culturais e as relações históricas com os alimentos informam a compreensão das pessoas sobre a fome e a segurança alimentar? O que significa segurança a alimentar. Um estudo realizado na cidade de Xai-Xai minha terra natal sobre Understanding Informal system in a Medium Sized city: A case study of the city of Xai-Xai, levou-me a repensar sobre segurança o conceito de segurança alimentar que só pode ser encontrado em metodologia qualitativa, quando uma das entrevistas afirmou o seguinte: A segurança alimentar é o seu conceito. O que nós, moradores do Xai-Xai, precisamos agora é de um prato de xima na mesa das nossas famílias. Através disto pesquisei mais e me levou a escrever este texto publicado através deste link: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-030-93072-1>

¹ A entrevista foi realizada por e-mail. As respostas foram recebidas em 16 de março de 2023.



GeoÁfrica. *Relatórios recentes, em particular da UNHABITAT e do Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas evidenciam as vulnerabilidades humanas relacionadas a insegurança alimentar na África subsaariana. A Senhora pode apontar algumas tendências recentes da evolução da insegurança alimentar nas cidades desta região do mundo? Podemos avaliar os efeitos da Pandemia de COVID 19 sobre a situação alimentar das populações urbanas?*

No meu entender a insegurança alimentar é relativa e está a aumentar por causa da nossa cultura alimentar. Por exemplo, muitos de nós só sentimos que temos segurança alimentar quando demonstramos que comemos carne, frango, arroz, batata, leite e seus derivados e fruta das zonas temperadas e mediterrânicas. Pouco ou nada se fala da fruta ‘selvagem’. Refiro-me a *massala* (*Strychnos spinose*, ou como os ingleses a chamam de *Monkey orange* (!), *malambe* (*Andasonia digitata*), *maphilua* (*Vangueria Infauta*), entre outros frutos.

GeoÁfrica. *Como podemos avaliar a situação da insegurança alimentar nas cidades moçambicanas? Podemos regionalizar esse fenómeno?*

Infelizmente não tenho feito estudos em todo o país. Os meus estudos estão circunscritos às cidades de Maputo, Matola e Xai-Xai. É claro que podemos sim regionalizar. O SETSAN (Secretariado Técnico da Segurança Alimentar e Nutricional) tem dados sobre o assunto que mostram esta diferenciação regional, provincial e entre urbano e rural.



Algumas publicações de Inês Macamo Raimundo sobre o tema...

RAIMUNDO, Inês M.; CEASER, Mary. Understanding Food Security and Hunger in Xai-Xai. In RILEY, Liam; CRUSH, Jonathn **Transforming Urban Food Systems in Secondary Cities in Africa**. Palgrave Macmillan, Cham, 2023, p.273-291.

McCORDIC, C., Riley, Liam.; RAIMUNDO, Inês. M. Household food security in Maputo: the role of Gendered Access to education and employment. **Development Southern Africa**. 38, 5, 2021, p. 816-827. DOI: 10.1080/0376835X.2021.193242



PAGANINI, Nicole; ADINATA, Kustiwa; BUTHELEZI, Nomonde; HARRIS, David Harris; LEMKE, Stefanie; LUÍS, Alberto; KOPPELIN, Jennifer; KARRIEM, Abdulrazak; NCUBE, Fezile; AGUIRRE, Nervi; RAMBA, Tandu; RAIMUNDO, Inês; SULEJMANVIC, Nedim; SWANBY, Haidee; TEVERA, Danie; STÖBER, Silke. Growing and Eating Food during the COVID-19 Pandemic: Farmers' perspectives on local food system resilience to shocks in southern Africa and Indonesia. **Sustainability**, v. 12, n° 20, 2020, 8556; <https://doi.org/10.3390/su12208556>.

MCcORDIC, Cameron., Raimundo, Inês. The Inclusion of Young Entrepreneurs in the City of Maputo's Food Markets. **Urban Forum**, 30, 2019, p.461–475. <https://doi.org/10.1007/s12132-019-09368-2>

PAGANINI, Nicole; LEMKE, Stefanie; RAIMUNDO, Inês, M, The potential of urban agriculture towards a more sustainable urban food system in food-insecure neighbourhoods in Cape Town and Maputo. **Economia agro-alimentar / Food Economy**. v. 20, n° 3, 2018, p. 339-421.

RAIMUNDO, Inês M. Food insecurity in the context of climate change in Maputo City, Mozambique: challenges and coping strategies. In THOMAS-HOPE, Elizabeth (Editor). **Climate change and food security- Africa and the Caribbean**. London and New York: Earthscan-Routledge, p.172-180.

RAIMUNDO, Inês M; CRUSH, Jonathan; PENDLETON, Wade, Food insecurity, poverty and informality. In CRUSH, Jonathan; BATTERSBY, Jane (edit.). **Rapid urbanisation, urban food deserts and food security in Africa**. Switzerland Springer publisher, pp 71-84.

RAIMUNDO, Inês M; FRAYNE, Bruce. Impacts of climate change on Migration and food security. In FRAYNE, Bruce; MOSER, Caroline; ZIERVOGEL, Gina. **Climate change, assets and food security in Southern Africa cities**. New York: Earthscan, 2012, p 96-109.



DOSSIÊ TEMÁTICO:

**CIDADES E URBANIZAÇÃO NA ÁFRICA SUBSAARIANA E EM
MOÇAMBIQUE**

Artigo



**A IMIGRAÇÃO AFRICANA E OS NOVOS ESPAÇOS URBANOS
NO MUNICÍPIO DA CIDADE DE MAPUTO**

**AFRICAN IMMIGRATION AND THE NEW URBAN SPACES IN THE
MUNICIPALITY OF THE CITY OF MAPUTO**

**IMMIGRATION AFRICAINE ET NOUVEAUX ESPACES URBAINS DANS LA
VILLE DE MAPUTO**

Por Inocência Felicidade Bata Muianga & Inês Macamo Raimundo

Inocência Felicidade Bata Muianga
Doutoranda em Geografia
Universidade Pedagógica de Maputo,
Maputo, Moçambique
Contato: inocenciafelicidade@gmail.com

Inês Macamo Raimundo
Universidade Eduardo Mondlane, Maputo,
Moçambique.
Contato: inesmacamo@gmail.com

Como citar:
MUIANGA, I.F.B; RAIMUNDO, I.M. (2023). A
migração africana e os novos espaços urbanos no
município da cidade de Maputo. **Boletim
GeoÁfrica**, v. 2, n. 5, p. 22-36, jan-mar., 2023.

Recebido: 14/02/2023
Aceite: 21/03/2023



RESUMO. Os estudos de migração enfatizam as causas dos movimentos populacionais, impacto demográfico e econômico e distribuição espacial dos fluxos migratórios dando menor foco aos novos espaços urbanos criados por aqueles que vieram de outros lugares dentro dos territórios africanos. O foco deste estudo são os imigrantes africanos na cidade de Maputo no sentido de compreender as peculiaridades deste fenômeno nas cidades africanas. É notável que novos bairros estão sendo formados por moradores da África Ocidental, Oriental e Austral. Que tipos de assentamentos eles criaram? O que é que eles trouxeram, em termos para os negócios, a arquitetura e os modos de se vestir? A metodologia usada para os objectivos preconizados na pesquisa foi qualitativa e bibliográfica, as análises dos resultados dos censos da população e a observação dos principais fenômenos marcantes da migração na cidade de Maputo. Um olhar sobre a cidade e os dados censitários dos quarenta anos após a independência de Moçambique, é possível concluir que os índios e portugueses já não são os principais “constructores” de infraestruturas para fins habitacionais na cidade de Maputo. Os migrantes africanos tornaram-se os novos constructores, os criadores do novo mapa geográfico da cidade, que ousamos dizer que uma nova geografia da cidade de Maputo veio a existir devido a esses factos.

Palavras-chave: Migrantes africanos. Cidade de Maputo. Novos espaços urbanos.

ABSTRACT. Migration studies emphasize the causes of population movements, demographic and economic impact and spatial distribution of migratory flows, giving less focus to new urban spaces created by those who came from elsewhere within African territories. The focus of this study is African immigrants in the city of Maputo in order to understand the peculiarities of this phenomenon in African cities. It is notable that new neighborhoods are being formed by residents from West, East and Southern Africa. What kind of settlements did they create? What did they bring, in terms of doing business, architecture and clothing? The methodology used for the objectives recommended in the research was qualitative and bibliographical, the analysis of the results of the population censuses and the observation of the main striking phenomena of migration in the city of Maputo. A look at the city and census data from the forty years after Mozambique's independence, it is possible to conclude that the Indians and Portuguese are no longer the main “builders” of infrastructure for housing purposes in the city of Maputo. African migrants became the new builders, the creators of the new geographic map of the city, which we dare to say that a new geography of the city of Maputo came into being due to these facts.

Key-words: African migrants; Maputo city; New urban spaces.

RÉSUMÉ. Les études sur la migration mettent l'accent sur les causes des mouvements de population, l'impact démographique et économique et la répartition spatiale des flux migratoires, accordant moins d'attention aux nouveaux espaces urbains créés par ceux qui sont venus d'ailleurs sur les territoires africains. L'objet de cette étude est l'immigration africaine dans la ville de Maputo afin de comprendre les particularités de ce phénomène dans les villes africaines. Il est à noter que de nouveaux quartiers sont formés par des résidents d'Afrique de l'Ouest, de l'Est et du Sud. Quels types de colonies ont-ils créés ? Qu'ont-ils apporté, en termes de business, d'architecture et de vêtements ? La méthodologie utilisée pour les objectifs préconisés dans la recherche a été qualitative et bibliographique, l'analyse des résultats des recensements de population et l'observation des principaux phénomènes marquants de migration dans la ville de Maputo. Un regard sur les données de la ville et du recensement des quarante années après l'indépendance du Mozambique, il est possible de conclure que les Indiens et les Portugais ne sont plus les principaux « constructeurs » d'infrastructures à des fins de logement dans la ville de Maputo. Les migrants africains sont devenus les nouveaux bâtisseurs, les créateurs de la nouvelle carte géographique de la ville, dont on ose dire qu'une nouvelle géographie de la ville de Maputo est née de ces faits.

Mots clés: Migrants africains; Ville de Maputo; Nouveaux espaces urbains.



INTRODUÇÃO

O artigo propõe uma análise sobre as migrações africanas na cidade de Maputo no período compreendido entre 2007 e 2021. Em todo o mundo, assim como em África e especificamente na capital de Moçambique, as migrações têm se constituído como um dos fenómenos sociais que mais influenciam a dinâmica do território urbano, mediante seus impactos sobre as estruturas demográficas, sociais e económicas. Os estudos sobre as imigrações internacionais não apresentam a mesma importância em função dos países e das regiões do mundo. Patrício e Peixoto (2018) consideram que, para o continente africano, sua menor visibilidade se deve aos menores recursos alocados para a investigação do fenómeno migratório e a menor ocorrência do fenómeno no continente, apesar do mesmo constituir uma região emissora e receptora de migrantes na actualidade. Adepoju (2001) ressalta que os processos migratórios que se desenvolvem a Sul do equador, e sobretudo na África, só recentemente começaram a merecer atenção por parte dos estudiosos. Trenor (2008), concordando com este posicionamento, adverte que a ausência de dados demográficos actualizados, faz com que os estudos de população têm um carácter especulativo. Sobre este aspecto, os principais problemas relacionam-se com o relativo défice dos censos demográficos, o controle fronteiriço deficiente e os elevados índices de informalidade na organização da sociedade.

Por seu turno, Bakewell e Jonsson (2011) consideram que as pesquisas sobre as migrações para as cidades africanas costumam analisar os movimentos migratórios internos, rural-urbano, urbano-urbano, pendulares, deixando de lado os fluxos populacionais internacionais africanos. Elas negligenciam, desta forma, o papel destes nas áreas urbanas dos diversos países.

Mas, é sabido que desde a época colonial, a migração rural-urbana, que servia os interesses das economias coloniais, impulsionou o crescimento das cidades africanas. O êxodo rural faz, portanto, historicamente parte do processo de mudança da dinâmica social da vida urbana e de transformação do espaço urbano. Estudos recentes indiquem, no entanto, um decréscimo das migrações intra-africanas e das migrações rurais em direção a cidade. Contudo a maioria dos migrantes africanos continua a mover-se dentro do continente e as migrações internacionais continuam a envolver um número importante de pessoas (FLAHAUX et al., 2016).



Raimundo (2020), citando Rocho Trindade (2015), constatou a dificuldade de identificar a composição dos fluxos migratórios entre um lugar e outro, sobretudo tratando de estrangeiros que atravessaram fronteiras sem declarar quando e em que circunstâncias o fizeram e sem esclarecer o tempo de permanência no país de chegada. Para a mesma autora, os dados disponibilizados pelo IV Recenseamento Geral da População em Moçambique de 2017, último censo populacional realizado no país, são dispersos e foram publicados somente em 2019, portanto dois anos mais tarde. Outra dificuldade para o estudo das migrações internacionais no país é relacionada ao posicionamento das instituições oficiais do Estado moçambicano, como o Serviço Nacional de Migração, que têm a responsabilidade de fazer os registos e lidar com esse tipo de informação, mas que não disponibilizam informações apresentadas como classificadas e confidenciais. Em decorrência das dificuldades de âmbito metodológico para o desenvolvimento de uma pesquisa quantitativa, recorreremos a uma pesquisa bibliográfica de obras publicadas no país e no estrangeiro que versam sobre o assunto. Os principais conteúdos deste artigo destacam a evolução do fenómeno migratório em África e em Moçambique, levando em consideração as fases e factores associados, a relação entre a dinâmica migratória em África e os processos espaciais urbanos daí decorrentes.

EVOLUÇÃO DAS MIGRAÇÕES EM ÁFRICA

Desde os períodos mais remotos da história até a actualidade, o fenómeno migratório sempre se manifestou no continente africano, assumindo diferentes formas e dinâmicas ao longo dos diferentes contextos sociais, económicos e políticos que o continente atravessou. Na época pré-colonial, Trenor (2008) evidencia que os movimentos migratórios eram, na sua generalidade, de carácter espontâneo, se desenvolvendo de forma circular, estacionária e nómada, isto é correspondiam a movimentos de pastores e agricultores que se deslocavam segundo as estações do ano ou alterações do clima. Estavam ainda associados ao comércio de escravos e as rotas comerciais com outros continentes, nomeadamente a Europa e Ásia (PATRÍCIO, 2005).

Sob a vigência do sistema colonial, segundo Tolentino (2009) e Patrício (2015:89), os padrões das migrações africanas mudaram consideravelmente. O novo sistema económico e político contribuiu para alavancar o processo migratório, uma vez



que introduziu e implementou estruturas económicas do sistema capitalista como o trabalho forçado, mudanças políticas, traçou limites territoriais novos e impus novos regimes fiscais assim como a construção de infraestruturas para o desenvolvimento do imperialismo colonial.

Alvear (2008) estabelece uma relação entre a colonização do continente e o desenvolvimento dos processos migratórios ao afirmar que o colonialismo se constituiu como factor de novas configurações geopolíticas alterando as estruturas sociais e económicas através da construção de ferrovias e rodovias, da implantação de novas redes comerciais, da introdução de impostos, de plantações agrícolas e de sítios de mineração. Os principais movimentos migratórios da época colonial em Africa eram sazonais e direccionados para áreas agrícolas ou voltados para as zonas de mineração. Os fluxos eram também direccionados para as cidades, na região menos urbanizada do mundo. Os movimentos migratórios das áreas rurais para os espaços urbanos conheceram um incremento neste período, devido a necessidade de garantir mão-de-obra trabalhadora às empresas e à administração colonial.

Apos o período da colonização, os processos migratórios assumiram novos contornos e se acrescentaram novas forças que contribuiram para a sua evolução. Os movimentos dos refugiados aumentaram o volume da população migrante, em consequência dos conflitos político-militares que assolam suas áreas de origem (ALVEAR, 2008). Podem se mencionar como exemplos desses confrontos aqueles ocorridos nas décadas de 1980 e 1990 e no início do século XXI no Oeste e Leste do continente. Actualmente, apesar de se pensar que a grande maioria dos migrantes africanos se dirigem para fora do continente, Trenor (2008) mostra que os fluxos migratórios são mais intrarregionais e intracontinentais do que extracontinentais.

Em Africa, como em todas as partes do mundo, as principais motivações para a emigração estão relacionadas a questões socioeconómicas. Mas devemos considerar, também, os fluxos de deslocados internos e de refugiados. Esses últimos residem fora do seu país de origem onde não podem regressar em virtude de perseguições que sofrem por conta da sua raça, religião, filiação política ou pertencimento a um determinado grupo social.



AS MIGRAÇÕES EM ESPAÇOS URBANOS AFRICANOS

Assim como aconteceu no período colonial, as cidades africanas continuam exercendo um papel de atração sobre a população residente no campo. Dentre as causas desta continuidade podemos destacar as possibilidades de adquirir bens graças à acumulação de dinheiro através do trabalho remunerado e a oferta de serviços de educação e saúde de melhor qualidade do que nos espaços rurais. No entanto, desemprego, pobreza e precariedade das infraestruturas nos espaços urbanos conferem ao êxodo rural uma dimensão cada vez mais irracional. Beauchemin e Bocquier (2004), evocam a teoria das luzes brilhantes para explicar a continuidade do deslocamento campo/cidade. Esta teoria foi rejeitada por Harris e Todarro (1970) que argumentam que a decisão de migrar é causada por um cálculo de ganhos esperados mais do que pela obtenção de ganhos reais, reconhecendo que o sector informal oferece meios de subsistência para a população imigrante que chegava as cidades ao mesmo tempo que favorece a diversidade das fontes de renda.

Já na visão de Cocquery-Vidrovitch (2005), as cidades africanas são associadas ao desenvolvimento das informalidades, como lugar dos males socioeconômicos. Nas áreas urbanas, os imigrantes chegam fugindo da insegurança do meio rural, da instabilidade política, da pobreza, da falta de alimentos, da desertificação, da desflorestação, de secas, cheias e inundações, bem como de guerras endêmicas que se manifestaram em fortes factores impulsionadores de migrações internas e internacionais no continente (CAMBRÉZI, 2007; PATRÍCIO, 2015). As correntes migratórias internacionais em Africa, também se explicam pelos diferenciais de salários que existem entre os países mais desenvolvidos e favorecidos economicamente e a fraca capacidade para a criação de empregos novos observáveis em muitos países (PATRÍCIO, 2005).

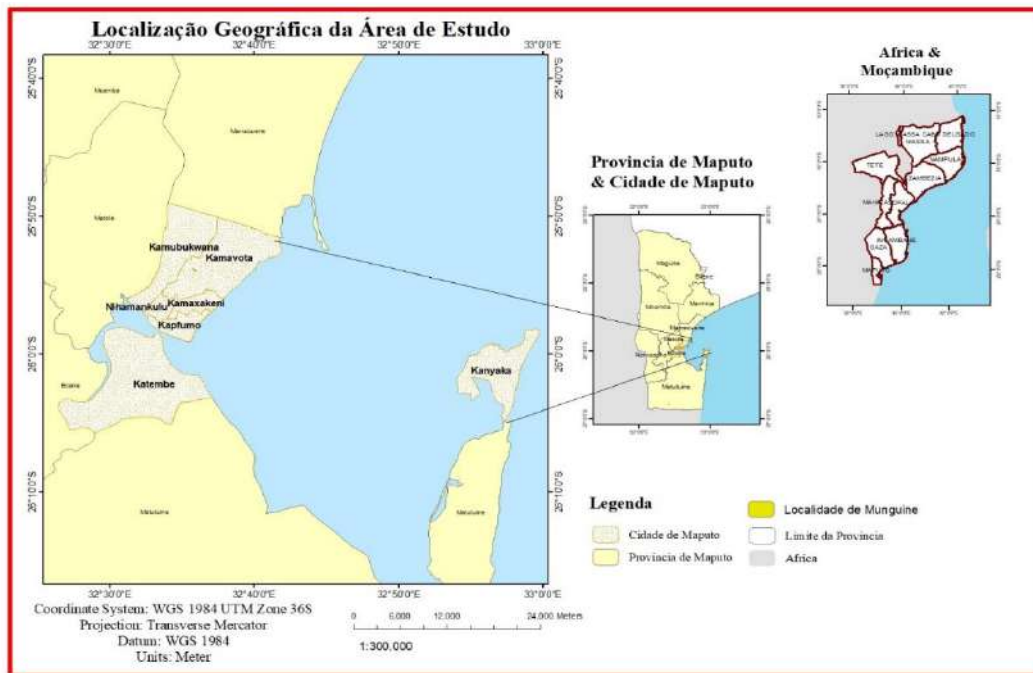
RESULTADOS DA PESQUISA

Moçambique é um país que se localiza na costa oriental de Africa Austral e tem fronteiras com Tanzânia (Norte); Malawi e Zâmbia (Noroeste); Zimbabwe, Africa do Sul e Enswatini (Oeste); e Africa do Sul (Sul). Ao Leste, o canal de Moçambique (Oceano Índico) separa Moçambique de Madagáscar. A cidade de Maputo, conhecida como Lourenço Marques no período colonial, é a capital do país. Esta localiza-se na parte sul



do país, a 120 Km da fronteira com a África do Sul e a 80 Km da fronteira com o reino de Enswatini. Astronomicamente, a sua localização corresponde a latitude de 25°49' 00" Norte e 26°05'23" Sul, e a longitude de 33°00'00" Este e 32°26'15"Este (figura 1).

Figura 1. Localização geográfica da cidade de Maputo.



Fonte: Laboratório de GIS-UPM

Bucci (2018) considera que as migrações internacionais ocorrem por períodos mais ou menos longos entre países distintos, de modo que os migrantes possuem nacionalidades diferentes daqueles do Estado que os recebem. Estes movimentos são resultado de dificuldades económicas que incentivam o candidato a avaliar os ganhos de rendimento que a migração é suscetível de propiciar (Boa, 2016). Os imigrantes internacionais podem ser classificados como legais (aqueles que migraram com a permissão do Estado acolhedor), ilegais (os que migram sem a permissão do país de acolhimento) e refugiados (aqueles que atravessam a fronteira para escapar de alguma perseguição) (MURPHY, 2018).

A história dos movimentos imigratórios em Moçambique após a independência é sintetizada por Sarmiento *et al* (2009), que distingue três períodos principais. O primeiro período é marcado pelo retorno de portugueses ao país, com a expectativa de recuperar os bens deixados no país na ocasião da independência; o segundo período envolveu



asiáticos (paquistaneses e bengaleses) que investiram no comércio; mais recentemente observamos uma vaga de imigrantes de todo o mundo, incluindo-se de países africanos.

Por sua parte, Raimundo (2020) propõe outra periodização, destacando um primeiro período marcado pela imigração árabe, seguido pela era da imigração portuguesa e, mais recente, por um período caracterizado por fluxos migratórios oriundos dos vários quadrantes do mundo. Com o fim da guerra civil em Moçambique, reiniciaram-se processos de imigração internacional motivados pela reconstrução nacional, novas oportunidades de negócio e de cooperação. Mais recentemente, os movimentos migratórios tornaram-se mais dinâmicos com o início da exploração do gás natural e outros recursos minerais.

O grupo dos imigrantes africanos é diversificado. Eles são tradicionalmente provenientes da região austral de África (zimbabueanos e sul africanos), dos Grandes lagos (burundeses, congolezes) e da África Ocidental (senegaleses, nigerianos, malianos, guineenses e do Benin). Mas, a maioria vem da África Oriental (etíopes, quenianos e somalis) (SARMENTO et al., 2009). Esta composição varia, no entanto, ao longo do tempo. Patrício (2016) refere uma mudança nesta dinâmica. A maior parte dos fluxos de migrantes africanos passou a ser recentemente proveniente dos Grandes Lagos (agora incluindo ruandeses e ugandeses), a África Austral (Zimbabué, África do Sul, Malawi e Zâmbia) e do Corno de África (Etiópia, Somália e Sudão). A África ocidental apresenta números mais modestos, mas uma composição diversificada (Nigéria, Mali, Serra Leoa, Senegal, Togo e Guiné). São também mencionados imigrantes oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Abaixo pode se observar o quadro ilustrativo da composição dos cidadãos imigrantes africanos em 2017, de acordo com Rodrigues (2018).



Tabela 1 - Imigrantes africanos em 2015

Malawi	77488
Zimbabué	25 429
Africa do Sul	8897
Lesotho	7840
Tanzânia	7652
Zâmbia	5943
República Democrática do Congo	2337

Fonte: Rodrigues (2018).

De acordo com o recenseamento geral da população e habitação de 2017, o país contava com cerca de 27.106.207 habitantes, dos quais 26.899.105 eram de nacionalidade moçambicana e 207.102 eram cidadãos estrangeiros. O censo de 2017 revela uma nova variação na composição dos imigrantes, conforme se observa na tabela abaixo.

Tabela 2. Composição da população imigrante africana por nacionalidade em 2017

Origem	Efectivo
Malawi	65 295
Zimbabwe	15 083
Africa do Sul	14 698
Tanzânia	10 083
Burundi	3 418
Zâmbia	2 388
Ruanda	1 626
Outros	232 935

Fonte: RAIMUNDO, 2020

Raimundo (2020), refere que uma das razões para a ocorrência massiva de imigrantes africanos em Moçambique a partir da terceira fase é, sem dúvida, a crescente exploração de recursos naturais destinados a exportação, nomeadamente o ouro e a madeira em touras extraídos no Centro e Norte do país, principalmente a partir de 1990. O Acordo Geral de Paz assinado em 1992 entre a Frente de Libertação de Moçambique e



a Resistência Nacional de Moçambique, os dois maiores partidos políticos do país, a abertura da economia ao Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e os conflitos politico-militares na região dos Grandes Lagos são considerados motivos suplementares pelos quais numerosos imigrantes optam por escolher a África Austral, incluindo Moçambique.

Raimundo (2020) aponta que na região Sul do país, onde se situa a cidade de Maputo, a travessia das fronteiras internacionais é facilitada e impulsionada pelos laços de parentesco existentes entre as populações fronteiriças, pelos acordos de facilitação de circulação entre Moçambique e países vizinhos, como o reino de Enswatine e África do Sul, Malawi e Tanzânia. Estes países concordaram em facilitar o movimento de pessoas e bens entre si, em harmonizar a moeda e, a partir de 2008, promover o livre comércio. O mercado comum foi criado em 2015, a união monetária em 2016 e a moeda única foi estabelecida para as trocas comerciais em 2018.

No que diz respeito a problemática da participação dos migrantes africanos na produção dos espaços urbanos, Rodrigues (2018) aponta a dificuldade de analisar detalhadamente e de forma evolutiva esse fenómeno. As pesquisas esbarram na precariedade da recolha, tratamento e análise de dados sobre as migrações. Para esta autora, após o término da guerra civil em 1992, registou-se em Moçambique um aumento significativo da imigração motivado pelo *boom* económico da virada do milénio que está na origem de transformações territoriais. Muanamoha e Raimundo (2017) refutam essa ideia e sustentam a tese de que Moçambique é um dos países da África Austral com intensa mobilidade populacional cuja principal consequência espacial é a intensificação do processo de urbanização. Além da evolução da taxa de mortalidade e da fecundidade, o crescimento demográfico das cidades do país resulta também dos movimentos migratórios rural-urbana, devido a forte proletarianização da população rural moçambicana já mesmo no período anterior a independência. Para Feijó (2017), assim como aconteceu em muitas cidades africanas no período pós-independência, a desestruturação da economia rural e urbana, os efeitos desestabilizadores dos assentamentos populacionais provocados pela Guerra Civil e a duplicação da população na década 1990, foram importantes factores da perpetuação dos fluxos migratórios entre espaços rurais e urbanos.

O movimento imigratório internacional se traduz, por sua parte, por uma busca por espaços residenciais e de trabalho em cidades já saturadas demograficamente e com falta de empregos. Do seu lado, a fragilidade institucional dos governos nacionais e locais,



agrava outros impactos negativos no cumprimento dos planos urbanísticos da organização do território, sobre o meio ambiente e em termos de informalidade.

A mobilidade dos Africanos apresenta-se de forma muito complexa. Além do tradicional êxodo rural, devemos mencionar as migrações circulares, interurbanas e intraurbanas. Isso explica que as áreas urbanas africanas apresentam características remetendo aos mesmo tempo à urbanidade e à ruralidade (JENKINS, 2017). As estruturas urbanas pouco flexíveis não acompanham as mudanças migratórias e o crescimento da população. As cidades se adensam, crescem horizontalmente e espaços periurbanos se verticalizam (JENKINS, 2017). Actualmente na região subsaariana, estes espaços dominam os espaços interiores e exteriores ao urbano sem integração ou consolidação das infraestruturas e marcadas pela informalidade.

Segundo Jenkins (2017), as áreas periurbanas constituem 90% do espaço urbano subsaariano. O periurbano é, entre outras coisas, o produto de novas formas de ocupação espacial ao longo das estradas ou vias de acesso às áreas centrais onde migrantes se instalam considerando as oportunidades para realizar actividades comerciais. Surgem o que se tem chamado de aldeias lineares (JENKINS, 2017). Outros espaços atrativos para os imigrantes são lugares sediando projetos de grande escala, nos sectores agro-industrial, da extração de recursos minerais, do turismo de lazer ou de segundas habitações. Além disso, se firmam polos de atração de fluxos migratórios como postos fronteiriços, estradas, ferrovias e portos (JENKINS, 2017). É notável que, embora não se possa estabelecer uma relação directa com os processos de urbanização desses lugares, pode observar-se a transformação de aldeias ou de pequenas cidades em centros urbanos emergentes, onde é inegável o papel das migrações na constituição de novos centros de gravitação.

Os imigrantes internacionais, assim como os turistas internacionais, os trabalhadores da ajuda internacional e do desenvolvimento, criam novos padrões de assentamento espacial e novas dinâmicas de articulação a nível nacional. Os imigrantes africanos que alcançam a cidade de Maputo desenvolvem as mais diversificadas actividades, fundamentalmente no comércio formal e informal engrossando a actividade que já ocupa por mais de 70% dos ativos nacionais (PATRÍCIO, 2016).

Em relação a criação de novos assentamentos pela população imigrante na cidade de Maputo, podemos observar algumas transformações na zona urbana bem como na sua periferia. Na zona urbana, observa-se no Centro da cidade, especificamente na baixa da

cidade, um processo de substituição massiva dos antigos proprietários de estabelecimentos comerciais (principalmente de origem indiana) pelos novos imigrantes africanos. É em particular o caso nos seguintes bairros: Alto Maé, Central, Malhangalene etc. Os migrantes africanos compram ou arrendam imóveis para seus negócios, dedicando-se no sector comercial formal, à venda de alimentos, roupas, artigos eletrónicos (como telefones celulares) e outros.

Alem da compra e do arrendamento de antigas casas comerciais, as práticas de arrendamento são também notáveis em áreas mais residenciais, em particular a proximidade das paragens dos transportes públicos e dos semi-colectivos. Verifica-se, porem, um diferencial. Neste caso, qualquer pequeno espaço disponível pode ser negociado com o proprietário do imóvel, que aluga às vezes apenas a parte frontal da sua residência ao imigrante, que instala ali seu negócio informal.

33

Figura 2. Barracas comerciais ao longo da Avenida de Moçambique, Maputo



Fonte: Acervo da autora

No centro da cidade, na periferia e nos mercados a grosso ou a retalho, notamos a presença de imigrantes. Competem com os nativos nos negócios, introduzem novas formas de fazer negocios e prosperam rapidamente. Este facto leva os comerciantes nativos e outros cidadãos nacionais a questionarem as razões do seu sucesso. A venda a retalho de produtos alimentares conheceu transformações, como as observáveis na venda de frango em pedaços onde são aproveitados todos os tipos de cortes (coxas, peito, asas, patas ou pé, pescoço, moelas fígados e coração, incluindo a pele e a cloaca ou cauda).



Algumas mudanças introduzidas no sector comercial formal e informal relacionam-se, também, com o alongamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos para além do estipulado pela lei.

Os imigrantes trazem também para Moçambique e Maputo, influencias sobre a indumentária urbana. É notória a chegada constante de novos modelos de tecidos (capulanas com qualidade e padrões diferenciados) oriundos de diversos países do continente, que modificam a forma típica das vestimentas dos cidadãos, de todas as camadas sociais. Proliferam, na cidade, alfaiates e estilistas de países africanos que, em conjunto com os locais, introduzem novas combinações e propostas de traje e uma moda para cada ocasião, dominando as ocasiões festivas. Em paralelo com o traje, novas propostas são trazidas também na área do cabeleireiro.

Nos bairros periféricos, pode se notar a presença de novas igrejas (evangélicas proféticas), onde o grupo congrega entre si. Nestas, é notória a presença dos imigrantes visivelmente identificados pelo seu traje, língua e viaturas (na maioria, carrinhas mini-bus). Gradualmente, verifica-se a congregação nestes cultos de cidadãos nacionais, movidos pelo evangelismo.

CONCLUSÃO

A imigração não é um fenómeno novo no continente africano. Ela perdura no tempo desde o período pré-colonial onde assumiu diversas motivações e características e conheceu várias dinâmicas até aos nossos dias. Na época colonial, a migração rural-urbana foi importante fonte de provisão da mão-de-obra para a administração e a economia coloniais e alimentou o crescimento da população urbana de Maputo. Com o final da guerra civil, os novos investimentos e a relativa prosperidade económica de Moçambique explicam que as principais cidades, em particular Maputo, tenham sido assoladas por vagas de imigrantes de todo o mundo, dentre os quais africanos. Os novos cidadãos da cidade de Maputo, continuam a desenvolver as suas actividades nos mesmos sectores em que trabalhavam nos seus países e também no sector comercial formal e informal. Embora seja visível o seu papel nos aspectos acima referidos, os imigrantes africanos criaram poucas influencias na construção de novos usos do solo urbano na cidade de Maputo.



BIBLIOGRAFIA

- ADEPOJU, A. Regional organization and intra-regional migration in sub-saharian Africa: Challenges and prospects. **International Migration**, nº 39, 2021, p.43-60.
- BAKEWELL, O. JONSSON, G. **Migração, mobilidade e a cidade africana. Relatório de síntese sobre o programa de pesquisa perspectivas africanas sobre mobilidade humana.** 2011.
- BOA, A. F. P. da. **As causas/motivações da emigração dos profissionais de soldadura. Instituto Politécnico de Setúbal.** Dissertação apresentada para o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Gestão Estratégica dos Recursos Humanos. Setúbal, 2016.
- FEIJO, J. Ruralização das cidades ou urbanização do campo? Reflexão introdutória sobre os movimentos migratórios rural urbano. In FEIJO, J. **Movimentos migratórios e relações rural-urbanas: estudo de casos em Moçambique.** Maputo: Alcance editores, 2017.
- Instituto Nacional de Estatística - INE. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação.** Moçambique 2017. Resultados definitivos. Maputo: INE, 2019.
- JENKINS, P. Migrações, urbanização e densificação populacional. Para uma melhor compreensão da rápida urbanização na África subsaariana. In Feijó (Coord.). **Movimentos migratórios e relações rural-urbanas: estudo de casos em Moçambique.** Maputo: Alcance editores, 2017, p. 161-168.
- MUANAMOHA, R. C. RAIMUNDO, I. M. Migração campo-cidade e integração no meio urbano. In: FEIJÓ, RAIMUNDO (Coord.). **Movimentos migratórios para áreas de concentração de grandes projetos.** Maputo: Publifix edições, 2017, p. 63-84.
- MURPHY, C. C. The Spatial impact of migration. **The journal of public space.** v. 3, n. 3, 2018.
- PATRICIO, G. Compulsando as migrações internas e internacionais em Moçambique. **Interespaço.** v. 2, n. 5, p. 78-101, 2016
- PATRICIO, G.; PEIXOTO, J. Migrações forçadas na Africa subsaariana: alguns subsídios sobre refugiados em Moçambique. **REMHU. Rev. Interdisciplinar de Mobilidade Humana.** Brasília, v. 26; n. 54, 2018, p.11-30.
- RODRIGUES, C.U. Migração, movimento e urbanização em Angola e Moçambique. **Desafios para Moçambique 2018.** Maputo: IESE, 2018, p.449-470.



SARMENTO et all. **Imigração em Moçambique: impacto socio-político e económico cultural**. Maputo:ISRI, 2009

TRENOR, B. A. **Los fluxos migratórios actuales en Africa subsaariana: el predominio de la migración intra-africana sobre la extra-africana**. n. 50, Documento de trabajo. Madri: Real Instituto Elcano. 2008. Disponível em:
<http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/080530804f019822ba64fe3170baead1/DT50>

RAIMUNDO, I. M. **International migration dynamics in Mozambique and natural resources exploration**. Gold and forest predation. ASC-TUFS, Working Papers, V. 1, 2021, http://www.tufs.ac.jp/asc/ASC-TUFS_WP_01_273-299raimundo_web.pdf



DOSSIÊ TEMÁTICO:

**CIDADES E URBANIZAÇÃO NA ÁFRICA SUBSAARIANA E EM
MOÇAMBIQUE**

Artigo



**CIDADES E/OU ZONAS URBANAS: UMA ANÁLISE NO CONTEXTO DA
URBANIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA URBANA EM MOÇAMBIQUE**

**CITIES AND/OR URBAN ZONES: AN ANALYSIS IN THE CONTEXT OF
URBANIZATION AND QUALITY OF URBAN LIFE IN MOZAMBIQUE**

**VILLES ET/OU ZONES URBAINES: UNE ANALYSE DANS LE CONTEXTE DE
L'URBANISATION ET DE LA QUALITÉ DE VIE URBAINE AU MOZAMBIQUE**

*Por Alice Abdala Omar; Hagira Naide Gelo Machute; Carlota Raimundo Manjate & Tomás
Benjamin Machili*

Alice Abdala Omar

Doutoranda em Geografia, Universidade
Pedagógica de Maputo, Moçambique
Contato: aliceabdalaomar@gmail.com

Hagira Naide Gelo Machute

Doutoranda em Geografia, Universidade
Pedagógica de Maputo, Moçambique,
<http://lattes.cnpq.br/6281365751273611>
ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-1488-8894>
Contato: hagiranaidegelo@gmail.com

Carlota Raimundo Manjate

Doutoranda em Geografia, Universidade Pedagógica de
Maputo- Moçambique
Contato: cmanjate2016@gmail.com

Tomás Benjamin Machili

Doutoranda em Geografia,
Universidade Pedagógica de Maputo- Moçambique
Contato: Machili1977@gmail.com

Como citar

OMAR, A. A., MACHUTE, H. N. G.;
MANJATE, C. R.; MACHILI, T. B. Cidades e/ou
zonas urbanas: uma análise no contexto da
urbanização e qualidade de vida urbana em
Moçambique. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 5, p.
37-52, jan. - mar. 2023.

Recebido 12/02/2023.

Aceite: 18/03/2023



RESUMO. As cidades têm sido associadas ao fenómeno do crescimento urbano, no entanto, as características urbanas propriamente ditas costumam se distanciar daquele espaço tornando-as insatisfatórias para os seus residentes. A reflexão apresentada expõe a urbanização em Moçambique como um processo que produz uma realidade urbana específica que contempla a ruralidade, explica as contradições produzidas pela industrialização e a persistência do modo de vida dos africanos. Ao longo dos anos vivem cada vez mais pessoas nas cidades moçambicanas o que torna imperioso nos preocuparmos com o bem-estar dos residentes. É neste contexto que este artigo reflete, até que ponto as cidades e as zonas urbanas moçambicanas oferecem melhor qualidade de vida urbana. A abordagem qualitativa do artigo baseia-se na análise documental. Deste modo, com o crescimento das cidades moçambicanas o estudo pretende mostrar que o desenvolvimento urbano nas cidades deve garantir oportunidades de acesso aos serviços uma vez que as disparidades socioeconómicas se tornam evidentes e que, nessas condições, a urbanização deixa os residentes em condições de vida precária e mais vulneráveis.

Palavras-Chave: Cidades, Urbanização, qualidade de vida urbana .

ABSTRACT. Cities have been associated with the phenomenon of urban growth, however, the urban characteristics themselves tend to distance themselves from that space, making them unsatisfactory for their residents. The reflection presented exposes urbanization in Mozambique as a process that produces a specific urban reality that contemplates rurality, explains the contradictions produced by industrialization and the persistence of the African way of life. Over the years, more and more people live in Mozambican cities, which makes it imperative to be concerned with the well-being of residents. It is in this context that this article reflects to what extent Mozambican cities and urban areas offer a better quality of urban life. The article's qualitative approach is based on document analysis. In this way, with the growth of Mozambican cities, the study intends to show that urban development in cities must guarantee opportunities for access to services, since socioeconomic disparities become evident and that, in these conditions, urbanization leaves residents in living conditions precarious and more vulnerable.

Keywords: Cities, Urbanization, quality of urban life

RÉSUMÉ. Les villes ont été associées au phénomène de croissance urbaine, cependant, les caractéristiques urbaines elles-mêmes ont tendance à s'éloigner de cet espace, les rendant insatisfaisantes pour leurs habitants. La réflexion présentée expose l'urbanisation au Mozambique comme un processus qui produit une réalité urbaine spécifique qui contemple la ruralité, explique les contradictions produites par l'industrialisation et la persistance du mode de vie africain. Au fil des années, de plus en plus de personnes vivent dans les villes mozambicaines, ce qui rend impératif de se préoccuper du bien-être des habitants. C'est dans ce contexte que cet article reflète dans quelle mesure les villes et les zones urbaines mozambicaines offrent une meilleure qualité de vie urbaine. L'approche qualitative de l'article est basée sur l'analyse de documents. Ainsi, avec la croissance des villes mozambicaines, l'étude entend montrer que le développement urbain dans les villes doit garantir des opportunités d'accès aux services, puisque les disparités socio-économiques deviennent évidentes et que, dans ces conditions, l'urbanisation laisse les habitants dans des conditions de vie précaires et plus vulnérable.

Mots clés : Villes, Urbanisation, qualité de vie urbaine



INTRODUÇÃO

Nas sociedades contemporâneas de todo o mundo a urbanização é um fenómeno complexo, principalmente quando apresenta efeitos importantes sobre a população, o bem-estar e a qualidade de vida urbana. Este artigo traz uma abordagem e análise sobre o processo de urbanização em Moçambique, destacando as categorias de “cidade” e “urbano”. Os termos pressupõem uma vinculação com o processo industrial e o capitalismo, principalmente quando se discute a história da urbanização nos países desenvolvidos. Essa relação foi estudada por Lefebvre (1991), autor central dos estudos urbanos, e posteriormente por inúmeros pesquisadores e diversas correntes que alimentaram os debates com novas abordagens, opiniões, interpretações num contexto de progressos económicos e sociais ocorrendo no mundo. Estes conceitos, em termos práticos e reais, devem ser vistos de forma diferente no tempo e no espaço. Nos países em via de desenvolvimento, a urbanização ocorre muitas vezes como resposta às fraquezas e dificuldades socioeconómicas que vão se repercutir na vida da população e são representadas no espaço. Embora o conceito de urbanização seja visto como processo materializado das relações sociais, políticas e económicas, ele permite também compreender a diferenciação espacial, temporal e contextual dentro da relação do homem com o meio (CARLOS, 2007).

A urbanização é tema de estudos em Geografia, Sociologia, Antropologia, História, Economia, Ciências Políticas etc., estudos cujas reflexões e análises variam em função dos contextos, ou seja, são fruto da relação específica do homem com a sociedade, com o meio em que vive e como isso se reflete sobre a sua vida e o seu dia-a-dia.

Em Moçambique, a urbanização acompanha o marco temporal que se reflete na organização espacial, acompanhando as dinâmicas económicas, sociais e políticas ao longo do tempo. É, conseqüentemente, uma evolução heterogénea do ponto de vista das conseqüências desse processo. Deste modo, pretende-se refletir sobre as políticas de ordenamento territorial e urbano, as características urbanas, o papel da cidade e a questão da qualidade de vida urbana em Moçambique.



CIDADES E/OU ZONAS URBANAS EM MOÇAMBIQUE: LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS

A urbanização em Moçambique é uma das muitas questões sociais que, ao longo dos anos, alimentou debates destinados a construir um conjunto de processos e de quadros normativos nos campos jurídico, legislativo e político. Com efeito, ocupação, uso e aproveitamento do solo urbano dizem respeito às diferentes formas de organização e estrutura, coloniais ou recentes, regidas pelo Regulamento do Solo Urbano (Decreto 60/2006 de 26 de dezembro de 2006). Entende-se por solo urbano, a área compreendida dentro do perímetro dos municípios, das vilas e povoações legalmente instituídas.

A urbanização moçambicana é um processo em constante mutação. Importa salientar que após a criação de dezenas de cidades na época pré-colonial, o colonialismo criou centros urbanos que correspondem às atuais principais cidades atuais. As novas aglomerações se singularizam pelo seu caráter funcional. No contexto da libertação nacional, e no período posterior, o governo moçambicano manifestou preocupação com o processo de urbanização do território nacional. O tema entrou na pauta dos debates parlamentares. Leis foram votadas e políticas de planeamento e desenvolvimento urbanos foram promulgadas. Mudanças ocorreram também na gestão urbana. Recentemente, o decreto de 2006 citado passou a considerar como urbanas as áreas de ocupação consolidada onde os prédios ocupam exclusivamente as suas parcelas e estejam integradas em plano de ordenamento. Essas mutações e iniciativas conduziram ao estágio actual do crescimento e desenvolvimento urbano no país.

A dinâmica da urbanização foi afetada pelo conflito da descolonização e pela guerra civil consequente que se traduziram por uma diminuição da população das cidades. O fenómeno foi revertido após o fim dos conflitos. A partir deste momento, intensificaram-se movimentos migratórios para as cidades motivados pela busca por melhores condições de vida. Melhorar a qualidade de vida urbana era, então, umas das principais prioridades do governo no âmbito das políticas de desenvolvimento urbano. É neste contexto que da Lei de Terra n° 19/ 1997 revela sua importância por garantir acesso e segurança de posse de terra, tanto de moçambicanos como dos investidores nacionais e estrangeiros, no sentido de enquadrar o país à nova conjuntura política, económica e social.



Dois pontos desta Lei merecem destaque, em particular o artigo 12 que faz referência a aquisição, ao direito de uso e ao aproveitamento da terra. O primeiro ponto refere que o direito a posse da terra é garantido às pessoas singulares e comunidades locais segundo as normas e práticas costumeiras, desde que não contrariem a constituição do país. O segundo ponto menciona que a terra pode também ser adquirida mediante sua ocupação por pessoas singulares nacionais que, de boa-fé, a utilizam há pelo menos dez anos. Neste contexto, pode-se aferir que os processos migratórios que se deram após a guerra civil condicionaram a ocupação espontânea do solo urbano e a formação de assentamentos informais, principalmente nas capitais do país.

Segundo um relatório da UN-HABITAT (2007), ao reafirmar a concessão da terra após 10 anos de ocupação, a Lei não previu que poderia suscitar uma afluência populacional em estruturas urbanas herdadas dos portugueses, incapazes de receber os novos migrantes nos espaços formais. Os mesmos construíram suas residências em espaços informais. Assim, ano após ano, a intensificação do crescimento das cidades e da pressão sobre o solo urbano provocaram uma expansão da mancha urbana, doravante frequentemente associada a ocupação informal e desordenada do espaço, contribuindo para a precariedade das habitações. Como atesta Baia (2009):

As características chamadas tradicionais ou vinculadas à vida rural, que persistem e se reproduzem em diferentes lugares que compõem as cidades africanas atuais, têm seus conteúdos derivados no modo de vida das sociedades africanas pré-coloniais. Nesse contexto, a especificidade dos fenômenos da modernidade na África meridional – como o surgimento dos Estados-nação, a urbanização – tem seu fundamento na persistência de lógicas centradas na reprodução de estruturas familiares antigas (BAIA, 2009).

Nas cidades moçambicanas, o processo contínuo da produção do espaço urbano foi assim caracterizado pela diferenciação na dinâmica da organização urbana e pelo seu caráter em grande parte informal, o que contribuiu para a degradação dos padrões de vida. Essa situação constitui um desafio para os governos que devem intervir e gerir o espaço urbano de forma eficiente e abrangente. Para isso, os planos de ordenamento urbano incluem um conjunto de documentos como o Regulamento do solo urbano, o decreto 60/2006, a Lei de Ordenamento do Territorial e o decreto 19/2007 que visam a organizar as intervenções do Estado.

Com a descentralização da governação, assistimos a uma reviravolta legislativa com a promulgação de instrumentos normativos como a Lei 8/2003 de 19 de maio que estabelece competências e regras de funcionamento dos órgãos Locais do Estado, destacando o papel das



Autarquias. No que diz respeito a urbanização, o Decreto 23/2008 de 1 de julho, que aprova o novo Regulamento da Lei de Ordenamento do Território, apresenta as atribuições dos diferentes níveis de intervenção no território entre eles Nacional, Provincial, Distrital e Autárquico (Moçambique, 2008). Pode-se considerar que a competência das autarquias como órgãos competentes na gestão urbana imediata e pontual surge como resposta ao intenso processo de expansão, transformação e ocupação do solo urbana, que foi por muito tempo administrado de centralizada. Assim, a este nível, o progresso da área urbana responde a um conjunto de intervenções reguladas por vários instrumentos de Ordenamento Territorial como: Plano de Estrutura urbana (PEU), Plano Geral de Urbanização (PGU), Plano Parcial de Urbanização (PPU) e Plano de Pormenor (PP) (Moçambique, 2008).

Na sua discussão sobre a o conceito de cidade, Vasconcelos (2015) traz as contribuições de um conjunto de autores com interpretações diversas. Com base nesse estudo procuramos caracterizar as cidades de Moçambique. Vale lembrar que a cidade foi definida como “a realidade da concentração da população, dos instrumentos da produção, do capital, dos prazeres, das necessidades” por Karl Marx e Friedrich Engels, 1846. Em Moçambique, as cidades e áreas urbanas são definidas com base num número mínimo de habitantes e o nível de desenvolvimento económico da aglomeração humana. Seguindo essa definição, o país conta 25 cidades que são também áreas urbanas. De Norte a Sul temos as cidades de Pemba, Montepuez, Lichinga, Cuamba, Nampula, Angoche, Nacala, Ilha de Moçambique, Gurué, Mocuba, Quelimane, Tete, Moatize, Dondo, Beira, Chimoio, Manica, Vilanculo, Inhambane, Maxixe, Gaza, Chókwe, Chibuto, Xai-Xai, Matola e Cidade de Maputo (Mapa 1).



Mapa 1. Cidades de Moçambique



Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

A base desta definição é o Decreto n°20/2015 de 4 de Setembro que aprova as normas e critérios de classificação dos distritos e zonas urbanas, classificando cidades e zonas urbanas em níveis: A (1.250.000 hab.), B (500.000 hab.), C (250.000 hab.) e D (100.000 hab.). O grau de desenvolvimento económico, social e cultural que elas apresentam, que inclui critérios como, finanças públicas, indústria, comércio, serviços, turismo e lazer, saúde, água e energia, educação, urbanização, saneamento do meio, transportes e comunicações, justiça, segurança e ordem pública, vias de acesso, cultura e desporto, é também considerado (MOÇAMBIQUE, 2015).

Esta classificação é, em realidade, preocupante, uma vez que as características da urbanidade são pouco visíveis na maior parte das cidades, num contexto de crescimento acelerado de sua população. Lembramos, como refere Araújo (2003), que tanto em Moçambique quanto no reste da África a urbanização é essencialmente o produto do crescimento vegetativo da população. Para Araújo (1997) *apud* Maloa (2016), critérios devem ser considerados para a definição de áreas



urbanas em Moçambique. São eles a existência de infraestruturas (saúde, ensino, administração, água, luz, comércio, transporte e comunicações, etc.), a diversidade das funções econômicas não agrárias (indústria, serviços, comércio), uma população aglomerada igual ou superior a 10.000 habitantes etc. Logicamente as principais capitais do país (Maputo Cidade, Matola, Xai-Xai, Gaza, Chimoio, Beira, Tete, Quelimane, Nampula, Pemba, Lichinga) são as cidades mais desenvolvidas em termos de infraestruturas urbanas, o que consolida sua atratividade aos olhos da população que vive nos espaços rurais. Não podemos mascarar que o afluxo de migrantes do campo contribui para o inchaço urbano que gera más condições de vida e acentua as desigualdades entre ricos e pobres. Este cenário de crescimento urbano estimula nossa reflexão sobre os impactos sociais e econômicos da urbanização e o direito à cidade, ou seja, o direito a toda sua funcionalidade.

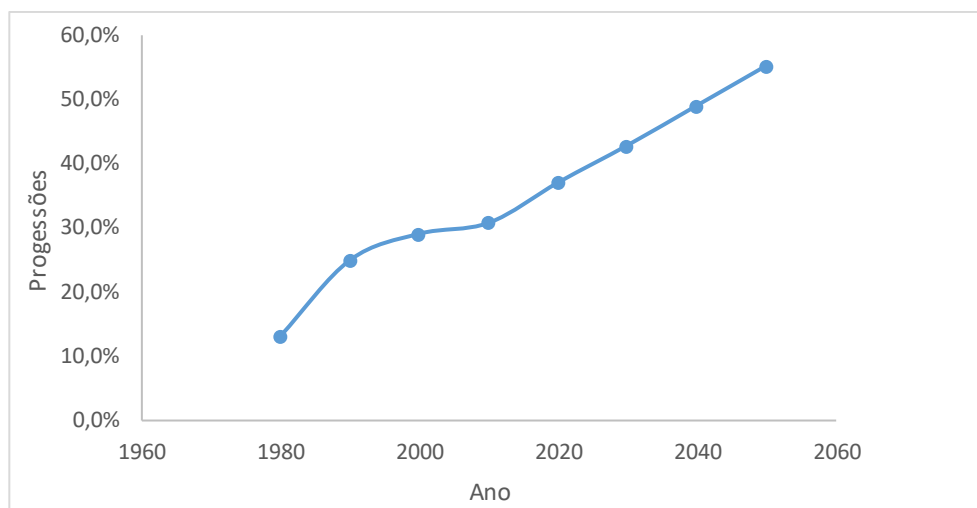
CRESCIMENTO URBANO E QUALIDADE DE VIDA URBANA EM MOÇAMBIQUE

44

No contexto da urbanização dos países africanos a problemática da qualidade de vida que as cidades oferecem à sua população é uma questão central. O forte crescimento da população urbana, que já representa cerca de 50% da população total, é um fenómeno preocupante (UNDESA, 2018). O continente africano é uma das regiões que mais preocupa as instituições governamentais, pelo fato de as cidades apresentarem importantes disparidades socioeconômicas entre ricos e pobres. Com base nas análises demográficas da Organização das Nações Unidas, que situa Moçambique na África Oriental, esta é a região com a taxa de urbanização, 29% da população. Nesta região o Burundi tem o menor índice da população urbana (13.7%). Em 2050, não deveria ultrapassar 27.9% segundo estimativas. Em Moçambique, a taxa de urbanização é de aproximadamente 37.1%. No entanto, prevê-se um aumento considerável nas próximas décadas (Figura 1).



Figura 1. Evolução da taxa de urbanização em Moçambique. 1960-2060
(% da população total)



Fonte: UNDESA (2018).

45

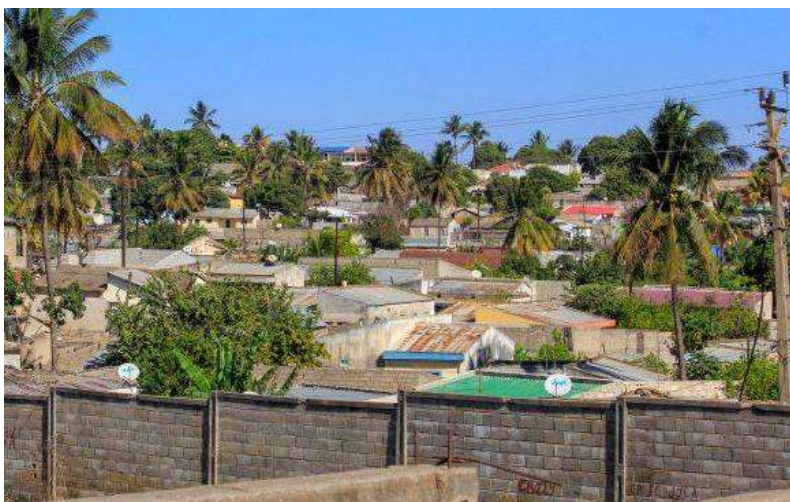
A Figura 1 ilustra a aceleração da urbanização a partir de 1980. A população urbana passou de 13,2% para 25% em 1990 e 30,8% em 2010. Estima-se que a taxa de urbanização alcançará 42,9% da população total em 2030 e 55,3% em 2050. É importante frisar que em Moçambique,

O crescimento recente dos residentes urbanos é, em grande medida, associado ao crescimento natural da população e não à migração rural-urbana: desde 2005 a taxa média de mudança no percentual urbano é de apenas 0,79%. Espera-se, no futuro, uma taxa anual de 3,47% até 2050, com 49% da população do país a residir em áreas urbanas até então. Nesse âmbito, enquanto 9,5 milhões de habitantes residem em áreas urbanas no momento, espera-se que mais 23 milhões vivam em cidades até a metade do século. (UNDESA, 2014 *apud* UNHABITAT, 2018, p.21)

O país tem mais de 30 milhões de habitantes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021) e é crucial discutir a influência do crescimento urbano pois precisa-se de políticas sustentáveis que garantam melhores condições de vida a sua população. A urbanização provocou o congestionamento e o adensamento das cidades moçambicanas, onde a maior parte da população vive nos assentamentos informais criando assim uma expansão não ordenada das zonas urbanas (Imagem 1).



Imagem 1. Espaço urbano não ordenado. Cidade Nampula



Fonte: <https://ikweli.co.mz> (2020).

O caráter informal da produção do espaço urbano gera tensões relativas ao uso e a ocupação do solo desencadeando em conflitos entre habitantes num contexto de crise urbana. Para Barbosa (2011) esta crise está relacionada à incapacidade do planejamento urbano de evitar o crescimento desordenado das cidades, de diminuir a densidade demográfica e prover serviços básicos. Assim, a urbanização em Moçambique é historicamente caracterizada pela produção de um espaço marcado por uma forte segregação socio espacial, que exclui física e culturalmente as classes sociais mais fragilizadas. Nesta ótica, Santos (1993:10) afirma que a cidade, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, em função do modelo socioeconômico que lhe dá suporte de sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias e dos cortiços pessoas ainda mais pobres. Pode-se também frisar que o processo de urbanização é perverso pelo lado dual que o caracteriza, opondo dois modos de vida diferentes – uma cidade estruturada e a outra de lata. Estamos diante de um *apartheid* urbano, que segundo Boaventura (1999), *apud* Barbosa (2011), é uma manifestação espacial de práticas sociais que dividem a cartografia urbana em zonas “selvagens” e “civilizadas”.

Na ótica de Machava (2018), esta tendência verifica-se em toda a África e é quase irreversível. Segundo o autor, uma solução consistiria em evitar o crescimento das megacidades por meio da promoção de pequenas cidades, mais condizentes com as políticas de desenvolvimento



rural. O autor é, ainda, otimista ao considerar a importância do combate à precariedade através de mecanismos institucionais, legais e económicos, de modo a promover a legalização dos negócios informais, a geração de empregos e a dignificação da condição humana.

Importa frisar que nos países sem via de desenvolvimento as cidades são espaços de concentração de meios de produção e de consumo que apresentam problemas ambientais e sociais que se refletem na péssima qualidade de vida dos seus habitantes. Os assentamentos informais nas cidades moçambicanas são locais vulneráveis dos pontos de vista ambiental, social e económico. São muitas vezes mais afastados do centro das cidades, o que intensifica as dificuldades financeiras para suprir as suas necessidades uma vez que os serviços e equipamentos urbanos são distantes, num contexto de crescente dispersão urbana. Segundo Maloa e Júnior (2018), esta dispersão consiste na ocupação do solo com baixa densidade populacional em áreas periféricas do núcleo urbano consolidado. Para os autores, estes espaços são marcados pela crescente demanda em energia e recursos naturais, pela ocupação de áreas ambientalmente frágeis ou suscetíveis a desastres naturais e pela precariedade das condições de vida e de saúde da população.

Moçambique é, portanto, um país onde as desigualdades socioeconômicas se refletem nos modos de organização e estrutura urbana, fenómeno associado as fortes desigualdades de renda. Apenas para elucidar,

nas áreas urbanas a despesa mensal de uma família é aproximadamente 11.889 MT (USD 200), ou 2.360 MT (USD 40) per capita, nas áreas rurais é apenas 40% deste valor – 4.654 MT (USD 75), ou 956 MT (USD 6) per capita. Esta discrepância é ainda mais visível quando se compara custos de moradia e transporte: moradores urbanos gastam de 4 a 5 vezes mais do que seus pares rurais, (INE, 2015 *apud* UN-HABITAT, 2018, p.23)

O processo de urbanização em Moçambique é uma resposta ao desenvolvimento económico que não evita desigualdades socioespaciais. Seguimos Rodrigues (2007) quando afirma que a urbanização é um produto do sistema capitalista que perpetua essa desigualdade social por ser um produto da reprodução ampliada do capital. Neste âmbito, as dificuldades da população de viver nas cidades aumentam em decorrência do aumento do custo de vida (transporte e alimentos principalmente). Em consequência disso, a insegurança alimentar nos centros urbanos, que Souza (2004) define como um acesso limitado a alimentos adequados, em qualidade e quantidade suficientes suscetível atingir as condições biológicas dos indivíduos, é um problema crítico. Conforme exposto, realça-se, que muitas famílias são vulneráveis ao risco de insegurança



alimentar em espaços urbanos e rurais, devido, principalmente, as secas, inundações e a dependência das importações de alimentos que condiciona em larga escala o aumento de preço dos produtos (ONU, 2020).

No campo da educação a insuficiência de instituições públicas é também preocupante. Nos últimos anos cresceu o número de instituições de ensino privado, abrangendo o ensino primário e secundário, num contexto de forte crescimento do número de alunos no ensino primário que passou de 9.661.100 em 2015 para 11.631.200 em 2017 (INE, 2018). Facto curioso é que as escolas privadas se aproximam da demanda e se localizam no conjunto do espaço urbano. Na periferia, esses estabelecimentos de ensino se instalam às vezes em casas existentes.

A partir de uma análise do nível de renda e do custo do transporte em áreas urbanas e rurais, um relatório da UN-HABITAT (2018) explica que a urbanização apresenta vantagens (renda mais alta) e desvantagens (competição pelo uso da terra, preço dos materiais de construção e recurso ao transporte motorizado mais oneroso do que o não motorizado).

É importante ressaltar que a problemática da qualidade de vida urbana não se limite aos aspectos de ordem social. Precisamos hoje, de preferência, numa perspetiva transdisciplinar considerar os efeitos das mudanças climáticas, em particular das inundações sobre o bem-estar da população em quase todo o país. No pensar de Anellia (2020), a alteração dos regimes de chuva, que gera precipitações mais frequentes e intensas, e o fenómeno das ilhas de calor afetam em especial as áreas de assentamentos mais precários, onde a elevada vulnerabilidade social expõe contingentes de pessoas a riscos constantes de inundação, deslizamentos, falta de água potável e doenças geradas pelo calor excessivo. Nesta ótica, WHO (2004) *apud* Garcia, Bandeira & Lise (2009) frisa que o elevado nível de degradação do meio ambiente nas zonas urbanas e periurbanas, associado ao alto nível de pobreza em Moçambique são determinantes para o quadro epidemiológico de doenças infecciosas e parasitárias que atingem as populações mais vulneráveis (mulheres e as crianças), repercutindo negativamente sobre as taxas de mortalidade infantil e materna. Veríssimo (2013) considera, por exemplo, que os municípios de Dondo (zona centro) e Nacala (zona norte) apresentam um padrão de urbanização semirrural e de baixa densidade. Por isso, enfrentam sérios problemas de acesso á infraestruturas de saneamento, o que impacta negativamente a qualidade de vida.

Imagem 2. a) Deposição de resíduos sólidos na via pública, na cidade de Nacala;
b) Saneamento do meio deficitário, na Cidade de Dondo



Fonte: OMAR; MACHUTE.; MANJATE; MACHILI, (2022).

Trata-se de um cenário característico das cidades moçambicanas, em particular de seus espaços periféricos que enfrentam problemas típicos como poluição e contaminação do meio ambiente, deficiências na coleta e tratamento de lixo e esgoto. As mudanças socioeconômicas e políticas, o crescimento e a densidade populacional intensificam a pressão sobre o espaço urbano e trazem, portanto, importantes desafios à sua sustentabilidade urbana. Assim, urge maior intervenção de gestão urbana, sustentada por recursos financeiros e ações a serem desenvolvidas visando o funcionamento eficaz dos serviços básicos.



CONCLUSÃO

Moçambique é um país experimentando constantes mudanças sociais e económicas, o que tem influenciado fortemente no processo da urbanização. O facto merece atenção por levantar desafios organizacionais e estruturais sobre o espaço. As áreas urbanizadas e as cidades, definidas com base no número de habitantes e no nível de desenvolvimento económico, são caracterizadas por dificuldades enfrentadas por uma fatia da população residente nesses espaços. Em primeiro lugar, porque as atividades de produção e as infraestruturas são distribuídas de forma espacialmente desigual acentuando o quadro de desigualdades socioespaciais e regionais. Em segundo lugar, o facto de a maior parte população mais pobre viver distante das áreas centrais significa enfrentar carências no acesso à água potável, aos serviços de saúde e de educação. Por sua vez, a baixa qualidade dos transportes públicos e das vias de circulação impacta a mobilidade urbana, por dificultar os deslocamentos em direção ao centro das cidades. A baixa capilaridade da malha viária constitui outro problema maior para os cidadãos da periferia.

50

Em suma, intervenções sobre o espaço urbano são urgentes pois as cidades e as áreas urbanizadas moçambicanas são cada vez mais caras e segregadas do ponto de vista do acesso aos serviços e equipamentos de uso coletivo. Desse modo, é necessário que sejam tomadas medidas que garantam que a população a residir na cidade tenha o direito de viver nela. Investimentos nos transportes públicos são imprescindíveis, pois as condições de mobilidade da população são afetadas pelo preço e a precariedade dos deslocamentos. Assim, o desafio da urbanização em Moçambique requer um profundo esforço de reestruturação dos planos e das políticas de gestão urbana, destacando principalmente os investimentos tanto públicos como privados em infraestruturas sociais.

REFERÊNCIAS

ANELLIA, R. L. S. As cidades e o aquecimento global: Desafio para o planejamento urbano, as engenharias e as ciências sociais e básicas. **Journal of Urban Technology and Sustainability**, v. 3, n. 1, p. 4–17, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47842/juts.v3i1.1>.

AMIN, S. **O desenvolvimento desigual**; ensaio sobre as formações sociais. capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1973.



ARAÚJO, M. G. M. de. Os espaços urbanos em Moçambique. São Paulo, **GeoUsp Espaço Tempo**, n. 14, 2003. p. 165-182.

BARBOSA, J. L. Ordenamento territorial urbano na era de acumulação globalizada. In: SANTOS, M.; BECKER, B. (Org.) **Território e territórios**- Ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina. 3ed, 2011. p.124-144.

BAIA, A. **Os conteúdos da urbanização em Moçambique**: considerações a partir da expansão da cidade de Nampula. Tese de Doutorado, Pós-Graduação em Geografia Humana, FFLCCH, Universidade de São Paulo – USP, 2009

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: novos Escritos Sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

GARCIA, F. R. M.; BANDEIRA, R. R.; LISE, F. Influências ambientais na qualidade de vida em Moçambique. **Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa**, São Paulo, v 3, n. 6, 2009, p. 69-92.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reaa/article/download/11520/13288/14394>

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford (R.U.) e Cambridge (EUA): Blackwell, 1991.

MALOA, J. M. **Urbanização moçambicana**. Uma proposta de interpretação. Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo-USP, 2016.

MALOA, J. M.; JÚNIOR L. N. A dispersão urbana em Moçambique: uma contribuição ao estudo da produção do espaço urbano em Maputo. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**. Curitiba, v.45, n. 1. 2018, p. 91 – 109. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/50743>>

MACHAVA, R. Os desafios da urbanização em África. **Jornal o País**, Maputo. Disponível em <<https://opais.co.mz/os-desafios-da-urbanizacao-em-africa/>>. Acesso em: 02.5.2018

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Anuário Estatístico de Saúde**. Maputo: Ministério da Saúde, 2021.

MOÇAMBIQUE. **Boletim da República**. Decreto 23/2008. I Série, Número 26, 2008.

MOÇAMBIQUE. **Boletim da República**. Decreto nº 20/2015. I Série, Número 71, 2015.

ONU. Moçambique em Lista de países com risco de insegurança alimentar por causa da pandemia. **Perspectiva global. Reportagens humanas**. New York: ONU NEWS, 2020. Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2020/07/1720721>>



RODRIGUES, A. M. Desigualdades socio espaciais. A luta pelo direito à a cidade. São Paulo, **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, 2007.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. Editora do Humanismo, Ciência e Tecnologia. São Paulo – Brasil, 1993.

SOUZA, N. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo. 5ed. Atlas, 2004.

UNITED NATIONS, DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. **Population Division. World Urbanization Prospects: The 2018 Revision**, Online Edition, UNDESA, 2018.

UN-HABITAT. **Perfil do Sector Urbano em Moçambique**, Nairobi, Quênia, 2007.

UN-HABITAT. **Perfil do Setor de Habitação Moçambique**. UN- Habitat Moçambique, 2018.

VASCONCELOS, P. A. As metamorfoses do conceito de cidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 4, n.4, 2015. p.17-23.

VERÍSSIMO, C. A importância do espaço doméstico exterior para um modelo de ecodesenvolvimento de cidades médias. O caso do Dondo, Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 100, | 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/5277>



DOSSIÊ TEMÁTICO:

**CIDADES E URBANIZAÇÃO NA ÁFRICA SUBSAARIANA E EM
MOÇAMBIQUE**

Artigo



**VIOLÊNCIA DO PROCESSO DA URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE:
ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DOS MURROS RESIDENCIAIS**

**VIOLENCE IN THE URBANIZATION PROCESS IN MOZAMBIQUE:
ANALYSIS OF THE CONSTRUCTION OF RESIDENTIAL WALLS**

**VIOLENCE DANS LE PROCESSUS D'URBANISATION AU MOZAMBIQUE:
ANALYSE DE LA CONSTRUCTION DE MURS RESIDENTIELS**

Por Bebito Manuel; José Joaquim Franze; José Megaço; Joaquim Miranda Maloa; João Gervásio Bacar; Nelson Maquil & Plácido Bento Miguel

Bebito Manuel
Universidade Licungo, Moçambique

José Joaquim Franze
Polícia da República de Moçambique
<http://orcid.org/0000-0002-7621-3745>
Contato: josefranze1@gmail.com

José Megaço
Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique

Joaquim Miranda Maloa
Universidade Rovuma, Maputo, Moçambique
<https://orcid.org/0000-0002-9277-2133>
Contato: mwanamaloa@gmail.com

João Gervasio Bacar
Mestrando em Gestão Ambiental
Universidade Rovuma - Niassa, Moçambique

Nelson Maquil
Mestrando em Gestão Ambiental
Universidade Rovuma - Niassa; Moçambique

Plácido Bento Miguel
Licenciado em Geografia
Universidade Rovuma-Extensão de Niassa,
Moçambique

Como citar
MANUEL, B.; FRANZE, J.J.; MEGAÇO, J.; MALOA, J.M.; BACAR, J.G.; MAQUIL, Nelson; MIGUEL, P. B (2023) Violência do processo da urbanização em Moçambique: a análise dos murros residenciais. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 5, p. 53-67, jan.- mar. 2023.

Recebido 20/02/2023.
Aceite: 28/03/2023



RESUMO. Nas últimas duas décadas a expansão urbana em Moçambique, tem sido acompanhada pelo crescimento do crime violento, desde meados dos anos 90, que gerou o medo e uma série de novas estratégias de proteção e reação, dentre as quais a construção dos muros altos, tornou-se a mais emblemática. Este artigo analisa a forma pela qual o crime, o medo da violência tem criado transformações urbanas para produzir um novo padrão residencial. A pesquisa na qual se baseia este artigo foi realizada entre 2021 e 2022 e apoia-se numa combinação de metodologias e tipos de informações, como pesquisa bibliográfica e observação participante. Dentro deste contexto, observa-se que os muros altos nas cidades moçambicanas para além de garantir a segurança e privacidade dos residentes, tornou-se também um novo modelo de segregação socioespacial, que está se disseminando rapidamente não só nos espaços urbanos, mas também nos rurais.

Palavras – chave: Violência. Urbanização. Crime e Construção de muros residenciais

ABSTRACT. In the last two decades, urban expansion in Mozambique has been accompanied by the growth of violent crime, since the mid-90s, which has generated fear and a series of new protection and reaction strategies, among which the construction of high walls, has become the most emblematic. This article analyzes the way in which crime and the fear of violence have created urban transformations to produce a new residential pattern. The research on which this article is based was carried out between 2021 and 2022 and is based on a combination of methodologies and types of information, such as bibliographical research and participant observation. Within this context, it is observed that high walls in Mozambican cities, in addition to ensuring the safety and privacy of residents, have also become a new model of socio-spatial segregation, which is rapidly spreading not only in urban spaces, but also in rural areas.

Keywords: violence; urbanization; crime and construction of residential walls

RÉSUMÉ. Au cours des deux dernières décennies, l'expansion urbaine au Mozambique s'est accompagnée d'une croissance de la criminalité violente, depuis le milieu des années 1990, qui a généré la peur et une série de nouvelles stratégies de protection et de réaction, y compris la construction de hauts murs, sont devenues la plus emblématique. Cet article analyse comment le crime et la peur de la violence ont créé des transformations urbaines pour produire un nouveau modèle résidentiel. La recherche sur laquelle cet article est basé a été menée entre 2021 et 2022 et repose sur une combinaison de méthodologies et de types d'informations telles que la recherche documentaire et l'observation participante. Dans ce contexte, on observe que les hauts murs des villes mozambicaines, en plus de garantir la sécurité et l'intimité des résidents, sont également devenus un nouveau modèle de ségrégation socio-spatiale, qui se répand rapidement non seulement dans les espaces urbains, mais aussi dans les zones rurales.

Mots clés : Violence. Urbanisation. Criminalité et construction de murs résidentiels.



INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas a expansão urbana em Moçambique tem sido acompanhada pelo crescimento do crime violento que, desde meados dos anos 90, aumentou o sentimento de insegurança na população. Como mostra um dos entrevistados: *"O único medo é o assalto que ocorre nas residências em grupo de dez a quinze, encapuzados, com armas brancas ou de fogo, (...), tornando as noites não agradáveis (...)"*¹. A violência urbana e o medo de crimes violentos fazem hoje parte da vida cotidiana da população urbana.

Este artigo centra-se na violência decorrente da natureza do processo de urbanização. Do latim *violentiā* – a violência é a “qualidade ou estado do que é violento; ato de violentar; força empregue contra o direito natural de outrem; ação em que se faz uso de força bruta; crueldade; força; intensidade; veemência; ímpeto; prepotência; tirania; coacção” (KULA, 2009, p.19). Segundo a Organização Mundial de Saúde (2016), a violência é o uso intencional de força, ou poder, contra si ou contra outra pessoa ou grupo, resultando em grande probabilidade de ferimentos, morte, afectação psicológica, desenvolvimento precário ou privação de razão.

O processo de urbanização faz surgir espaços residenciais distintos em razão da classe social dos moradores. Os crimes contra propriedade são na sua maioria praticados contra a classe abastada, devido a presença de bens procurados pelos criminosos. Por sua parte, os crimes contra pessoas ocorrem na sua maioria em bairros periféricos pobres, sem iluminação pública, saneamento do meio, policiamento ostensivo e caracterizados por uma elevada densidade populacional por comodo (FRANZE, 2017). Ainda de acordo com Franze (2020), as diversas formas de incivildades prevalentes nestes bairros periféricos moçambicanos constituem, também, factores da criminalidade.

A urbanização é um fenómeno que acontece em quase todos os países, tendo cada continente um ritmo diferente, e que tem contribuído para uma grande alteração do território (ESTEVEVES, 1999). A violência decorrente da natureza do processo de urbanização se manifesta pelo crescimento do crime que, desde meados dos anos 90, gera medo e uma série de novas estratégias de protecção e reacção por parte dos cidadãos. A construção dos muros altos tornou-se a mais emblemática delas, o que tem efeitos nefastos para o setor de segurança, as actividades

¹ Entrevistado na cidade de Lichinga em 2021.



económicas e sobre a arquitectura da vedação residencial. Portanto, o recrudescimento da criminalidade urbana levou a população a adotar uma estratégia de auto-segregação com muros altos, um autêntico enclave social, impedindo uma vigilância natural².

Tal como apontam Jacobs (2000) e Caldeira (2000), “a violência e o medo combinam processos de mudança social nas cidades contemporânea”. Hoje em dia, o uso de portões, grades ou sistemas de alarme, caracteriza a arquitetura da cidade e tem modificado a paisagem urbana (MEDEIROS et al.,2006). Ademais, assiste-se a uma proliferação de indústrias privadas de segurança que vê na criminalidade uma oportunidade para o desenvolvimento de um negócio rentável.

Nesse artigo, analisamos, a violência do processo da urbanização em Moçambique, aferindo a reação da população ao construir muros altos para supostamente se proteger da criminalidade. Esse novo tipo de residência a partir de uma série de perspectivas interligadas, apresenta diversos momentos. Em primeiro lugar, analisamos as suas desvantagens, na medida em que prejudica o policiamento natural (aquele feito por transeuntes), fazendo com que o criminoso se sinta longe de ficar descoberto e preso. Em Moçambique, nos últimos anos, não foi apenas o crime violento que aumentou, mas também formas de abusos e violência protagonizados pelas instituições responsáveis pela prevenção do crime e pela proteção dos cidadãos. Em segundo lugar, analisamos a violência decorrente da natureza do processo de urbanização e sua relação com a produção de muros altos. Em terceiro lugar, discutimos alguns aspectos problemáticos da vida cotidiana provocadas por muros altos das residências.

O AUMENTO DO CRIME VIOLENTO URBANO EM MOÇAMBIQUE

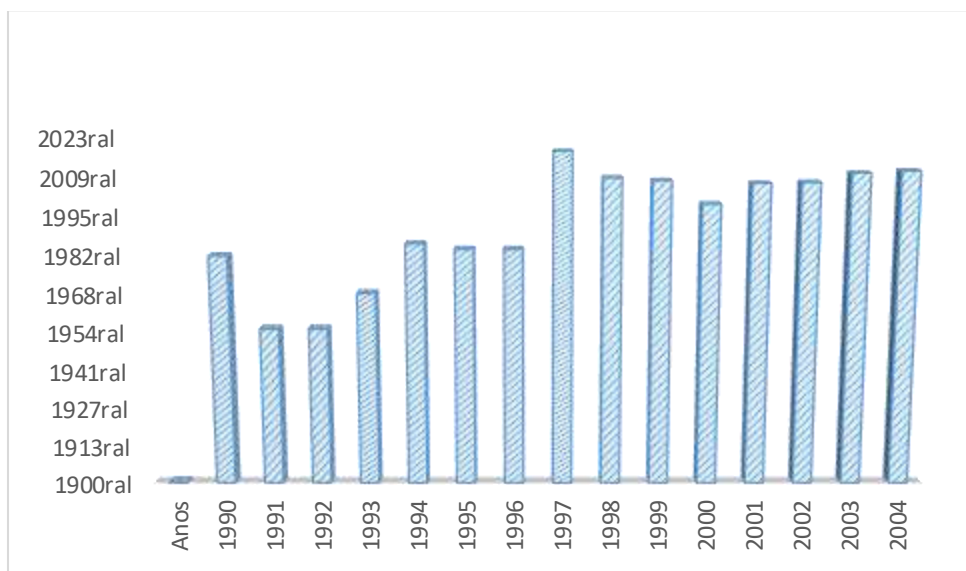
Maloa (2015 e 2019), argumenta que foi na década de 1990 que o crime violento urbano começou a aumentar, principalmente por meio de casos de agressão física que constituíam mais de um terço dos crimes anuais (Gráfico 1). Autores como Serra, (2008, 2009) e Vatune (2013), apontaram também que, na mesma década, começaram a repercutir novas modalidades criminosas no espaço urbano moçambicano, com maior destaque para os linchamentos, homicídios

² Vigilância feita por transeuntes nas calçadas.



(SHABANGU, 2011), roubos de automóveis com recurso à arma de fogo (PAULINO, 2003; SHABANGU, 2011), raptos (ALBERTO, 2015; FRANZE, 2021).

Gráfico 1: Crimes em número absolutos, Moçambique (1990-2004).



Fonte: Comando Geral da Polícia de Moçambique (2005).

A taxa de crime passou de 281 por 100 mil habitantes em 1997 para 250 em 2004. Esses dados ilustram um fenómeno inédito sobre a nova sociedade urbana, que introduziu objetos do desejo, que mobilizam cobiças e posses. Como diz M'Bembe (2001), tanto as fontes como os vetores destes objetos estão largamente difundidos noutras sociedades. Porém, a singularidade da sociedade urbana moçambicana é a magnitude da carência e da escassez de categorias de bens, que têm ampla visibilidade, são conhecidos mas são consumidos por poucos. Isso tem estimulado formas violentas de criminalidade voltada para a posse desses objetos (ADORNO, 1999; 2002).

Os homicídios, como mostra Franze (2020), têm ocorrido nas áreas residenciais periféricas desprovidas de condições socioeconómicas favoráveis. Ainda de acordo com Franze (2020), os crimes contra a vida são na sua maioria praticados em áreas pobres, movidos por ciúmes e consumo excessivo de bebidas alcoólicas, enquanto os crimes contra propriedade são, na sua maioria, cometidos em áreas ricas, devido a presença de bens cobiçados pelos criminosos.

Dentro deste cenário, aumentou o número de presos que passou de 8.812 reclusos em 2000; para 15.000 em 2006; 16.881 em 2012, e 15.663 em 2014. Houve também transformações nas



penas aplicadas. Penas alternativas à prisão permitem o envolvimento da sociedade na recuperação dos cidadãos em conflito com a lei (HORIZONTE 25, 2014) e penas mais duras são aplicadas para crimes violentos (CÓDIGO PENAL, 2019). Cresceu o tempo médio de encarceramento e aumentou o policiamento nas áreas próximas aos edifícios bancários, casa de câmbios e comércios.

Cresceram, ao mesmo tempo, os serviços de segurança privada para a proteção de bens públicos e privados, como apontou o representante de Segurança de Moçambique (MOSEG), o general Estanilau Fidelis, cuja empresa foi fundada em 2001 e que já tinha um efectivo de cerca de dois mil trabalhadores e um volume de negócios significativos em 2004 (MASCARENHA.; CARVALHO, 2004). Hoje, a indústria de segurança privada difunde seus serviços um pouco por todos os espaços urbanos e rurais, não podendo apenas estar associada exclusivamente ao aumento do crime e do medo, nem às disfunções da polícia e do sistema judiciário. Deve-se considerar também a oportunidade de gerar lucro por conta da criminalidade violenta. Tal como aponta Caldeira (2000), nos últimos anos, o crescimento da indústria da segurança privada (tanto em equipamentos quanto em serviços) é uma característica das sociedades capitalistas ocidentais e de muitos países em via de desenvolvimento que estão a reboco do capitalismo global. Ou seja, a globalização vende estes serviços sob formas cada vez mais sofisticadas e variadas. Em diversos países ocidentais, o equipamento de segurança está se tornando cada vez mais complexo e os serviços privados estão crescendo consideravelmente, tanto em quantidade como em extensão (MOSER, 2004).

Apesar do crescimento dos serviços e tecnologias de segurança privada ser uma tendência internacional, ela assume algumas características distintas em contextos marcados por um crescimento maior das formas mais violentas de crime relação as menos violentas. Desta forma, como apontou o antigo Procurador da República de Moçambique, Augusto Paulino, nos primeiros anos pós-independência o nível da criminalidade era, de uma maneira geral, muito baixo, tanto em quantidade como em periculosidade. “*O crime, em suma, tem vindo a agigantar-se, avantajando-se, até certo ponto, à máquina do Estado vocacionada a combatê-lo*” (PGR, 2006, p.45)³. Com certeza, todas essas transformações provocaram impactos na vida cotidiana dos habitantes e estrutura urbana.

³ Grifo nosso.



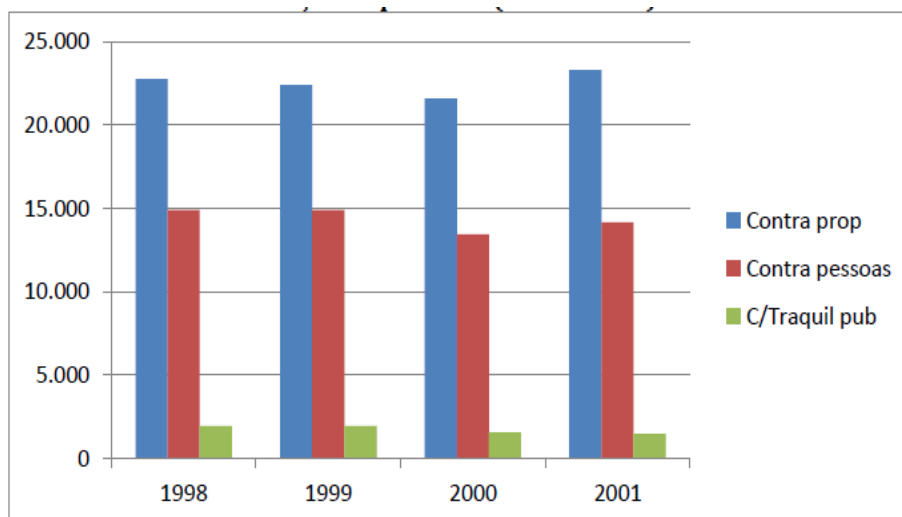
Conforme Franze (2021), o criminoso tem uma perspectiva de ação racional voltada para a maximização do lucro. Para tal, antes de se envolver em um acto delitivo, ele faz um balanceamento entre o risco de ser preso ou morto, quer pela população, quer pela polícia e os ganhos que possam advir da ação delitiva. Se o risco for maior que os benefícios, ele desiste deste alvo e procura alvos propiciando mais ganhos potenciais e menos riscos.

A CONSTRUÇÃO DE MURO ALTOS COMO REAÇÃO A VIOLÊNCIA DO PROCESSO DA URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Na atualidade, a metade da população mundial é considerada urbana. O processo de urbanização continua acelerado, mas é marcado por ritmos regionalmente diferenciados (MACHADO, 2004). A violência decorrente da natureza do processo de urbanização está ligada ao desenvolvimento dos centros urbanos, em especial, por meio da concentração populacional (BONDARUK 2007). Ela é associada à causas políticas, econômicas e sociais. Essa violência não é um processo uniforme. Como diz Franze (2017), o crescimento dos centros urbanos alimentado pelo êxodo rural faz surgir bruscamente novos bairros residenciais que devem atender o aumento da demanda por moradias. Em contrapartida, verificam-se nos bairros periféricos comportamentos violentos adversos quase constantes diante desta dinâmica.

O crime patrimonial e a forma rotineira e brutal de como é praticado estimulam a sensação do medo e insegurança na população. Diante desta realidade, cidadãos adotam rotinas de cautela (SEGULANE, 2003). Como aponta Caldeira (2000), a violência e o medo se combinam com processos de mudança social nas cidades contemporâneas. Foi o que asseverou Tomane (2004, p. 2) no seu estudo sobre a violência urbana no bairro de Polana-Caniço, na cidade de Maputo, onde moradores evitavam andar de noite com medo de serem assaltados. Quando isso é inevitável, usam várias estratégias tais como: "guardar o dinheiro, o telefone celular, os brincos, colares e alianças nas roupas interiores (cuecas, *soutiens*) e nas meias". Por outro lado, conforme uma pesquisa realizada por Franze (2021) em Chimoio, Gondola e Manica, em alguns bairros locais estudados, durante à noite as pessoas preferem andar em grupo ou recorrer a táxis para chegarem às suas residências evitando assaltos na via pública.

Gráfico 2. Evolução de crimes contra propriedade; contra pessoa e tranquilidade pública em Moçambique entre (1998 - 2001)



Fonte: Maloa (2012).

A violência decorrente da natureza do processo de urbanização, como dissemos anteriormente, está a gerar sensações de medo e insegurança, num contexto em que a população acredita que a polícia não funciona dentro do marco da legalidade (UNICRI, 2003; KULA, 2009; NOTÍCIAS, 6 março de 1992). A sensação do medo por parte da população urbana em Moçambique se intensificou a partir da década de 1990, num período em que ocorria um processo de urbanização acelerada (ARAÚJO, 2003). Logo após os acordos de Roma, que puseram fim à longa e destrutiva guerra civil, esperava-se que a maior parte da população que havia se refugiado na cidade por conta da guerra, retornasse as suas zonas de origem, pois, os centros urbanos não lhes ofereciam condições de trabalho e de vida mínimas.

As cidades que receberam menos deslocados durante a guerra civil albergaram um número considerável de novos migrantes com a paz, como foi o caso de Inhambane/Maxixe que cresceu com uma taxa média anual de 12,8%, do Chimoio (8,3%) e da Beira (5,1%). As restantes mantiveram ritmos de crescimento demográfico semelhantes à fase anterior, com exceção da área urbana Maputo/ Matola, cujo crescimento demográfico foi apenas o resultado do crescimento natural (2,4%) (ARAÚJO, 2003).



Tabela 1. Taxa de crescimento médio anual de 1980 -1997 (%)

Cidades	1980-1991	1991-1997
Lichinga	4.5	5.3
Pemba	4.4	4.2
Nampula	4.3	4,5
Nacala	4.8	4.0
Quelimane	8.4	0.5
Tete	6.9	1.3
Chimoio	4.1	8.3
Beira	2.9	5.1
Inhanbane	2.1	12.8
Xai-Xai	6.5	2.1
Chókwè	16.0	0.3
Matola	4.4	2.4
Maputo	4.6	3.1

Fonte: Araújo (2003).

A partir de 1992, a população mais pobre começou a se fixar nos bairros periféricos da área urbana apresentando diversos problemas de habitabilidade como a precariedade do saneamento do meio e da iluminação pública, a falta de água canalizada e de vias de acesso transitáveis. Esses problemas geraram também descontentamento entre parte dos novos residentes, pertencentes a classes economicamente mais favorecidas, que instalaram suas novas residências em locais caros e com todas as condições sociais básicas de habitabilidade, onde, os antigos moradores do local foram expulsos por falta de recursos financeiros.

A cidade saiu, então, de uma fase de implosão e entrou numa era de expansão que transformou sua periferia. Ao mesmo tempo, as classes mais abastadas iniciavam uma fase de construção residencial em espaços da área urbana considerados áreas de preservação ambiental pelos planos directores (ARAÚJO, 2003). Franze (2021) defende que, neste contexto, as áreas elegantes do centro da cidade foram ocupadas por ricos, empurrando os pobres para zonas



periféricas mais desfavoráveis, provocando um processo de gentrificação, com o fito de modificar a paisagem urbana e valorizá-la.

A densidade urbana aumenta assim a medida que a região comporta os fluxos económicos inter e intra-regionais capazes de alavancar um processo de realimentação do adensamento do lugar central estruturante de uma dada região. O fator primordial que determina o grau de integração entre regiões é a capacidade de estabelecer bases exportadoras regionais, decorrentes da exploração de suas vantagens comparativas (LÖSCH, 1954; NORTH, 1977). As relações económicas intra-regionais, por seu turno, são alimentadas pela ampliação da oferta de serviços capazes de estimular o desenvolvimento de economias urbanas, como é o caso em Maputo, Matola, Beira e Nampula que estão se expandindo cada vez mais para espaços rurais.

A expansão em direção à espaços rurais não é mais exclusiva das grandes cidades. Pode, também, ser observada em cidades de médio e pequeno porte, como resultado da dinâmica de produção de habitação. O processo é acompanhado pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas (MOÇAMBIQUE, 2018, p.2), que diz que: “todas as edificações, seja qual for a sua natureza, deverão ser construídas com perfeita observância das melhores normas da arte de construir” e “com todos os requisitos necessários para que lhes fiquem asseguradas, de modo duradouro, as condições de segurança, salubridade e estética mais adequadas à sua utilização e as funções educativas que devem exercer”.

A população urbana tem usado o medo da violência e do crime para justificar a construção de muros residenciais altos feitos de alvenaria, concreto, grades ou cercas (ALMADA, 2006). Para os que já tinham construído muros, a reabilitação dos mesmos permitiu elevar eles até 3 a 5 metros de altura. Para adaptar-se a situação atual, muros mais altos garantem maior sentimento de segurança. Conforme estudos realizados por Franze (2021), os muros altos de vedação residencial impedem visibilidade de quem passa na calçada, ou seja, a vigilância natural (feita por transeuntes durante a sua caminhada pelas calçadas). Por outro lado, são perigosos, porque ninguém pode ouvir ou mesmo socorrer as vítimas de infrações solicitando socorro. Do exterior, as pessoas podem pensar que se trata de uma simples briga de casal. Aliás, para uma segurança residencial eficaz, Jacobs (2011), sugere a construção de muros baixos, de preferência com grades para permitir uma vigilância natural.

Figura 1. Residências com muros altos



Fonte: A equipa de pesquisa (2022).

63

A construção de muros residenciais altos que parecem bunkers tem alterado a estética das residências, de acordo com a realidade vivida nas cidades moçambicanas. Constituem hoje as vedações mais desejadas pelos moradores, principalmente os da classe média. Foram transformados em objeto característico da nova forma de urbanização nas cidades moçambicanas.

Em termos dramáticos, há quem afirme que o nosso tempo está sendo varrido por vendavais de insegurança. Aconteceria mesmo que os melhores esforços que fazemos no sentido de tornar o nosso ambiente mais seguro conduziram, paradoxalmente, para uma insegurança ainda maior, dando lugar ao que se designa por dilema da insegurança” (ALVES, 2008, p. 64).

A insegurança é o antónimo de segurança, que significa “a condição que se estabelece num determinado ambiente, através da utilização de medidas adequadas, com vista à sua preservação e à condução de actividades, no seu interior ou em seu proveito, sem rupturas” (ALVES, 2011, p. 74).



ALGUNS ASPECTOS PROBLEMÁTICOS DA VIDA COTIDIANA DENTRO DOS MUROS ALTOS DAS RESIDÊNCIAS URBANAS

64

A construção dos muros nas cidades moçambicanas, tornou-se uma estratégia de segurança suplementar, justificada por residentes entrevistados como uma forma de se proteger do crime violento. Como diz Almada (2006), os muros têm uma função ambígua. Facilitam a segurança residencial, mas aumentam o isolamento da residência e dificultam a visibilidade. Isso fica mais claro quando se lembra as ruas das grandes cidades no passado ou de cidades pequenas onde os moradores são os “olhos das ruas”. As crianças podem sair sem medo para brincar nas ruas (pouco movimentadas). As pessoas podem circular nas ruas, até mesmo pouco iluminadas, pois há muitas janelas viradas para as ruas. Os moradores, quando enxergam qualquer ameaça de perigo, movimentação, ou barulho fora do normal, vão socorrer a vítima. O contato visual entre o interior das edificações e o espaço público funciona como uma vigilância natural, transmitindo segurança aos pedestres. Qualquer briga, incidente, confusão, assalto entre outros, podia ser controlada ou inibida com a ação dos próprios moradores, que podem observar a rua de dentro de suas casas (SABOYA, 2010).

Os muros altos segregam os que estão nas ruas dos que estão protegidos atrás deles, impossibilitados de serem socorridos (JACOBS, 2011). Isso expõe o drama urbano da civilização *versus* a barbárie. Manter a segurança urbana se tornou uma função fundamental dos muros das cidades e suas calçadas. Jacobs (2011), assevera que a violência da urbanização e a insegurança real, ou imaginária, são fenômenos sérios em cidades. E, também, como dizem Dias (2005) e Lopes apud Santos (2009), os muros altos representam uma fuga e não um enfrentamento da violência, o que os tornam uma pseudo-solução para acabar com a violência urbana. Pior, em longo prazo pode deteriorar a qualidade de vida e as condições de exercer a própria cidadania na malha urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da urbanização extensiva, tomado enquanto resultado-síntese dos processos de explosão urbana e de extensão espacial do meio-técnico-científico-informacional, permitiu a



emergência de novas centralidades no entorno metropolitano. O processo de urbanização tem influência no crime e na construção de muros residenciais dos municípios nas cidades moçambicanas, pois estes dois processos expandem-se de forma unânime, mais com intensidades diferentes. Assim, os residentes ficam convictos que com a adoção de novos modelos de arquitectura de muros, iram se proteger do crime, apesar que em termos sociais distanciam-se dos outros, tais como seus vizinhos. A ideia é reforçada por Jencks (1993) que defende que a arquitetura defensiva, embora lamentável como tática social, também protege os direitos dos indivíduos e grupos ameaçados. Os muros altos na visão dos seus proprietários representam uma segurança contra perigo alheio, sobretudo assaltos, mas a realidade mostra que eles são perigosos, pois, coíbem a vigilância que seria proporcionada por transeuntes nas calçadas.

Um dos fatores da criminalidade mais desprezados, mas com impacto negativo é a incivildade, mormente o toque de aparelhagem a elevados volumes (coíbe a solidariedade para quem pede socorro), consumo excessivo de álcool e drogas proibidas (altera a consciência do indivíduo, agindo sem discernir o certo do errado), montões de lixo não recolhidos, permitem que os indivíduos escondam nele armas e drogas.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, B. M. **Entre o silêncio e o lucro: Um estudo sobre a onda de sequestros nas cidades de Maputo e Matola em Moçambique, período de 2011-2013.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015.

ALMADA, Mauro. **Desenho urbano e segurança.** Versão editada e simplificada da tese de mestrado do autor Ideologia e desenho urbano: o caso dos condomínios fechados, PUR/UFRJ, 1986. Consultado em 21 de julho de 2006. Disponível em: <http://historianovest.blogspot.com/2010/07/desenho-urbano-e-seguranca.html>

ALVES, Armando. Carlos. **Em busca de uma sociologia da polícia.** Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana, 2008.

ALVES, Armando. Carlos. Introdução à segurança. Lisboa: **Revista da Guarda Nacional Republicana**, 2010.

ALVES, Armando. Carlos. Contributos para uma sociologia da polícia. Lisboa: **Revista da Guarda Nacional Republicana**, 2011.



BONDARUK, Roberson L. **A Prevenção do crime através do desenho urbano**. 1. ed. Curitiba: Edição do autor, 2007.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

FRANZE, José. J. **Expansão urbana e a criminalidade violenta: O caso da cidade de Chimoio-Moçambique (2007-2014)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, Brasil, 2017.

FRANZE, José. J. **Espaços municipais moçambicanos no contexto da Criminalidade: Uma análise de homicídios e assaltos à mão armada em Manica, Chimoio e Gondola**. Tese de Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Brasil, 2020.

FREITA, Wagner C. de. **Espaço urbano e criminalidade: Lições da Escola de Chicago**. São Paulo: Método, 2004.

HILLIER, Bill; SAHBAZ, Ozlem. **An evidence-based approach to crime and urban design: Or, can we have vitality, sustainability and security all at once?** London: Bartlett School of Graduate Studies, p. 01–28, 2008.

JACOBS, Janet. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KELLING, Georges. L.; WILLSON, James. Q. Broken Windows. **The Atlantic**, março de 2022, Disponível em: <http://www.theatlantic.com/magazine/archive>.

KULA. **Criminalidade e vitimização: Cidades de Maputo, Beira e Nampula**. Maputo: KULA, 2009.

LÖSCH, August. **The Economics of Location**. New Haven: Yale University Press. 1954.

MACHADO, Carla. **Crime e Insegurança**. Lisboa: Notícias Editorial. 2004.

MALOA, Joaquim. M. O impacto da criminalidade urbana em Moçambique. **Revista do laboratório de estudos da violência**. Unesp/Marília, p. 99-118, 2015.

MALOA, Joaquim. M. **A emergência da criminalidade urbana violenta na sociedade moçambicana pós-colonial**. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, Brasil, 2019.

MEDEIROS, Cíntia R. de O.; VALADÃO, Vardir M. Jr.; PAULINO, Alessandra F. **A Gestão dos processos de um condomínio horizontal fechado orientada pelas expectativas dos moradores**. 2006.



MOSER, Caroline. O. Urban Violence and Insecurity: An Introductory Roadmap. **Environment & Urbanization**, 16 (2), 2004, p. 3-16.

NORTH, D. Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional. In: SCHWARTZMAN, J. (org.). **Economia Regional: Textos Escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETREDE-MINTER. 1977.

OMS. **Combate ao crime organizado**. 2019.

ONU. **World Urbanization Prospects: The 2014 Revision Highlights**. Nova Iorque. 2014.

SABOYA, Renato. **Segurança nas cidades: jane jacobs e os olhos da rua**. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2010/02/seguranca-nas-cidades-jane-jacobs-e-osolhos-da-rua/> . Acessado em 23 de março de 2022.

SANTOS Jr, L. L. **Sociabilidade e identidades confinadas em condomínios da barra da Tijuca**. Tese de doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro. 2009.

Legislação Consultada

MOCAMBIQUE. **Código penal vigente**. Lisboa: 3ª edição. 1886.

MOCAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique**, 2004.

MOCAMBIQUE. **Boletim da República**. Regulamento Geral de Edificações Urbanas, com o Regime de Licenciamento de Obras Particulares, Regulamento do Solo Urbano. Quinta-feira, 12 de Julho de 2018.



**DOSSIÊ TEMÁTICO:
CIDADES E URBANIZAÇÃO NA ÁFRICA SUBSAARIANA E EM
MOÇAMBIQUE**

Artigo



**GENTRIFICAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: A PRODUÇÃO DO
ESPAÇO DESIGUAL NAS METRÓPOLES DE “MAPUTO” E
“BEIRA”**

**GENTRIFICATION IN MOZAMBIQUE: THE PRODUCTION OF UNEQUAL
SPACE IN THE METROPOLIS OF “MAPUTO” AND “BEIRA”**

**GENTRIFICATION AU MOZAMBIQUE: LA PRODUCTION D'UN ESPACE
INÉGAL DANS LES MÉTROPOLES DE « MAPUTO » ET « BEIRA »**

*Por Reginaldo Rodrigues Moreno Muacuveia; Joaquim Miranda Maloa; Ivanilson
Tomás António; Isabel Fernando Mapapa Jamisse & Xavier Estróleo Waceda*

68

Reginaldo Rodrigues Moreno Muacuveia
Universidade Rovuma-Nampula, Faculdade
de Geociências, Moçambique
<https://orcid.org/0000-0002-5150-1097>
<http://lattes.cnpq.br/4107658681553218>

Joaquim Miranda Maloa
Universidade Rovuma-Niassa-Departamento
de Geociências, Moçambique
<http://orcid.org/0000-0002-9277-2133>
Contato: joaquimmaloa@gmail.com

Ivanilson Tomás António
Licenciado em Geografia pela Universidade
Rovuma -Niassa, Moçambique
Contato:
Ivanilsontomasantonio7@gmail.com

Isabel Fernando Mapapa Jamisse
Mestranda em Gestão Ambiental pela
Universidade Rovuma-Niassa, Moçambique
Contato: isabelmapapa@gmail.com

Xavier Estróleo Waceda
Mestrando em Gestão Ambiental pela Universidade
Rovuma
Niassa, Moçambique
Contato: xwaceda@gmail.com

Como citar
MUACUVEIA, R.R.M.; MALOA, J.M;
ANTÓNIO, I.T; JAMISSE, I.F.M;
WACEDA. X.E. Gentrificação em
Moçambique: a produção do espaço
desigual nas metrópoles de Maputo e Beira.
Boletim GeoÁfrica, v. 2, n. 5, p. 68-90, jan.
– mar. 2023

Recebido: 08/02/2023.
Aceite: 14/03/2023



RESUMO: O artigo explora o papel desempenhado pela Gentrificação em Moçambique na produção do espaço desigual nas metrópoles de “Maputo” e “Beira” a partir da década de 1990. Demonstra-se que neste fenômeno, a população com recursos financeiros suficientes para adquirir ou alugar uma moradia através do mercado imobiliário formal opta cada vez mais em morar nas periferias em edifícios luxuosos e condomínios, instalados a quilómetros de distância dos grandes centros urbanos, coabitando assim, com habitações precárias, produzindo de forma desiguais os espaços, principalmente nas grandes metrópoles. Este artigo focaliza nas imagens do *Google Earth*, para verificar a possibilidade de identificar diferentes padrões de distribuição espacial e segregação sócio espacial. As imagens mostram que há uma tendência homogênea e sistemática de produção do espaço desigual, tanto na metrópole de “Maputo” e da “Beira”. Esses regimes de distribuição espacial da desigualdade estão representados nas construções luxuosas e condomínios, que vão progressivamente esvaziando os espaços da igualdade de concentração espacial da população urbana e aumentando cada vez mais a desigualdades espaciais.

Palavras-Chave: Gentrificação; Produção do Espaço; Desigual. Metropolização. Maputo; Beira.

ABSTRACT: The article explores the role played by Gentrification in Mozambique in the production of unequal space in the metropolis of “Maputo” and “Beira” from the 1990s onwards. It is demonstrated that in this phenomenon, the population with sufficient financial resources to purchase or rent a house through the formal real estate market increasingly chooses to live on the outskirts in luxurious buildings and condominiums, installed kilometers away from the large urban centers, thus cohabiting, with standard housing, producing spaces unevenly, especially in large cities. This article focuses on Google Earth images, to verify the possibility of identifying different patterns of spatial distribution and socio-spatial segregation. The images show that there is a homogeneous and systematic tendency towards the production of uneven space, both in the metropolis of “Maputo” and “Beira”. These spatial distribution regimes of inequality are represented in luxury buildings and condominiums, which progressively empty spaces of equal spatial concentration of the urban population and increasingly increase spatial inequalities.

Keywords: Gentrification; Production of Space; Uneven. Metropolization. Maputo; Beira.

RÉSUMÉ: L'article explore le rôle joué par la gentrification au Mozambique dans la production d'un espace inégal dans les métropoles de « Maputo » et « Beira » à partir des années 1990. Le logement à travers le marché immobilier formel choisit de plus en plus de vivre à la périphérie dans des immeubles luxueux et des copropriétés, installées à des kilomètres des grands centres urbains, cohabitantes ainsi avec des logements précaires, produisant des espaces de manière inégale, notamment dans les grandes métropoles. Cet article se concentre sur les images de Google Earth, pour vérifier la possibilité d'identifier différents modèles de distribution spatiale et de ségrégation socio-spatiale. Les images montrent qu'il existe une tendance homogène et systématique à la production d'un espace inégal, tant dans la métropole de « Maputo » que de « Beira ». Ces régimes de répartition spatiale des inégalités sont représentés dans les immeubles de luxe et les copropriétés, qui vident progressivement des espaces d'égalité de concentration spatiale de la population urbaine et accroissent de plus en plus les inégalités spatiales.

Mots clés: Gentrification ; Production d'Espace; Inégal. Métropolisation. Maputo; Beira.

INTRODUÇÃO

Na literatura moçambicana, nos últimos anos muito tem-se falado sobre o fenómeno da gentrificação, um processo que tem ganhado espaço nas principais cidades do país. A gentrificação é um conceito que vem sendo discutido no cenário internacional há mais de 50 anos e que ganhou diferentes significações, aplicações e grande complexidade teórica (SMITH, 1979; 2002; 2007; LEY, 1981; HAMNETT, 1991; ZUKIN, 1995 & MENDES, 2010). Em Moçambique, diversos autores estudaram e analisaram a configuração do novo espaço urbano moçambicano que configura áreas metropolitanas (JENKINS, 2001; ARAÚJO, 2002; 2003; 2006; NEGRÃO, 2004; FOLIO, 2007; BAIA, 2011; SERRA, 2012; MALOA, 2016 & MUACUVEIA, 2018). Este artigo estuda como, nas duas últimas décadas, a gentrificação tem trazido em Moçambique transformações urbanas que produzem um novo padrão de segregação sócio espacial, principalmente nas metrópoles de Maputo e Beira. Imagens de *Google Earth* foram usadas para mapear diferentes padrões de distribuição espacial num tecido metropolitano diversificado e complexo. Os procedimentos metodológicos adotados para o mapeamento foram implementados através de processamento das imagens aerofotogramétricas, referentes aos cenários selecionados. Foram também aplicados procedimentos de realce, mosaicagem e classificação digital das imagens através de *Google Earth*. Foi estruturado e implementado um banco de dados georreferenciado, permitindo gerar mapas temáticos e desenvolver a análise da distribuição do espaço desigual nas duas metrópoles. No contexto moçambicano, esse desafio metodológico é importante para subsidiar o mapeamento da distribuição do uso da terra urbana. Isto porque ainda não é possível fazer a análise da informação estatística disponível tendo como base áreas definidas como: urbana, suburbana e periurbana (ARAÚJO, 2005). Outro procedimento metodológico consistiu em pesquisa bibliográfica envolvendo o tratamento e análise das informações sobre a temática discutida, trabalhando com temas que dizem respeito a gentrificação, ao processo de metropolização e observando os aspectos inerentes ao entendimento sobre as metrópoles moçambicanas e suas dinâmicas.

Assim sendo, este artigo constitui um esforço no sentido de apresentar novos elementos e argumentos para alimentar esse debate. Fornece, também, insumos para

problematizar o processo de gentrificação em Moçambique, que, como explica Maloa (2016), aumenta em escala e extensão nos centros urbanos desde os anos 2000. O texto é dividido em três partes principais: Na primeira, efectua-se uma breve discussão teórico-conceitual sobre o que se entende por gentrificação, como recurso que possibilitam refletir e analisar este processo em Moçambique. Em seguida, faz-se uma descrição geográfica e histórica sobre a metropolização, ou a formação das áreas metropolitanas de Maputo e Beira que tem sido espaços ilustrando mais explicitamente o processo da produção do espaço desigual nas grandes aglomerações. Na terceira e última parte, são analisados os padrões de segregação urbana das áreas metropolitanas citadas.

ENQUADRANDO O TEMA A REALIDADE MOÇAMBICANA: DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE A GENTRIFICAÇÃO

71

O termo gentrificação foi utilizado pela primeira vez no Reino Unido, na década de 1960, pela pesquisadora e socióloga anglo-alemã Ruth Glass no seu livro “*London: aspects of change*”. O termo foi criado para designar um processo de elitização, ou de enobrecimento, de determinados locais de Londres que eram anteriormente caracterizados como áreas de ocupação predominantemente populares. A expressão gentrificação é derivada do substantivo inglês “*gentry*”, que designa indivíduos ou grupos “bem-nascidos” de “origem nobre” (CHECA-ARTASU, 2011; PEREIRA, 2014). Apesar de o processo de gentrificação ter sido estudado inicialmente por Ruth Glass (1960), foi o geógrafo de nacionalidade escocesa Neil Smith (1954-2012), fixado nos Estados Unidos da América, que analisou com maior profundidade os vários processos de “elitização” dos bairros pobres de Nova Iorque, com principal destaque para Harlem, bairro tradicional de Manhattan, e de Londres, com destaque para Soho, um dos mais tradicionais e famosos bairros da cidade.

Segundo Glass (1960), a gentrificação corresponde a um processo condicionado por dois processos: (i) o desalojamento de residentes pertencentes à classe trabalhadora “proletariada”, substituídos por grupos provenientes de classes sociais mais altas, de “origem nobre”; e (ii) a reabilitação física destas áreas pobres. Aqui a gentrificação é associada a necessidade de alojar um “novo efectivo” populacional de origem nobre, em áreas da cidade que anteriormente eram predominantemente habitadas por indivíduos ou



grupos de baixa renda, isto é, uma alteração da classe social. Por outro lado, esse alojamento ao novo efectivo é feito mediante uma “alteração urbanística”, requalificação ou reabilitação física das infra-estruturas habitacionais.

Para Mendes (2015), a gentrificação é um processo urbano e social, caracterizado pela reorganização, recomposição (e substituição) de áreas habitacionais degradadas das classes populares pela classe média e alta, isto é, o “enobrecimento” e “elitização” de áreas periféricas de uma cidade. Para este mesmo autor, a gentrificação ocorre devido a realização de investimentos quer do sector público, quer do sector privado. Mendes (2015, p. 224), nota que ela consiste num “processo que ocasiona a valorização de áreas periféricas da cidade desencadeando mecanismos duais de expulsão e reapropriação do espaço”. Cria, assim, uma área de nobilitação, que podemos definir como um processo de requalificação, ou “*upgrade*” social e urbanístico. No entanto, a gentrificação não se restringe apenas a uma alteração de classe social ou à uma mera reabilitação urbanística. Segundo Savage e Warde (1993), ela combina quatro processos: (i) uma reorganização social do espaço urbano, com substituição, nas áreas urbanas centrais, de um grupo social por outro, de estatuto mais elevado; (ii) um reagrupamento espacial de indivíduos com estilos de vida e características culturais similares; (iii) uma transformação do ambiente construído e da paisagem urbana, com a criação de novos serviços e uma requalificação residencial que prevê importantes melhorias arquitectónicas; (iv) por último, uma mudança da ordem fundiária, que, na maioria dos casos, determina a elevação dos valores fundiários e aumento da quota das habitações em regime de propriedade.

No contexto português, diversos autores (SALGUEIRO, 1994; MENDES, 2006 & RODRIGUES, 2010), defendem que o processo de gentrificação não deve ser interpretado e analisado unicamente a partir dos conceitos relativos a alteração de classe social e a simples requalificação ou reabilitação urbanística do espaço. A gentrificação é um conceito de dimensão “internacional”, ou seja, um corpus de teoria, método e literatura partilhado por profissionais do mundo inteiro. Embora que esse corpus seja de análise global têm fortes viesses locais e nacionais.

A FORMAÇÃO DAS ÁREAS METROPOLITANAS DE “MAPUTO” E “BEIRA”

A formação das áreas metropolitanas de Maputo e Beira ilustra um novo estágio da urbanização extensiva. A expressão espacial do crescimento urbano é alimentada pelo dinamismo econômico, por intensos fluxos migratórios possibilitados pelo incremento das redes de transportes e, ainda, por lógicas próprias às duas cidades.

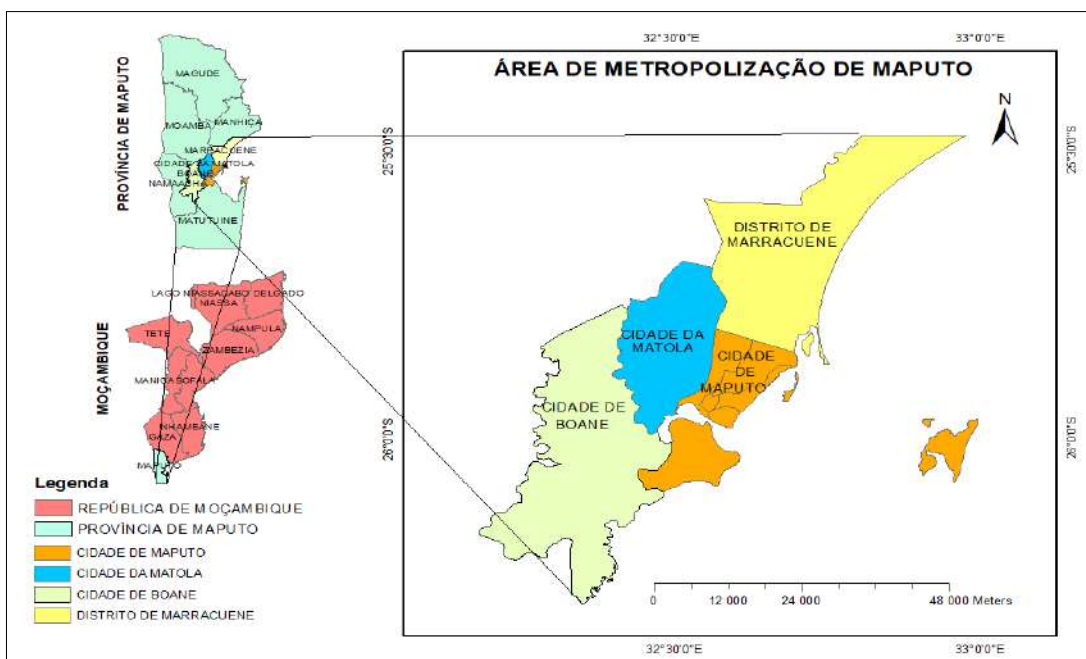
O conceito de metropolização tem como matriz a palavra latina *metrōpolis*, derivada do vocábulo grego *mētrópolis*, é produto da junção de *mētra* (útero, mãe) e *pólis* (cidade) (LENCIONI, 2011). A palavra metrópole é empregada para expressar uma urbanização que conforma regiões metropolitanas, provocada pela intensificação e multiplicidade dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, bem como pelo crescimento do número de cidades conturbadas. Nesse caso, não se distingue muito bem a continuidade da área construída nem o limite municipal de cada cidade. A metrópole é também o produto da expansão territorial da aglomeração e do adensamento da malha de infraestruturas (LENCIONE, 2011).

Maputo

A metropole de Maputo é constituída pelas áreas urbanas de Maputo, Matola, Boane e Marracuene e outras contíguas, pertencendo a província de Maputo. A Área Metropolitana é o maior centro urbano do país. Á semelhança de outras cidades de países em vias de desenvolvimento, tem conhecido um crescimento acelerado população.



Figural1: A área metropolitana de Maputo



Fonte: Autores (2023).

A cidade de Maputo, capital do país, é o coração da área metropolitana. Ela detém o estatuto de província desde 1980¹ e é constituída pelas ilhas de Catembe, Xefina Grande, Inhaca e dos Portugueses. Possui uma área de 346.77 km² e tem por limites os municípios de Marracuene (Norte); Matola (Noroeste e Oeste) e Boane (Oeste). No período colonial, a cidade chamava-se de *Lourenço Marques* em homenagem ao navegador das Naus das Índias Orientais que fez o reconhecimento geográfico e económico da baía, conhecido na altura de *Delagoa Bay*, em 1544 (MELO, 2013; MENDES, 1979). O processo da formação da área metropolitana de Maputo se dá a partir do período colonial, principalmente com a instalação dos portugueses e a criação do presídio de Lourenço Marques em 1781. Em 1887, Lourenço Marques foi elevada a categoria de cidade e foi transformada em capital da Província Ultramarina de Moçambique da Ilha de Moçambique em 1898. O novo status impulsionou o desenvolvimento da cidade (MELO, 2013; MENDES, 1979 e MORAIS, 2001).

Na sua génese, Maputo assumiu uma vocação de cidade ferro-portuária no contexto da região austral da África, dada à sua localização estratégica junto ao oceano

¹ Resolução da Comissão Permanente da Assembleia Popular (CP AP) n° 5/80, de 26/06/1980, publicada no BR n° 025, I Série, 2° Suplemento de 26 de Junho de 1980, pág. 82-(1) a 82-(2).

indico. Atraiu várias indústrias do sector de transportes e da metalurgia o que a tornou um corredor de desenvolvimento. Estes factores estimularam as dinâmicas migratórias. A preocupação com questão habitacional levou a elaboração o primeiro Plano de Urbanização de Lourenço Marques (1887), também conhecido como plano Araújo, por ter sido elaborado pelo arquitecto português Major António José de Araújo. Segundo Teixeira e Valla (1999), na época a cidade tinha uma estrutura pequena e a população era estimada entre 2,300 e 2,400 habitantes. Existiam limitações de origem natural relacionadas com a existência de vastas áreas pantanosas e inadequadas para implantação de infra-estruturas de uso habitacional. Assim, o plano tinha como objectivo principal prover para a cidade ruas e avenidas largas e extensas.

Nesta linha de pensamento, Morais (2001), explica que o plano desenhou vectores de expansão e crescimento urbano contínuo, correspondendo às grandes e largas vias de acesso em diversos sentidos. O plano previa ainda a criação de bairros nativos africanos, que não foram construídos por nunca terem sido contemplados nos planos de urbanização da cidade colonial. Em vez disso, os africanos habitavam em assentamentos informais e precários sem condições e infra-estrutura básica. O mesmo autor, explica que o plano Araújo alterou substancialmente a configuração da cidade, o que abriu uma nova etapa de crescimento e desenvolvimento urbano, promoveu a transformação física de áreas pantanosas em largas avenidas atravessadas por enormes ruas com canteiros centrais, praças rotatórias e jardins. O traçado urbano da cidade mudou completamente.

Nos meados do século XX, o crescimento de Lourenço Marques ocorreu de forma tímida e lenta. Por volta de 1930 e 1940, a cidade crescia em várias direcções, principalmente nos eixos Norte e Oeste, como resultado da implantação de vários projectos urbanísticos desenvolvidos a partir do plano de 1887, incluindo a Praça Mouzinho de Albuquerque. Paralelamente, foram construídas várias infra-estruturas públicas e houve a consolidação dos “bairros caniço” (TEIXEIRA; VALLA, 1999).

Segundo Maloa (2016), os projectos urbanos posteriores ao plano Araújo possibilitaram a melhoria de antigos traçados urbanos, facilitaram a formação de novas áreas urbanas com espaços de lazer e recreação e áreas verdes que passaram a ter um papel importante no planeamento urbano. Nos anos 1950, Lourenço Marques já se apresentava bem estruturada na parte da baixa da cidade (bairros *Somersfield*, *Central C*, *Alto Maé* e *CFM*). O segundo Plano de Urbanização de Lourenço Marques, também

conhecido como “Plano Aguiar”, por ter sido elaborado pelo arquitecto português João Aguiar, foi aprovado em 1955, por solicitação da Câmara Municipal em 1947 (MORAIS, 2011). Ele contribuiu para o surgimento de novos espaços com novos traçados e estruturação urbana eficaz e regulamentação mais clara. O plano Aguiar era fundamentalmente voltado para a edificação da faixa e o crescimento litorâneos da cidade. Porém, o desenvolvimento industrial da Matola e da Avenida das Instâncias contrariou aquelas orientações. Nessa altura, Matola afirmou sua vocação industrial no contexto da área metropolitana, atraindo grandes unidades e complexos industriais. De acordo com Morais *apud* Muacuveia (2017), o plano não chegou a ser implementado na sua totalidade por fraquezas técnico-administrativas e insuficiência de fundos. Limitou-se a construção de vias fundamentais e a ampliação da zona habitacional que no actual contorno da cidade de cimento, bem estruturada e urbanizada.

Em 1969, o Plano Director de Urbanização de Lourenço Marques reafirma a vocação industrial da Matola e o seu papel polarizador na área metropolitana além de propor a expansão da cidade no sentido Sul-Norte, em direcção à Maracuene (MACUCULE, 2010).

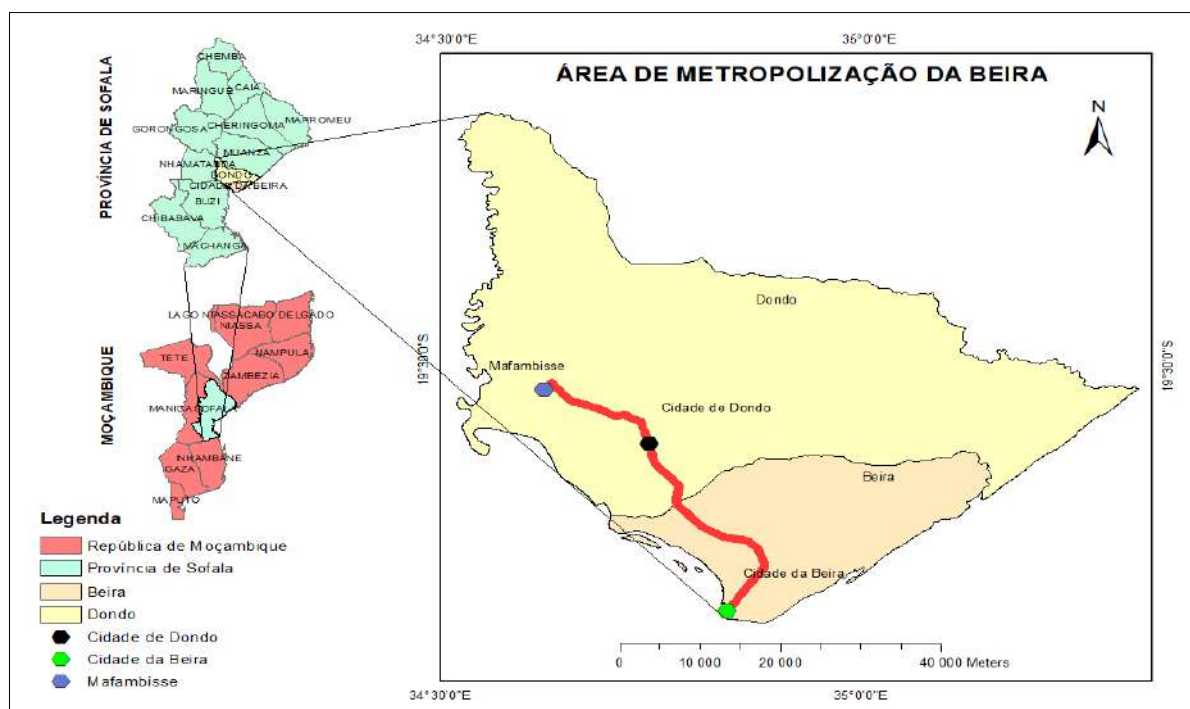
Macucule (2010), explica que a história mais recente da evolução urbana de Maputo foi marcada pelos sucessivos alargamentos, ao longo da costa na direcção Norte (para Maracuene); pela criação do concelho da Matola que, em 1989, permite a cidade de se emancipar de Maputo e a emergência de uma consciência Metropolitana que culminou com a elaboração, em 1999, do Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo. Finalmente, a aprovação do Plano de Estrutura da Cidade de Maputo em 2008, reconhece uma entidade supra-municipal na qual a cidade de Maputo está inserida, apesar de ser inicialmente uma estratégia para o desenvolvimento do território municipal.

Beira

Segundo Mendes (2011), do ponto de vista urbanístico e arquitectónico, Beira é uma das mais interessantes, complexas e arrojadas cidades do país. Em consequência da proximidade geográfica e da continuidade física entre Beira e Dondo, o conjunto forma a área metropolitana da Beira. Como mostra Ascher (1995), o processo de metropolização extrapola uma grande cidade. Quando se observa Beira, observa-se que

alcança lugares que se integram ao seu funcionamento. Neste sentido pode-se falar que a metropolização deve ser vista como uma pós-urbanização, pois as formas atuais da transformação dos lugares, das condições de vida, das estruturas de produção de bens e de serviços anunciam uma nova época, uma novidade radical na história da civilização; em suma, uma mudança na modernidade (FERRIER, 2003),

Figura2: A área metropolitana da “Beira”



Fonte: Autores (2023).

Beira é segunda maior cidade de Moçambique. O processo de metropolização teve origem no período colonial quando o capital buscava novos espaços para sua (re) produção. Nessa lógica, congregava uma intensa rede de fluxos, cuja expressão no território ultrapassava os limites estabelecidos, por exemplo a divisão político-administrativa, criada a 19 de agosto de 1887 em *Baguè* (ou *Bangoè*), no leste do rio *Chiveve*, próximo ao mar, como comando militar, baptizado com o nome de quartel *Aruângua*, subordinado ao distrito de Sofala (*Chiloane*), influenciando diretamente a vida dos cidadãos (LIESEGANG, 1989).

O nome de Beira homenageia a Dom Luís Filipe, filho primogénito de Dom Carlos I, príncipe herdeiro do trono de Portugal, nascido na cidade portuguesa da Beira, que foi o primeiro membro da família real a visitar o local em 1907 (AMARAL, 1969).



Como apontamos, Beira foi um posto militar cujo comando inaugurou o quartel de *Aruângua* que constituiu o marco da evolução urbana da cidade. No seu entorno, observamos um traçado irregular de habitações, maioritariamente precárias feitas de paus de caniço e barro, e alguns edifícios dos colonos de tijolo de cimento e telhas, materiais importado de Portugal (AMARAL, 1969; COSTA, 1989; LIESEGANG, 1989; MENDES, 2011).

Fernandes, Mealha e Mendes (2016) explicam que a cidade deve grande parte do seu carácter singular à constituição de uma companhia majestática – a Companhia de Moçambique – que, em 1890, obtém a concessão de toda a região. A companhia assume o direito contratual de exercer a soberania integral sobre o território mediante o dever de proceder ao seu desenvolvimento assente em dois vectores:

[...] a construção de um porto e a construção de um caminho-de-ferro, obras que enceta em simultâneo com a protecção e desenvolvimento do núcleo urbano [...] [foram] introduzidas modificações nas moradias, nomeadamente a construção sobre estacarias [...], assim como a efectivação de uma série de aterros e construção de muralhas que permitem controlar incipientemente a subida das águas, afastando-as das proximidades do casario mas também aumentar a área de expansão urbana (MENDES, 2012a, p. 319).

A partir desse momento a cidade registou um forte crescimento populacional. Migrantes caçadores de fortuna buscavam por trabalho devido ao potencial geoestratégico da cidade junto do Oceano Índico. Segundo Fernandes *et al* (2016), o crescimento acelerado da Beira a partir de 1890, particularmente após o estabelecimento da sede administrativa e logística da Companhia de Moçambique, levou as autoridades da cidade a reconhecer a necessidade de organizar a sua malha urbana. Precisa adequar a estreita área urbana inicial ao contexto de expansão populacional e ao crescimento da atividade comercial. Por isso, em 1899, a Companhia de Moçambique elabora um plano de urbanização da Beira que:

[...] define claramente o sentido de desenvolvimento da cidade, o único possível dada a posição geográfica enclavada entre o mar e os rios, definindo igualmente as soluções que se sucederiam nas plantas seguintes: a margem direita do rio destinada ao porto e caminhos-de-ferro e todos os edifícios funcionalmente destes dependentes, e a margem esquerda para áreas residenciais, administrativas e comerciais (MENDES, 2012a, p. 326),



Contudo, este plano foi pouco implementado e não conduziu a devida transformação visto que desapareceu misteriosamente (FERNANDES, *et al*, 2016).

Maloa (2016), explica que a verdadeira transformação urbana de *Aruângua* ocorreu entre 1891 e 1912, quando recebeu o estatuto de cidade e passou-se a chamar Beira (1907). A cidade ganhou hotéis, mais de uma dezena de empresas de importação e exportação de capital inglês, agências de seguro e navegação marítima, dezenas de lojas de tecidos e moda, empreiteiros públicos, mercearias, armazéns, padarias, açougues, restaurantes, dezenas de bares, farmácias e drogarias, tabacarias, dezenas de pequenas oficinas de artesãos e prestadores de serviços: ferreiros, alfaiates, barbeiros, ourives, relojoeiros, carroceiros, fotógrafos e, naturalmente, uma empresa funerária.

Para Bruschi *et al* (2005), o plano de urbanização dos irmãos Carlos e Guilherme de Andrade (1932) foi um marco na modernização da cidade. O Plano pretende ampliar e reordenar a malha urbana graças a uma estrutura proporcional equilibrada e harmoniosa incorporando a zona portuária, a via ferroviária, as ruas e avenidas que cortam a cidade, agregando novas linhas rodoviárias para garantir uma conexão rápida entre a área central e zonas mais periféricas. Ambicioso, este plano foi pouco implementado.

De acordo com Mendes (2011), a cidade se desenvolveu em seguida muito rapidamente. Sua população atingiu cerca de 20 mil habitantes em 1928. A evolução demográfica estimulou a adoção do Projecto de Urbanização e expansão da cidade da Beira e do Projecto de Urbanização da Praia de Macuti, nos arredores da cidade (1929-1932) elaborados pelo arquitecto Carlos Rebelo de Andrade, com a colaboração dos arquitectos João Aguiar e Lima Franco, muito activos no planeamento ultramarino (BRUSCHI, LAGE, 2005). Foi neste período que a Comissão de Administração Urbana foi substituída em 1933 por uma câmara municipal ilustrando as transformações urbano-administrativas. Em 1943 foi apresentado outro projecto da autoria dos arquitectos urbanistas José Porto e o engenheiro Ribeiro Alegre, considerado controverso e que foi parcialmente implementado.

Seguidamente se verificou o crescimento urbano da Beira com aumento do número da população que passou de cerca de 32 mil habitantes em 1944, para cerca de 75 mil em 1956 (MENDES, 2011). A evolução demográfica estimula a adoção de um novo plano de expansão urbana de autoria de Ribeiro Alegre e José Porto (1943) levado a cabo pelo GUC (BRUSCHI.; LAGE 2005).



Segundo Fernandes *et al* (2016), na Beira fervilhava de vida cosmopolita, sendo uma cidade onde os equipamentos dedicados ao lazer se multiplicavam, mas que não perdia o seu foco naquilo que efectivamente possibilitava a ascensão de uma classe média desafogada e de uma posição de charneira regional: o negócio que atraía capitais que, por sua vez, permitiam o investimento, o crescimento e o desenvolvimento da cidade. Em 1960 Beira possuía cerca de 45 mil habitantes. Sua paisagem urbana se dinamiza cada vez mais graças ao famoso *Prémio de Arquitectura Araújo Lacerda* que responde as normas da fiscalização do *Conselho de Estética*. Por outro lado, existia uma preocupação crescente de ornamentar a cidade, o que atraía cada vez mais turistas do Zimbabué, antiga Rodésia do Sul, Malawi, Zâmbia a antiga Rodésia do Norte e África do Sul. Estas serventias ascenderam o rumo das intervenções expansionistas da cidade privilegiando as áreas verdes urbanas e agregando o potencial marítimo a malha urbana (MALOA, 2016).

Na década de 1960 foram elaborados o Plano Regulador da Cidade da Beira de Carlos Veiga Pinto Carmelo (1965) e um Plano da Região de Leopoldo de Almeida (1966) que pretendem estabelecer as principais infra-estruturas e equipamentos urbanos para impulsionar a urbanização da cidade. O projecto de expansão urbana da Beira era arrojado, estilizando a malha ortogonal no sentido de dar prioridade à ampliação da cidade e garantir o seu crescimento humano e comercial. O zonamento diferencia áreas administrativas, comerciais, turísticas, industriais e residenciais, industrial (MAGALHÃES; GONÇALVES, 2009).

O processo de expansão e diversificação do espaço urbano desenhou os contornos de uma metrópole que com o fim da guerra civil na década de 1990 incorpora Dondo a sua área de influência graças a sua capacidade de comandar, organizar e direccionar um amplo leque de fluxos: decisões do poder político, informações, conhecimento científico, capitais e bens financeiros. Essa economia de fluxos forma uma grande aglomeração urbana incluindo Beira, Dono, Inhamizua, Matadouro, Kanhandula, Nhamanga, Mandruzi, etc.

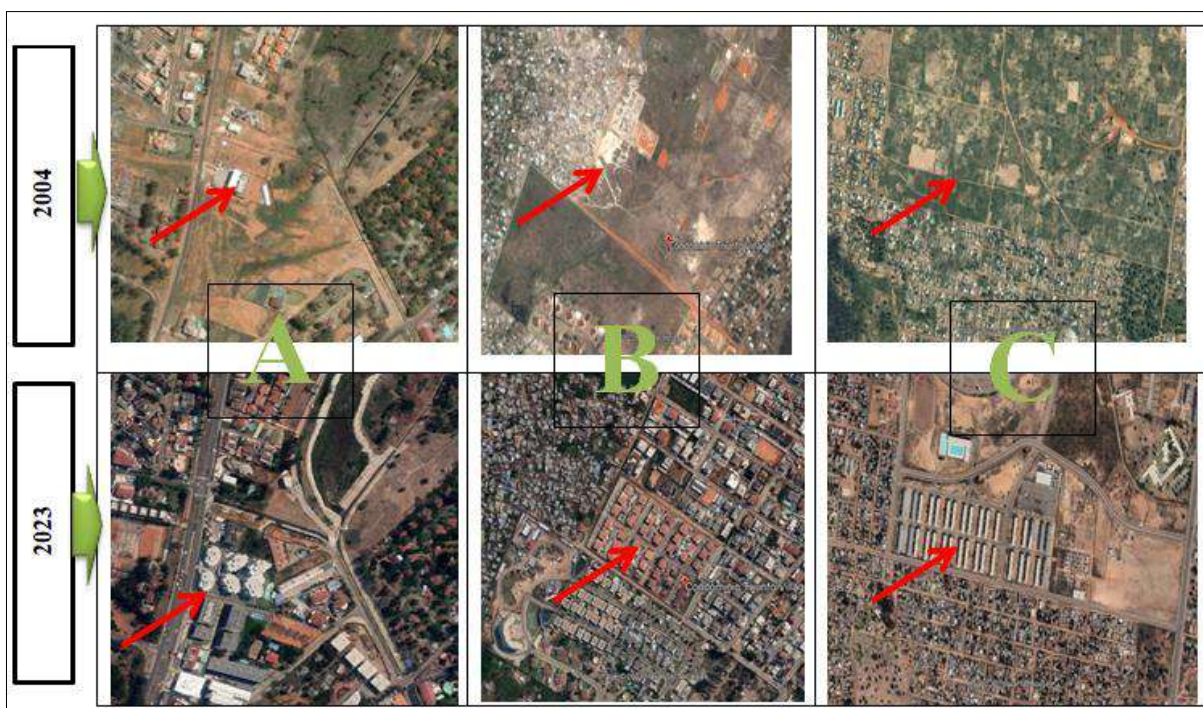
A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DESIGUAIS NAS METRÓPOLES DE MAPUTO” E BEIRA

Maputo

A produção dos espaços desiguais nas metrópoles de Maputo e Beira, tem a sua origem no período colonial e aguda-se nos finais da década de 1990, com o fim da guerra civil e no início dos anos 2000. A gentrificação de alguns bairros da periferia, considerados espaços da pobreza, de ocupação anárquica do solo e da marginalidade, agravou o fenómeno. Foi neste espaço periférico considerado e tratado pelo poder público como uma reserva da expansão da cidade que extravasa do centro da cidade (ARAÚJO, 2005). Observamos a massificação e a construção de edifícios luxuosos, principalmente de dois pisos além de condomínios verticais e horizontais. Em Maputo o fenómeno segue um eixo: área central, Costa do Sol e Polana Caniço; A bairros periféricos e outros municípios. A tendência é visível também na cidade da Beira (MALOA, 2016).

Maputo é o local por excelência onde se pode observar a produção de espaços desiguais com o enobrecimento de bairros periféricos, com casas luxuosas e elegantes que o professor Manuel G. Mendes de Araújo (1999), denomina de “*vivenda*”. Segundo ARAÚJO (1999), os bairros periféricos encontram-se num rápido processo de transformação. Este processo é complexo porque na maior parte das vezes as novas edificações não obedecem a qualquer plano de ordenamento e parte dos residentes são obrigados pelo capital e pobreza urbana a deslocarem-se para bairros distantes do centro. A produção de espaços desiguais na área metropolitana se da pela massificação das construções luxuosas, acompanhado da “presença de pequenos centros de bem-estar e de luxo protegido por grades, sistemas de segurança electrónica e guardas privados, rodeados de hotéis, casas de câmbios, restaurantes, cafés, pastelarias, supermercados, cassinos e bombas de gasolina” (SERRA, 2012, p.192), que ocorrem nos bairros periféricos, onde estas estão rodeados de habitações precárias.

Figura 3: Produção do espaço desigual na metrópole de “Maputo”



Fonte: Autores (2023).

Legenda: A= Condomínio The Palm; B=Condomínio Triunfo Village; C= Vila Olimpica. **Nota:** As setas vermelhas indicam a existência, ou não, de condomínios.

A figura 3 e suas imagens 3 e 4 ilustram a dinâmica histórica do processo de gentrificação. Constata-se o seguinte:

- Os espaços onde estão construídos os condomínios não eram fortemente ocupados pelo uso habitacional em 2004. Nota-se alguns agrupamentos populacionais menores, que como mostram as imagens do *Google Earth* correspondem a áreas de habitação precária ocupadas por população de baixa renda;
- Ocorreu um intenso processo ocupação da terra nas áreas periféricas, predominantemente horizontal entre 2004 e 2023;
- Em 2004, os condomínios eram pouco numerosos em relação as habitações tradicionais, predominantemente precárias.
- Em 2023, observa-se uma forte substituição das habitações precárias por condomínios luxuosos na periferia que ocorre de forma irregular e sem infra-estruturas e serviços urbanos. Nota-se em algumas destas áreas a construção de condomínios de luxo rodeados de habitações precárias;



- Essa dinâmica revelaria uma ocupação do espaço de forma dual e um forte processo de gentrificação nas metrópoles de Maputo e Beira. Desde a década 1990, populações que antes ocupavam os espaços são desalojadas por um processo denominado de subperiferização.

A deslocação massiva da população para periferia acompanha o gradiente do preço da terra na metrópole de Maputo, vetor que tem uma orientação centro/periferia. Tal processo fez com que municípios situados no entorno de Maputo se transformassem em periferia da cidade-polo, pois os lotes mais baratos neles localizados passaram a constituir a alternativa para as famílias de baixa renda. A ocupação periférica é ainda explicada pela maior valorização do espaço, o que leva aos moradores antigos a cederem seus espaços de forma progressiva para os novos ocupantes com maior poder aquisitivos (JENKINS, 2001; ARAÚJO, 2002; 2003; 2006; NEGRÃO, 2004; FOLIO, 2007; BAIA, 2009; SERRA, 2012; MALOA, 2016; MUACUVEIA, 2018; VIANA, 2010; MALOA; NACIMENTO, 2018).

Beira

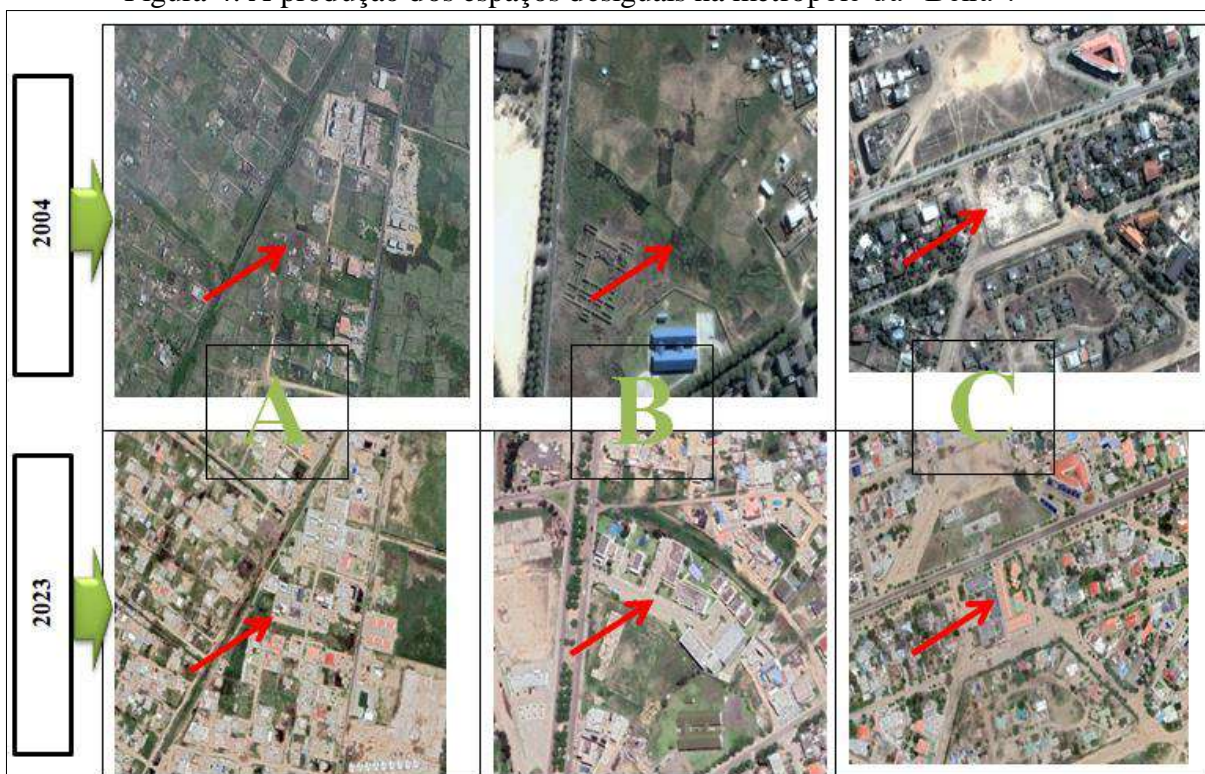
A produção dos espaços desiguais na metrópole da Beira é caracterizada por: (i) uma mancha de ocupação concentrada no entorno dos limites territoriais da Beira, habitada pela população de origem rural que migrou para a área metropolitana; (ii) núcleos de ocupação pré-existentes situados no entorno dos municípios da Beira e Dondo habitados pela população residente antes da periferização. Outra característica observada é que entre estes núcleos urbanos pré-existentes e a periferia formada estabeleceram-se relações socioespaciais muito débeis, principalmente em relação a mobilidade urbana e serviços urbanos de educação, saúde e saneamento do meio.

Outro fenômeno, diz respeito à pressão por ocupação em áreas residenciais de baixa densidade situadas em bairros periféricos da Beira e Dondo onde se observou a substituição da população residente, desde a década de 1990. Moradores com renda em geral mais baixa do que a dos novos residentes deslocaram-se para a periferia próxima. O movimento denominado de subperiferização foi em grande parte derivado do aumento do preço da terra nos dois municípios e da procura pela casa própria. Maloa (2016), já chamava atenção a esse respeito, quando percebeu que a periferização a partir

da década de 1990 combinava a ação da indústria de construção civil e uma “ideologia da casa própria”.

Os fenômenos na metrópole da Beira descritos acima consolidam uma espacialidade que se caracteriza pela produção de espaços habitacionais desiguais e excludentes, que gradualmente ocupam áreas agrícolas particulares da população de baixa rendas que é afastada do eixo Beira/ Dondo, para lugares mais distantes das áreas urbanas centrais dos dois municípios (Figura 4).

Figura 4: A produção dos espaços desiguais na metrópole da “Beira”.



Fonte: Autores (2023).

Legenda: A= AKSA Condomínio; B= Carlos Oliveira Condominium; C= Condomínio Macuti Villas.

Nota: As setas vermelhas indicam a existência, ou não, de condomínios.

Essa produção desigual do espaço urbano foi estruturada por dois vetores de periferização. O primeiro confere continuidade territorial entre o polo (a cidade da Beira) e o município de Dondo, cujas periferias são contíguas. Nos municípios do entorno, o vetor de expansão parte da periferia limítrofe ao polo e se dirige ao núcleo da metrópole. Esses vetores dão origem a periferias que embora não pertencentes à Dondo, como o Posto Administrativo de Mafambisse, mantem relações intensas com a

mesma e Beira. O mesmo processo é observado entre cidade-polo (Beira) e áreas urbanas centrais dos municípios onde elas estão legalmente situadas.

A periferização da moradia popular gera a espacialidade descrita que dá origem a estruturação do espaço metropolitano. No início dos anos de 2000, mudanças na dinâmica de produção dos espaços populares de moradia indicam que novos fenômenos passariam a compor o quadro da metropolização, com destaque para o crescimento de condomínios e palacetes. A metropolização é influenciada por forças verticais de uma racionalidade hegemónica do discurso programático do sector da indústria de construção civil e do mercado imobiliário, com objectivo de atender as necessidades do restrito segmento social que reuni as condições necessárias para o endividamento junto às instituições financeiras (SILVA *apud* MALOA, 2016);

Silva *apud* Maloa (2016), esclarece ainda que as desigualdades socio espaciais, ou a produção desigual do espaço, são influenciadas pelos fluxos de capitais estrangeiros que entram no circuito imobiliário de Moçambique. Surgem novos problemas para o pensamento crítico sobre o urbano e para os estudos sobre financeirização, numa época em que o direito à infra-estrutura e aos serviços urbanos enfrenta novos desafios. A acumulação da dualidade urbana e o aumento de investimento de capital privado selectivo, marcado pelo condicionalismo no financiamento imobiliário, impõem: ter salário ou rendimento regular, auferir níveis de rendimentos elevados compatíveis com os encargos do financiamento; pagar seguros de vida; entre outros requisitos para otimizar a acumulação do capital e as infra-estruturas das periferias em responderem aos critérios universais dos direitos urbanos.

No final da década de 2000 as periferias predominam no aglomerado metropolitano. Seus moradores são submetidos ao maior número de irregularidades (fundiária, urbanística e económica) e às piores condições de moradia. Para eles, o risco de ocorrência de acidentes ambientais é mais elevado, em função das características do sítio e do tipo de ocupação dos assentamentos, marcados por altas declividades, inundações, precariedade dos materiais e técnicas construtivas e carência de infraestrutura urbana.

Mesmo se 30% da população das periferias dispõe de poder aquisitivo, 70% dos residentes são da parcela da população mais pobre, com grande proporção de famílias cuja renda é inferior a dois salários mínimos. Nos novos bairros que se expandem sobre a zona rural dos municípios metropolitanos, a renda é ainda mais baixa (menos de um



salário mínimo) e as condições de moradia mais precárias, pois há maior carência de infraestrutura e piores condições de acessibilidade aos centros de emprego e aos equipamentos urbanos. No que tange às lógicas que conduzem as ações dos agentes produtores das periferias, no processo de metropolização, com construção de espaços desiguais (edifícios luxuosos, palacetes e condomínios), destacam-se as novas formas de acesso à moradia, através da locação e da comercialização dos imóveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que ainda é importante aprofundar os estudos da gentrificação como mecanismo de construção de espaços desiguais em Moçambique para fornecer informações que auxiliem na tomada de decisões por parte do Estado face ao enfrentamento de problemas urbanos. A partir da análise efectuada neste artigo, concluímos que a gentrificação constitui-se como um fenómeno novo em Moçambique, iniciado nos finais da década de 1990 e no princípio dos anos 2000. É caracterizado pela massificação e pela construção de edifícios luxuosos, palacetes e condomínios nas periferias das metrópoles de Maputo e Beira. Os agentes sociais responsáveis são residentes com poder aquisitivo, proprietários de terras, empresas envolvidas com a atividade imobiliária e governos, movidos por lógicas distintas, ora conflitantes ora convergentes.

Este processo promove a retirada da população com recursos insuficientes para adquirir ou alugar uma moradia através do mercado imobiliário formal, que vive no entorno destes empreendimentos imobiliários para os espaços periféricos, mais distantes dos grandes polos urbanos, aquilo que se chama de subperiferização. Esses residentes são movidos pela lógica das necessidades urbanas, compostos pela pobreza urbana. Dentre os principais impactos ou particularidades decorrentes deste processo estão a ocupação de áreas de fragilidade ambiental “inadequadas para uso habitacional” e susceptíveis á desastres naturais e a segregação sócioespacial. Consolidando assim, a produção do espaço desigual nas metrópoles de Maputo e Beira.



Referência bibliográfica

- ASCHER, F. **Métapolis ou l'Avenir des Villes**. Paris: Odile Jacob, 1995.
- AMARAL, I. Beira, Cidade e Porto do Indico. **Finisterra Revista Portuguesa de Geografia**. Vol. IV-7, Lisboa, 1969
- ARAÚJO, M. G. M. Cidade de Maputo espaços contrastantes: do urbano ao rural. **Finisterra XXIV**, 67-68, p. 175-190, 1999.
- ARAÚJO, M. G. M. **Espaço urbano demograficamente multifacetado**: As cidades de Maputo e da Matola. 2006.
- ARAÚJO, M. G. M. Os espaços urbanos em Moçambique. **Geosp-Espaço Tempo**, São Paulo, nº 14, p.165-182, 2003.
- ARAÚJO, M. G. M. Ruralidade – Urbanidade em Moçambique. Conceitos ou Preconceitos? **Revista da Faculdade de Letras-Geografia**. I série. Vol. XVII-XVIII. Porto, 2002.
- BAIA, A. Os meandros da urbanização em Moçambique. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº29- Especial, p.3-30, 2011.
- BRUSCHI, S. & LAGE, L. **Moçambique, o desenho das cidades: Moçambique até o século XXI**. Maputo: FAPF. 2005.
- BRUSCHI, S. CARRILHO, J.; LAGE, L. **Era uma vez uma palhota...**História da casa moçambicana. Edições FAPF, 2005.
- CHECA-ARTASU, M. M. Gentrificación y cultura: algunas reflexiones. In: **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, vol. XVI, nº 914, 2011.
- COSTA, I. N. No centenário da Companhia de Moçambique, 1888-1988. In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Cidade da Beira**. Maputo, Boletim Semestral, nº 6 especial. p. 65-76, outubro de 1989.
- FERNANDES, J. M.; JANEIRO, M. L.; NEVES, O. I. **Moçambique 1985/1975 – Cidades, território e arquiteturas**. Ed. Autor, Lisboa, Publicação Livros Horizonte, Lisboa, 2008.
- FERNANDES, M. G; Mealha, R. P & Mendes, R. P. Beira, uma paisagem modernista na África Tropical. In: urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, jan./abr. n. 8, p. 155-166, 2016.
- FERRIER, J-P. Pour une théorie (géographique) de la métropolisation. Enjeux et définition de la métropolisation. **Cahier de la Métropolisation**, n.1, p. 41-51 2003.



Disponível em: < [www.metropolisation.org/cahier _metropolisation/n_1](http://www.metropolisation.org/cahier_metropolisation/n_1) > Acesso em 20 e maio de 2004.

FOLIO, F. La criminalité à Maputo, Mozambique: origine, distribution et répercussions spatiales. Cybergeog: **European Journal of Geography. Espace, Société, Territoire, document 380**, mis en ligne le 02 juillet 2007.

GLASS, R. Introduction. In: **London: aspects of change**. Centre of urban studies (dir.). Londres, Macgibbon & Kee, p. 12-41, 1964.

HAMNETT, C. The blind men and the elephant: the explanation of gentrification. In: **Transactions of the Institute of British Geographers**. Vol.16, n.2, 1991.

JENKINS, P. **Mercados de terras urbanas no Moçambique pós-socialismo: Seu impacto sobre a população vulnerável**: alternativas para melhorar o acesso à terra e o processo de desenvolvimento urbano. Universidade Eduardo Mondelane- CEDH, 2001.

JENKINS, P. X; ANDERSEN, J. Developing cities in between the formal and informal. In: EUROPEAN CONFERENCE ON AFRICAN STUDIES - ECAS, 4., 2011, Uppsala. ANAIS... Disponível em: <<http://www.nai.uu.se/ecas-4/panels/81-100/panel-85/Jenkins-and-Eskemose-Full-paper.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

JORNAL O AUTARCA, Jornal Independente, Edição nº 3129 –3, p. 3, Sexta-feira, dia 19 de agosto de 2016.

LEY, D. Inner city revitalization in Canada: a Vancouver case study. In: **Canadian Geography**, n. 25. Vancouver, 1981.

LISEGANG, G. Beira e sua zona. In: Arquivo Histórico de Moçambique. **Cidade da Beira**. Maputo. Boletim Semestral, nº 6 especial, p. 21-6, outubro de 1989.

MACUCULE, D. A. **Metropolização e reestruturação urbana o território do grande Maputo**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2010.

MAGALHÃES, A., & GONÇALVES, I. **Moderno Tropical, Arquitectura em Angola e Moçambique, 1948-1975**. Lisboa: Tinta-da-China, 2009.

MALOA, J. **A Urbanização moçambicana**: uma proposta de interpretação. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, 2016.

MALOA, J. M. & NASCIMENTO JR, L. A dispersão urbana em moçambique: uma contribuição ao estudo da produção do espaço urbano em Maputo. In: **Revista Ra'e Ga**, v.45, n. 1. p. 91 - 109, dez, Curitiba. 2018.



- MELO, V. **Urbanismo português na cidade de Maputo: passado, presente e futuro.** **URBE – Revista Brasileira de Gestão Urbano.** Pontifícia Universidade Católica do Paraná- PUCPR, p.71-88, jan/jun 2013.
- MENDES, L. A nobilitação urbana no Bairro Alto: análise de um processo de recomposição socioespacial. **Finisterra**, Lisboa, n. 81, p. 87- 82, 2006.
- MENDES, L. F. G. As novas fronteiras da gentrificação na teoria urbana crítica. In: **Revista cidades**, v 12, nº 20, p.214-216, 2015.
- MENDES, L. O contributo de Neil Smith para uma geografia crítica da gentrificação. **E-metropolis**, nº1, ano 1, p.21-33, maio de 2010.
- MENDES, M. C. **Maputo antes da independência: geografia de uma cidade colonial.**1979. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de Lisboa, 1979.
- MENDES, R. P. (2012). **A Cidade colonial e a estruturação do território em Moçambique: a evolução urbana de Lourenço Marques/Maputo, Beira, Nampula e Porto Amélia/Pemba.** (Dissertação de mestrado) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2012.
- MORAIS, J. S. **Maputo: património da estrutura e forma urbana.** Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- MUACUVEIA, R. R. M. **Urbanização contemporânea em Moçambique: papel dos instrumentos de planeamento urbano na ocupação do espaço.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, 2019.
- NEGRÃO, J. **Mercado de Terras Urbanas em Moçambique.** Maputo: IID, 2004.
- PEREIRA, A. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativas e diálogos possíveis. **Cadernos MetrÓpole** v.16, n 32, p.307-328, nov 2014.
- RODRIGUES, W. **Cidade em transição: nobilitação urbana, estilos de vida e reurbanização em Lisboa.** Lisboa: Celta, 2010.
- SALGUEIRO, T. B. Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana. **Finisterra**, Lisboa, XXIX, v. 57, p. 79-101, 1994.
- SAVAGE, M & WARDE, A. **Urban Sociology, Capitalism and Modernity.** Londres: Macmillan, 1993.
- SERRA, C. **Chaves das portas do social (notas de reflexão e pesquisa).** Maputo: Imprensa Universitária, 2012.



SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano (trad. Daniel de Mello Sanfelici). In: **GEOUSP – Espaço e tempo**, n. 21, 2007.

SMITH, N. **New Globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy**. Blackwell Publishers: Oxford, 2002.

SMITH, N. Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital, not people. In: **Journal of the American Planning Association**. Routledge: London, 1979.

TEIXEIRA, N. C & VALLA, M. **O urbanismo português do século XIII- XVIII- Portugal Brasil**. Livros Horizonte: Lisboa, Junho, p. 25-46, 1999.

VIANA, D. Maputo: entre cidade compacta, difusa e sem forma. **Revista mensal de informações e debates do IPEA**. 2010. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1105:catid=28&Itemid=23. Acessado em 26. jun. 2012.

ZUKIN, S. **The cultures of cities**. Blackwell: Cambridge, 1995.



**DOSSIÊ TEMÁTICO:
CIDADES E URBANIZAÇÃO NA ÁFRICA SUBSAARIANA E EM
MOÇAMBIQUE**

Artigo

**DINÂMICAS CRESCIMENTO URBANO E TENDÊNCIAS DE
TRANSFORMAÇÕES DA CIDADE DE NAMPULA**

**URBAN GROWTH DYNAMICS AND TRANSFORMATION TRENDS IN NAMPULA
CITY**

**DINÁMICA DEL CRECIMIENTO URBANO Y TENDENCIAS DE
TRANSFORMACIÓN EN LA CIUDAD DE NAMPULA**

Por Alice Abdala Omar & Reginaldo Rodrigues Moreno Muacuveia

91

Alice Abdala Omar
Docente da Universidade Rovuma,
Nampula, Moçambique
Contato: aliceabdalaomar@gmail.com

Como citar
OMAR, A. A.; MUACUVEIA, R.R. M.
Dinâmicas crescimento urbano e tendências de
transformações da cidade de Nampula. **Boletim
GeoÁfrica**, v. 2, n. 5, p. 91-112 jan.- mar. 2023.

Reginaldo Rodrigues Moreno Muacuveia
Docente da Universidade Rovuma,
Nampula, Moçambique
Contato: regi.muacuveia@gmail.com;
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5150-1097>

Recebido 08/02/2023.
Aceite: 18/03/2023



RESUMO. O presente artigo trata sobre a dinâmicas crescimento urbano e tendências de transformações da cidade de Nampula. O objectivo principal do trabalho é apresentar uma descrição geohistórica da génese, desenvolvimento e transformações da estrutura urbana da cidade de Nampula. O trabalho foi desenvolvido com base nos seguintes enfoques metodológicos a Pesquisa Bibliográfica, Método Histórico-Lógico, Método Comparativo Geográfico e Análise morfológica-estrutural. Os resultados demonstram que, Nampula é uma cidade que teve sua génese como um quartel militar, ela foi-se transformando devido a grande pressão demográfica originada principalmente pela eclosão e desenvolvimento do conflito armado em Moçambique, este facto, contribuiu significativamente para a expansão e crescimento urbano. Como conclusão notou-se que estes fenomenos criaram uma nova tendência diferente de configuração da estrutura urbana da cidade, formando áreas urbanas semi-urbanizadas e não urbanizadas, contrastando com o núcleo central da cidade completamente estruturado.
Palavras-chave: Dinâmica urbana. Crescimento urbano. Estrutura urbana. Morfologia urbana.

ABSTRACT. This article deals with the dynamics of urban growth and transformation trends in the city of Nampula. The main objective of the work is to present a geohistorical description of the genesis, development and transformations of the urban structure of the city of Nampula. The work was developed based on the following methodological approaches: Bibliographic Research, Historical-Logical Method, Geographical Comparative Method and Morphological-Structural Analysis. The results show that, Nampula is a city that had its genesis as a military barracks, it was transformed due to the great demographic pressure originated mainly by the outbreak and development of the armed conflict in Mozambique, this fact, contributed significantly to the expansion and growth urban. In conclusion, it was noted that these phenomena created a new, different trend of configuration of the urban structure of the city, forming semi-urbanized and non-urbanized urban areas, contrasting with the fully structured central core of the city.

Keywords: Urban dynamics. Urban growth. Urban structure. Urban morphology.

RESUMEN. Este artículo trata sobre la dinámica del crecimiento urbano y las tendencias de transformación en la ciudad de Nampula. El objetivo principal del trabajo es presentar un a descripción geohistórica de la génesis, desarrollo y transformaciones de la estructura urbana de la ciudad de Nampula. El trabajo se desarrolló con base en los siguientes enfoques metodológicos: Investigación Bibliográfica, Método Histórico-Lógico, Método Comparativo Geográfico y Análisis Morfológico-Estructural. Los resultados muestran que, Nampula es una ciudad que tuvo su génesis como cuartel militar, se transformó debido a la gran presión demográfica originada principalmente por el estallido y desarrollo del conflicto armado en Mozambique, este hecho, contribuyó significativamente a la expansión y crecimiento urbano. Como conclusión, se observó que estos fenómenos crearon una nueva tendencia diferente de configuración de la estructura urbana de la ciudad, formando áreas urbanas semiurbanizadas y no urbanizadas, que contrastan con el núcleo central completamente estructurado de la ciudad.

Palabras clave: Dinámica urbana. Crecimiento urbano. Estructura urbana. Morfología urbana.

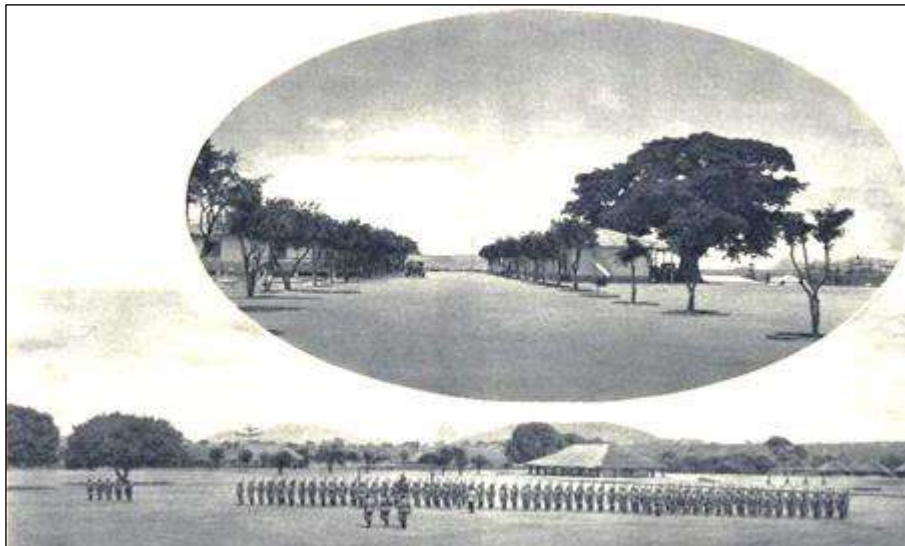


INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta um retrato histórico da formação da cidade de Nampula, enfocando a sua configuração espacial, a situação atual dos bairros de ocupação espontânea e desordenada. A abordagem geohistórica foi feita a partir de uma análise da morfologia urbana apresentando elementos que contribuíram para a expansão urbana. As análises históricas da morfologia urbana foram realizadas considerando o desenho do núcleo urbano inicial nampulense e com base nas transformações ocorridas ao longo do tempo que tiveram como conseqüências o surgimento de novas formas urbanas. Por isso, escolhemos estudar as mudanças ocorridas no processo de formação territorial e de desenvolvimento urbano de Nampula que, por não ter ocorrido de forma dissociada ou isolada em relação ao resto da rede urbana, confere elementos de compreensão das dinâmicas ocorridas em outras cidades moçambicanas.

Antes de mais, é importante explicar que Nampula, situada a noroeste de Moçambique, é a maior cidade da província homônima e da zona norte do território moçambicano além de ocupar o terceiro lugar na hierarquia urbana nacional. O município de Nampula está localizado entre 15°01'35" e 15°13'15" de Latitude Sul e 39°10'00" e 39°23'28" de Longitude Leste de Greenwich. Se situa na região geológica do planalto do grupo de Nampula (Afonso, 1978). A cidade é situada à equidistância dos principais centros urbanos da província de Nampula e da região norte de Moçambique, por ser atravessada por um corredor ferroviário e rodoviário considerado de importância estratégica nacional e internacional (Mapa 1).

Figura 1. Posto Militar da Macuana, núcleo urbano inicial, início do século XX



Fonte: Araújo (2005).

Este posto militar estava contíguo ao povoado do Régulo *Terela Mpula* que hoje corresponde a área da cidade de Nampula. Ele se desenvolveu graças aos contatos comerciais com as cidades do litoral da província, principalmente depois da construção da ferrovia de Lumbo, próximo a Ilha de Moçambique (ARAÚJO, 2005). Mas, a sua dinâmica não dependia somente da conexão com as cidades litorâneas. Nampula já constituía uma importante povoação em crescimento, desde os finais do século XIX, mais concretamente a partir de 1896 quando colonos portugueses enxergaram sua posição estratégica e decidiram instalar um posto militar. Ingressamos numa era de pacificação e ocupação efetiva. Araújo (2005) confirma a relevância histórica da construção do posto militar pelo major Nautel de Abreu a partir de uma expedição da armada portuguesa, iniciativa concretizada em 7 de fevereiro de 1907. Em seguida, Nampula passa a ser a capital do território do Niassa, que abrangia o território das atuais províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa. Nessa altura, devido à sua importância e ao território que administrava, a vila recebeu a residência do 1º Governador, serviços de saúde, administração civil, correios e telégrafos, obras públicas, atividades agrícolas, industriais, veterinárias, de pesquisa geológica agricultura, agrimensura, entre outros. Nampula foi elevada à categoria de vila em 1934, reforçando a sua importância estratégica política e econômica na região norte de Moçambique (ARAÚJO, 2005).

Depois da elevação da cidade a categoria de vila, se começa a verificar um crescimento urbano a partir de meados de 1940, quer em termos populacionais assim



como em infraestruturas habitacionais, serviços administrativos, educação e saúde, indústria. Lopes; Araújo; Hermind (1995, p. 8) descrevem o período:

Em setembro de 1940 é criada a diocese de Nampula, dando-se início a uma intensa ocupação urbana-espacial através de construções de habitações e colégios de missionários católicos e outros cristãos. Impulsiona-se o ensino secundário com a abertura dos 2 primeiros colégios/liceus, seguidos da escola técnica elementar, cortando com toda a dependência administrativa em relação a Ilha de Moçambique. Em 26 de Agosto de 1956 a vila de Nampula é elevada à categoria de cidade, com a denominação de Cidade de Nampula.

Mesmo com a criação destas infraestruturas, importa referenciar que foi em meados da década de 1930, os colonos portugueses usaram em larga escala os planos de urbanização em suas cidades em Moçambique. Para Nampula, foram identificados dois planos de urbanização nesse período colonial. A Planta de Urbanização de 1935 foi o primeiro esboço que englobava somente uma parte da cidade. A aglomeração cresceu seguindo as diretrizes gerais desta planta que propunha uma cidade reticulada, mas com as necessárias adaptações ao espaço físico existente, características tão frequentes nas cidades coloniais portuguesas. No entanto, o Plano urbanístico não foi executado na sua totalidade. Poucas intervenções previstas pelo documento, que se resumiam ao melhoramento das condições das infraestruturas básicas, das habitações e ao alargamento das ruas, foram executadas. Somente depois de 1944, foi possível intervir mais profundamente na estrutura urbana da cidade, através da ação do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC). O GUC permitiu a construção de várias infraestruturas urbanas que estimularam o processo de crescimento urbano. Intervenções urbanísticas foram impulsionadas por grandes arquitetos portugueses. Fernandes, Janeiro e Neves (2008) consideram que foi depois da primeira planta de urbanização que Nampula recebeu seus maiores investimentos em equipamentos urbanos projetados por Mário de Oliveira em 1955.

No decorrer do tempo, cria-se a sede da Diocese de Nampula, que implica a construção da Catedral da Nossa Senhora de Fátima, que foi inaugurada em 1956. O edifício, de desenho tradicionalista, projetado pelo arquiteto português Raul Lino (1941-1955), apresenta duas torres na fachada e um alpendre com arcada (Figuras 2 e 3).

Figuras 2 e 3. Nampula: Catedral Nossa Senhora de Fátima em 1950 e 2017

Fig.2 Construção da Catedral início de 1950

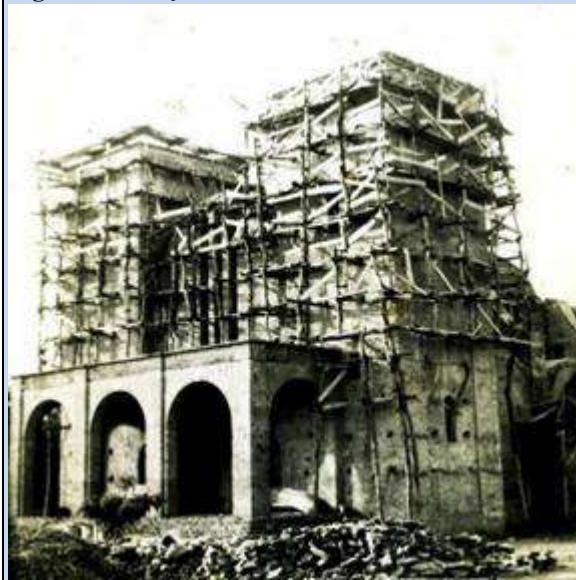


Fig.3 Catedral de Nampula, 2017



Fonte: Baía (2004)

O edifício foi erguido no âmbito da criação de uma autoridade municipal que zelava na implantação de infraestruturas, que contribuiu bastante nas transformações urbanas previstas pela Planta e o Plano Geral de Urbanização de Nampula, que tinha a finalidade de regimentar os espaços urbanos não edificados sofrendo a pressão demográfica (BAIA, 2004). As outras infraestruturas e equipamentos urbanos importantes que surgiram entre as décadas de 1950 e 1960 são: Hospital Egas Moniz, Colégios Vasco da Gama e Nossa Senhora das Vitorias, Museu Regional Comandante Ferreira de Almeida, Estádio Municipal, Parque Felgueiras e Sousa, Praça Infante D. Henriques (Figuras 4, 5, 6, e 7).

Figuras 4, 5, 6 e 7. Nampula- Infraestruturas que dinamizaram a urbanização

Fig4. Hospital Egas Moniz em Nampula



Fig 5. Colégio N. Senhora das Vitórias



Fig 6. Parque Felgueiras e Sousa



Fig 7. Praça Infante D. Henriques



FONTE: Araújo (2005).

A construção destas infraestruturas e equipamentos urbanos dinamizou o crescimento urbano, especialmente o moderno e avançado Hospital Egas Moniz, referência a nível nacional. Segundo Araújo (2005), na época em que foi inaugurado o Hospital era considerado o terceiro mais bem equipado da África. Isso dinamizou ainda mais o processo de urbanização da cidade. Ademais, Nampula já contava com equipamentos como museus, cinemas, salas de teatro, emissoras de rádio, clubes esportivos de referência, o e que que lhe conferia uma posição de centro urbano de alta dinamicidade, tal como acontecia na capital Lourenço Marques. Isso contribuiu substancialmente para acelerar o processo de urbanização até nos finais da década de 1950. Araújo (2003) considera que foi nesse contexto que a aglomeração atraiu mais investidores imobiliários que ergueram outras infraestruturas.

Em 1956, Nampula foi elevada à categoria de cidade. Depois da elaboração das plantas cartográficas no âmbito de uma política de ordenamento urbano esboçada pelo arquiteto Bernardino Ramalhete, começou a ser executado o Plano de Urbanização da Cidade de Nampula que a partir de 1962 objetiva acompanhar a dinâmica do crescimento urbano. O Plano foi remodelado no âmbito do GUC e passou a se chamar de Plano Geral de Urbanização (GUC) de 1962. Portanto, o GUC, com auxílio do Serviço de Obras Públicas (SOP) e da Secção de Urbanização (SU), moderniza a cidade. Já nos finais da década de 1960 e início de 1970 Nampula já se apresentava com traçado largo das ruas e avenidas, arborizada com praças e jardins (Figura 8).

Figura 8. Nampula- a cidade em finais da década 1960 e início de 1970



Fonte: Araújo (2003).

Como se pode ver na figura 8, graças a aplicação dos instrumentos de planeamento urbano, a cidade de Nampula apresenta estradas e avenidas reticuladas além de vários espaços verdes, rompendo com a cidade pouco expandida e contando com uma área expressiva de ocupação desordenada. Na época, o entorno da cidade correspondia majoritariamente a zona de prática da agricultura urbana, áreas de conservação ou de mata agrícola, florestas periurbanas ou pastagens.



EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE NAMPULA EM FINAIS DO SÉCULO XX E INÍCIO DE XXI

É importante referir que as intervenções da administração pública portuguesa nas cidades coloniais foram visíveis, mesmo se limitando á vezes a pequenas ações pontuais. Em Nampula elas tinham o objetivo de melhorar a forma urbana. Os instrumentos de planeamento urbano tiveram o seu clímax em 1974, nas vésperas da Independência Nacional de Moçambique (25 de junho de 1975). Daí em diante, registamos graves deficiências na elaboração e aplicação dos instrumentos de planeamento urbano. Lacunas que se devem em primeiro lugar, a falta de quadros, após o abandono do país pelos colonos portugueses. Em segundo lugar, o planeamento foi prejudicado pela guerra civil em Moçambique. Vale também ressaltar que se verificou, mesmo assim, um “boom” demográfico. Dados do Censo de 1970, demostram que a população de Nampula era de 23.072 habitantes. Em 1980 aumentou substancialmente para 156.185 habitantes. Entre 1970 e 1980, a taxa de crescimento médio anual foi de 20,2% em 1991 fez passar o número de habitantes para 232.670 habitantes. No período 1980-1991 a taxa de crescimento médio anual foi de 4,3%. No censo de 1997 a cidade de Nampula tinha 314.965 habitantes, consequência de um crescimento médio anual de 4,5% entre 1991 e 1997 (INE, 2007). Em 2007, a população era de 477.900 habitantes, passando para 743.125 habitantes em 2017 segundo o Censo Populacional deste último (tabela 1).

Tabela 1. Nampula- Evolução da População da cidade, 1970 – 2017

Ano	Cidade de Nampula					
	1970	1980	1991	1997	2007	2017
População	23.072	156.185	232.670	314.965	477.900	743.125
Taxa de crescimento	1970 – 1980	1980 – 1991	1991 – 1997	1997 – 2007	2007 - 2017	
Valor em %	20,2	4,3	4,5		*	*

*Dados indisponíveis

Fonte: Muacuveia (2018).

Como se pode constatar, apesar de adversidades devido a conjuntura das décadas de 1970, 80 e 90, o crescimento urbano se intensificou com o fim da guerra colonial terminada em 1974 sancionada pelos Acordos de Lusaka (1974) e durante a guerra civil marcado por um forte êxodo rural. A cidade de Nampula, o maior centro urbano da zona



norte e o terceiro em termos de importância socioeconômica no país, recebeu então relevantes fluxos populacionais.

A partir dos finais da década de 1970 e, particularmente, em meados da década de 1980, a expansão urbana se deu, como refere Araújo (2003), de maneira mais desorganizada, gerando importantes impactos socioeconômicos e ambientais. Na época as áreas rurais apresentavam um caráter muito repulsivo, ao contrário das cidades que atraíam muitos migrantes, apesar da administração municipal não ter capacidade de planejamento urbano devido à falta de quadros qualificados e meios financeiros. Foi nestas condições desfavoráveis que a cidade cresceu e a sua periferia se expandiu de forma desordenada.

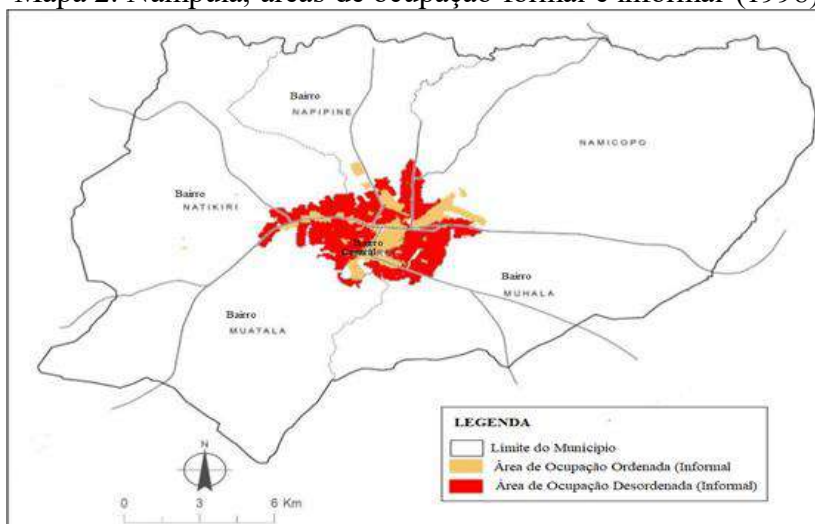
Desse modo, as áreas suburbanas recebem, segundo Araújo (2003), imigrantes que constroem residência como se fossem transitórias. Por isso, são edificadas com material precário por pessoas em busca de inserção na economia urbana. Os subúrbios são também espaços procurados pela população com alto poder aquisitivo que reside no centro ou em zonas privilegiadas da cidade e busca ali espaços para uma segunda ou terceira moradia. O processo tem gerado conflitos de posse e uso do solo urbano. Mesmo, diante do cenário de crescimento urbano desordenado, instrumentos de gestão territorial como o Plano de Estrutura da cidade de Nampula foram concebidos e outros documentos aprovados desde 1999, não foram ou foram muito parcialmente implementados. Desde então, foram elaborados um Plano Diretor de Drenagem (2003), um Plano Estratégico de Saneamento (2004), um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos urbanos (2006). Mas ainda não se mostraram eficazes para a resolução dos diferentes problemas urbanos existentes.

De acordo com o censo de 2017, aproximadamente 90% da população residente na cidade de Nampula está concentrada em áreas semiestruturadas e não estruturadas da cidade (INE, 2017). A grande concentração da população em áreas não estruturadas amplia os problemas de habitações inadequadas, a precariedade do transporte público, a deficiência do saneamento básico, insuficiência dos serviços educacionais e de saúde. O fato de ser considerada uma das três maiores cidades do país, Nampula, com sua grande desigualdade territorial é longe de ser um modelo de urbanização.

EXPANSÃO URBANA RECENTE E RECONFIGURAÇÃO DA CIDADE NAMPULA

O ritmo acelerado processo de urbanização da cidade de Nampula nas últimas décadas foi um reflexo de processos migratórios decorrentes do êxodo rural, exacerbado pela guerra civil. As populações imigrantes ocuparam os espaços ociosos e inexplorados de uma forma desordenada, diante de um “olhar inoperante” das autoridades municipais. Na virada do século XX e para o século do século XXI, a população nampulense, que tinha alcançado 314.965 habitantes em 1997, continuou crescendo alimentando a expansão desordenada da mancha urbana em particularmente dos bairros denominados em Moçambique de *assentamentos informais*. O fenômeno pode ser constatado graças a análise espacial sintetizada no mapa 2.

Mapa 2. Nampula, áreas de ocupação formal e informal (1998)



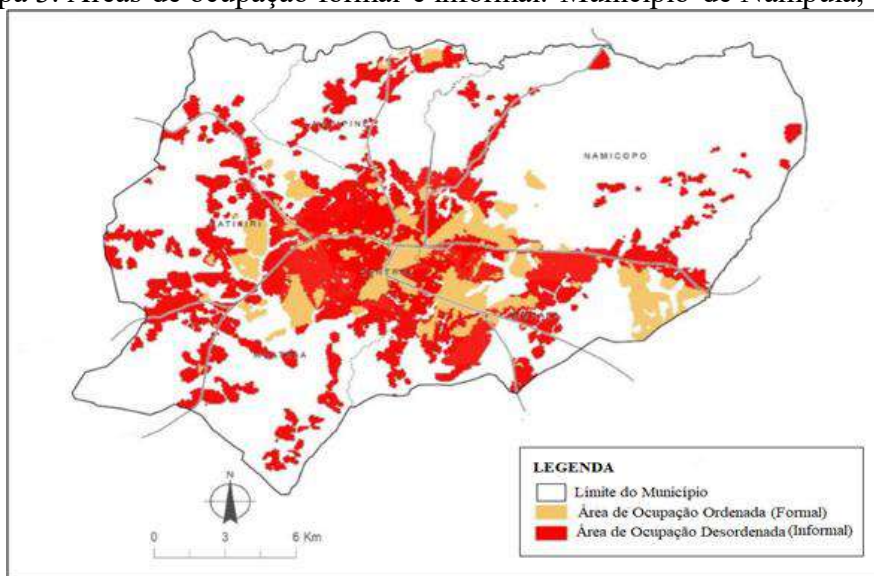
Fonte: Muacuveia (2018).

Conforme observado anteriormente, durante a Guerra Civil a expansão urbana foi alimentada pelo êxodo rural. Mas, mesmo com o fim do conflito armado (1992), o medo da retomada das hostilidades e a falta de condições nas zonas rurais, exacerbaram ainda mais os fluxos de imigração direcionados para Nampula. Entre 1998 e 2018, constatou-se a densificação das ocupações nas áreas de ocupação desordenada que já existiam e o surgimento e espraiamento de novas áreas de ocupação informal para além da mancha existente. Estudo realizado datado de 2017 pelo Instituto de Habitação e

Estudos de Desenvolvimento Urbano (IHS) da Erasmus University Rotterdam (Países Baixos) mostra que, em 1999, a construída da cidade correspondia a 5,7% da superfície da cidade antes de ser multiplicada por 5 nas décadas seguintes (IHS, 2017).

No entanto, é importante salientar que expansão urbana é muitas vezes diretamente proporcional a evolução demográfica da própria aglomeração opois, naturalmente o crescimento vegetativo alimenta o aumento da superfície dos espaços físicos urbanos. O cenário de crescimento da mancha urbana alastrou-se de 2007 para 2017 quando a população urbana de Nampula quase duplicou provocando uma forte expansão da mancha urbana (mapa 3).

Mapa 3. Áreas de ocupação formal e informal. Município de Nampula, 2018



Fonte: Muacuveia (2018).

De acordo com o estudo de IHS, entre 1999 e 2008 e entre 2008 e 2015, a área urbana de Nampula foi respectivamente multiplicada por 13 e 43 vezes (IHS, 2017). Na década de 2000, o número de habitantes aumentou aproximadamente de 16.000 pessoas por ano (INE, 2008) conferindo a cidade suas características mais marcantes do ponto de vista da estrutura urbana, com o surgimento de algumas novas áreas estruturantes apresentadas a seguir.

A) Área Urbanizada (AU)

A Área urbanizada corresponde a mais antiga área urbana do município, incluindo a Área Central (AC) e a Zona Periférica do Centro (ZPC). Possui mais de 60 anos de existência depois da elevação da vila de Nampula a categoria de cidade em 1956. É uma área bem estruturada com infraestruturas e equipamentos urbanos de maior qualidade, ruas e avenidas largas e asfaltadas, passadeiras pavimentadas e arborizadas, uma malha bem definida ou reticulada com uma estrutura ortogonal. Os vários usos da área (habitacionais, comerciais, zonas mistas) revelam um zoneamento planejado. Observa-se um intenso fluxo de veículos e pedestres, entre os quais alguns realizam seus deslocamentos a pé enquanto outros utilizam os transportes públicos para acesso aos subúrbios e vice-versa.

O padrão do traçado viário é regular, com ruas direitas e perpendiculares entre si, apresenta vias dispostas de forma paralela ou ortogonal com ângulos iguais ou aproximados a 90°, quarteirões quadrados que apresentam dimensões diferentes. Apesar de estar implantada numa zona um pouco elevada, estas características descritas se verificam em algumas vastas áreas da zona central, que são ligeiramente planas (Figura 9).

Figura 9. Morfologia da área Urbanizada na zona central da cidade de Nampula



Fonte: Google Earth (2021).



Esta área da cidade como se descreveu, se apresenta bem estruturada, com equipamentos e infraestruturas urbanas, com uma arborização nas suas principais avenidas e ruas, canteiros centrais que separam as faixas de rodagem de veículos automóveis, praças e jardins públicos, o que difere da ASU, onde os elementos urbanos são mais reduzidos ou indisponíveis. Concentra o maior número de atividades produtivas e constitui a área mais acessível da cidade, se configurando como o grande polarizador das demais áreas urbanas que compõem a cidade de Nampula.

B) Área Semi Urbanizada (ASU)

A Área Semi Urbanizada (ASU) corresponde a zona intermediária na estruturação urbana de Nampula. A ASU abriga os primeiros assentamentos fruto da expansão urbana de finais do século XX. A estrutura urbana, pouco coesa, foi condicionada pela ocupação predominantemente residencial de carácter horizontal pois os raros edifícios verticais não contam mais de 4 pisos. O uso do solo misto e comercial é esporádico. A malha viária, pouco regular, não foi planejada. Ela é pouco descontínua e pouco conexa contrastando com áreas planeadas, mesmo de forma incompleta. As ruas, não asfaltadas, são na sua maioria de terra. As vias se constituem de linhas quebradas que formam ângulos e segmentos de várias dimensões. Por isso que os quarteirões são majoritariamente irregulares (figura 10).

O tipo de habitação predominante é a alvenaria (construção utilizando tijolo e cimento). Algumas áreas sofrem um processo de gentrificação sob o efeito da especulação imobiliária que se traduz pela compra e revenda de lotes após a *valorização* do lugar. Observamos, no entanto, que moradores residindo em casas precárias resistem ao processo e permanecem nos seus lotes.



Figura 10. Morfologia da área semi-urbanizada de bairro expansão planejada



Fonte: Google Earth (2021).

A ASU é a primeira das áreas de expansão urbana semi-planejadas que tinham anteriormente um uso rural e foram progressivamente urbanizadas mediante a implantação de assentamentos informais. Mais tarde ocorreu um processo de gentrificação. São locais que necessitam intervenções visando a sua qualificação, agregando ainda, espaços destinados à urbanização futura com lotes enormes que variam de 900 m² e superiores a 1600 m² destinados a uso residencial. A relevância das ASUs quanto à centralidade urbana está relacionada ao fato de que tem uma posição equidistante entre os núcleos consolidados e não consolidados da mancha urbana. Por serem áreas de expansão, podem ser ocupadas tanto pela concentração de atividades relevando um nível de centralidade, quanto pela manutenção do caráter residencial. Neste último caso, se conformarem como áreas de abrangência de regiões vizinhas, com vocação para assumir um papel de polarização sobre seu entorno.

Nestas ASU's, a partir do ano 2000, ocorre outro fenômeno relevante, que é o surgimento dos condomínios habitacionais horizontais fechados em áreas que se caracterizam por uma ausência de ordenamento territorial. Trata-se de ocupação irregular de loteamentos para construção de residências de alto padrão. Em condições semelhantes estão edificadas outros condomínios residenciais horizontais e fechados



que, na ótica de Caldeira (2000), lembram enclaves fortificados, com uma arquitetura da segurança, ou mesmo uma estética da violência, que ilustram um certo modelo de segregação socioespacial atual. A construção de conjuntos residenciais com única entrada e cercados por muros é uma herança de uma tendência europeia do final do século XIX que se alastrou pelo Mundo, alcançando atualmente Moçambique e a cidade de Nampula em particular.

Com a implantação dos condomínios se verifica uma semi-estruturação urbana da área e sua conseqüente valorização. Pois, a implantação destes condomínios que não segue as diretrizes específicas das normas técnicas, o código de obras e o PEU do município de Nampula. Alguns não levam em consideração a necessidade de espaços verdes e áreas de lazer para os cidadãos e são construídos nas zonas de transição entre as ASU e ANUs, o que de certo modo vem confirmar a tese que “os condomínios fechados produzem um ambiente exclusivo e de exclusão, centrado no espaço privado, representando “espaços que se fecham em si mesmos”” (LEITÃO, 2005, p. 238), criando espaços públicos inertes (SENNET, 1992) ou espaços abandonados (JACOBS, 2000) sem interação social e mesclagem de atividades. Estamos diante de um espraiamento que configura um tipo de cidade caracterizado pela periferização, por processo de fragmentação e dispersão. Estes aspectos descritos pelos autores se assemelham ao retrato urbano da cidade de Nampula na atualidade.

C) Área Não Urbanizada (ANU)

A Área Não Urbanizada (ANU) é a zona urbana que, nos vetores de expansão de Nampula em todas as direções, apresenta a maior quantidade de habitação precárias. A urbanização é completamente desorganizada, desprovida de diversos tipos de infraestruturas e equipamentos básicos. Segundo INE (2008), nas ANU's da cidade, se verifica uma pressão exercida pelos domicílios superpovoados que na sua superfície limitada possuem somente espaço para dormir e são instalados em lotes muito pequenos que acomodam dezenas de famílias. As casas são majoritariamente de material precário, do tipo blocos de areia ou adobe, muito frágeis, de paus maticados coberto de capim. Essas “palhotas”, que por vezes aparecem cobertas de chapa de zinco e cujo soalho é normalmente de terra, ou mais raramente de cimento, representam mais de 80% das



construções existentes nos bairros da cidade. Nas ANUs, a malha irregular, não planejada e muito precária é uma regra geral, num contexto de desordem generalizada que dificulta a implantação de equipamentos urbanos (Figura 11).

Figura 11. Morfologia da área não urbanizada no Bairro de Namutequeliua (Nampula)



Fonte: Google Earth (2021).

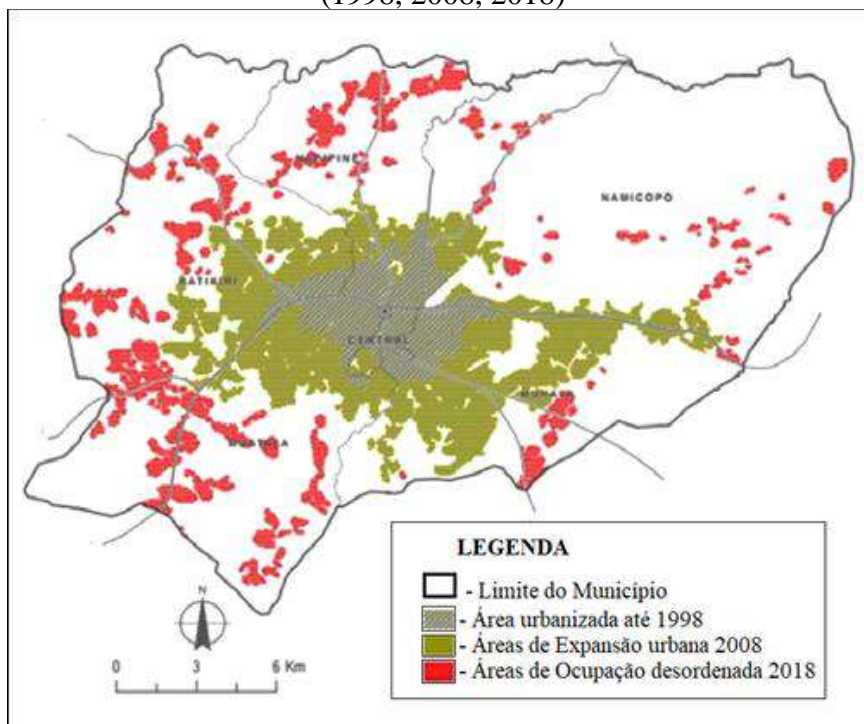
Essas áreas irregulares não apresentam traçados viários regulares. Quando existem ruas, elas são estreitas e tortuosas. Muitas delas terminam em becos ou pátios sem saída. Apresentam normalmente uma arborização nativa ou algumas árvores de frutas plantadas pelos moradores (coqueiros, mangueiras, papaieiras, goiabeiras, entre outras árvores frutíferas e de sombra). Muitas das habitações contam com 3 divisões (2 quatinhos e 1 salinha comum), com uma área interior variando entre 21 e 59 m². Mais de metade das famílias não dispõem de cozinha e cerca de 80% têm casa de banho na parte externa da casa principal (INE, 2008). Cerca de 90% da população residente nas ANU's vive em casa própria num espaço de ocupação espontânea que “considera seu”, apesar de não possuírem qualquer tipo de documento legal que lhes confira a posse (CMCN, 2011). Mas, a sua permanência é assegurada pela constituição da República de Moçambique que, no seu artigo 91 que versa sobre a questão da Habitação e Urbanização, afirma que “todos os cidadãos têm direito à habitação condigna, sendo dever do Estado, de acordo com o desenvolvimento económico nacional, criar as adequadas condições”. Esta questão do direito à habitação e a urbanização é enfatizada pela Lei de Terras cujo Capítulo III aborda o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT). O artigo 9 diz que “a aquisição do direito de uso e aproveitamento da terra por



ocupação pelas comunidades locais que estejam a ocupar a terra segundo as práticas costumeiras adquirem o direito delas”. Isto lhes dá privilégio dificulta eventual reintegração de posse, pois em Moçambique a terra é propriedade do Estado.

Apesar de predominância de construções precárias, surgem neste ambiente algumas residências que operam melhorias e se consolidam ao longo das principais avenidas e ruas de acesso ou das que cortam bairros já semi-urbanizados. Nestes, surgem alguns edifícios comerciais com pisos ou altura que modificam o uso e criam uma zona mista (habitacional e comercial). Essa expansão trouxe também problemas relacionados ao adensamento populacional, principalmente nas áreas mais pobres das ANUs e ASUs, na periferia. As principais infraestruturas e serviços públicos ainda se concentram na área central (Mapa 4).

Mapa 4. Nampula, evolução da expansão da área de ocupação informal (1998, 2008, 2018)



Fonte: Muacuveia (2018).

Analisando as três principais zonas constituintes do espaço urbano nampulense, observamos que os bairros da AU apresentam maior fluxo de atividade comercial, as principais instituições públicas e privadas e os serviços mais diversificados. Esta zona



dispõe de melhores amenidades do que as outras devido as suas condições de habitação (sistema de abastecimento de água, eletricidade e outros serviços que funcionam de forma eficiente). As áreas suburbanas (ASUs e ANUs) crescem sem muito planejamento, exceto algumas zonas de expansão recentemente projetadas como Muhala Expansão, Muahivire Expansão e Marere Expansão. A malha viária é essencialmente constituída por estradas de terra, estreitas e precárias, às vezes, pouco acessíveis devido ao carácter desordenado das habitações. Esses problemas se devem à falta de execução de planos urbanísticos elaborados. Grande parte dos deslocamentos são realizados a pé, ou no máximo de motos e de bicicletas, devido ao estado das vielas que sofrem da erosão dos solos, do excesso de lixo, da existência de valas de drenagem, de riachos, de ruas interrompidas por habitações desordenadas.

Por sua parte, apesar da AU ser a zona que se apresenta mais bem estruturada, existem também entraves que os pedestres devem enfrentar nesta área mais urbanizada onde calçadas apresentam obstáculos que dificultam a transitabilidade, como a precariedade da infraestrutura ou devido a presença de veículos automóveis estacionados ali estacionados.

CONCLUSÃO

Desde os meados da década de 1980, Moçambique regista um elevadíssimo movimento migratório campo – cidade, que foi exacerbado pela guerra civil. Mas, mesmo depois do término do conflito, o prosseguimento da urbanização levou a um forte aumento da população urbana em busca de espaços para instalar sua residência. Isso contribuiu para a expansão da mancha urbana de muitas cidades moçambicanas, como Nampula. Portanto, o crescimento da população urbana deu origem ao surgimento de ocupações irregulares nas áreas periféricas que, em razão da falta de capacidade do poder municipal, sofrem de problemas de diversas ordens.

Dentre os diversos fatores que incentivaram o crescimento e a expansão urbana de Nampula figuram o tradicional êxodo rural, as migrações inter-regionais de pessoas atraídas pela oferta de empregos e melhores condições de vida e internamente pela procura de loteamentos valorizados pelo aumento da procura. Boa parte dessas pessoas procuraram áreas periféricas para estabelecer moradia. Outro fator que contribui de



forma significativa para a expansão urbana foi a valorização de áreas próximas ao centro urbano que provocou venda de seus imóveis por moradores que decidiram se instalar em bairros periféricos como Namutequeliua, Muhala, Napipine, Muahivire etc.

Assim, o processo de expansão e crescimento do urbano da cidade de Nampula criou novas formas urbanas, formando três áreas com características distintas: as áreas urbanizada, “semi-urbanizada” e não urbanizada. Uma das características das duas últimas áreas mencionadas é a ausência de traçado viário, o que dificulta o saneamento básico e o escoamento das águas de chuvas. Por isso, são zonas propensas a erosão dos solos, aos alagamentos e outros riscos causadas por esse processo. Ademais, nessas áreas não há abastecimento de água, por isso, constroem-se poços tradicionais, ou comuns no quintal das residências, alguns são edificadas próximos aos sanitários, o que origina a contaminação das águas provocando doenças intestinais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. G. M. Os espaços urbanos em Moçambique. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 14, p. 165-182, 2003.

ARAÚJO, M. G. M. Cidade de Nampula: A Rainha do norte de Moçambique. **Finisterra**, Lisboa, n. 79, p. 209-222, 2005.

BAIA, A. H. M. **Ruralidades na cidade de Nampula: exercício teórico por uma crítica da cidade**. Dissertação (mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2004.

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE NAMPULA – CMCN. **Caracterização Geral da Cidade de Nampula**. Nampula, 2011.

FERNANDES, J. M.; JANEIRO, M. L.; NEVES, O. I. **Moçambique 1985/1975 – Cidades, território e arquitecturas**. Ed. Autor, Lisboa, Publicação Livros Horizonte, Lisboa, 2008.

INEM. **III Recenseamento Geral da População e Habitação. Resultados Definitivos**. Maputo, Instituto Nacional de Estatística, 2008.

INEM. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação. Dados preliminares**. Maputo, 2017.

JACOBS, J. **The death and life of great American cities**. Londres, Random House, 2000.



LEITÃO, L. Quando um muro separa e nenhuma ponte une. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, n. 13, 2005.

LOPES, L.; ARAÚJO, M.; HERMIND, K. **Perfil ambiental da cidade e do distrito de Nampula**. CEP/UEM, Maputo, 1995.

SENNET, R. **The fall of public man**. Londres, W. W. Norton & Company 1992.



DOSSIÊ TEMÁTICO:

***CIDADES E URBANIZAÇÃO NA ÁFRICA SUBSAARIANA E EM
MOÇAMBIQUE***

GeoImagens



**O “NOVO CENTRAL C”: EXPRESSÃO DE UMA NOVA
CENTRALIDADE? OLHARES SOBRE UMA NOVA PAISAGEM URBANA**

Por Frédéric Monié

Frédéric Monié
Programa de Pós-Graduação em Geografia
(PPGG), Universidade Federal do Rio de
Janeiro (UFRJ); Coordenador do GeoÁfrica
orcid.org/0000-0002-8738-3301
Contato. fredericmonie@igeo.ufrj.br

Como citar
MONIÉ, F. O “Novo Central C”:
expressão de uma nova centralidade?
Olhares sobre uma nova paisagem urbana.
Boletim GeoÁfrica, vol. 2, n. 5, p. 113-
121, jan.-mar. 2023.



TRÊS TEMPOS DA URBANIZAÇÃO DE MAPUTO. ALGUNS MARCOS PAISAGÍSTICOS...

Maputo é a capital política e econômica de Moçambique. Localizada no extremo sul do país, a cidade foi fundada no século XVI pelos portugueses que precisavam de um entreposto comercial no segmento mais meridional da fachada marítima de sua colônia. Com a transferência da capital da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques, em 1898, observamos uma mudança do centro da gravidade das estruturas econômicas e políticas coloniais em direção ao extremo sul. A crescente integração da aglomeração ao coração urbano-industrial sul-africano do Gauteng transformou a cidade em ponta de corredor de transporte, aumentando a dependência da colônia portuguesa em relação ao poderoso vizinho. Ao longo do século XX, a capital moçambicana experimentou um crescimento demográfico relativamente lento quando comparado as demais capitais africanas. Como é de praxe, as sucessivas guerras de Independência (1964-1974/75) e civil (1976-1992) atraíram populações do interior, oriundas de áreas rurais e cidades pequenas, em busca de um espaço seguro. Progressivamente, o crescimento vegetativo passou a contribuir de maneira decisiva no processo de urbanização. A expansão do espaço urbano provocou a formação de uma conurbação Maputo-Matola, conjunto metropolitano hoje integrado por uma densa economia de fluxos. As duas cidades contam hoje um efetivo populacional de cerca de 1 milhão de habitantes cada. Mas, as mudanças ocorridas nas últimas décadas não se limitam a expansão da mancha urbana. As dinâmicas do espaço urbano são também extremamente relevantes, conforme o ilustram algumas imagens apresentadas a seguir.



Imagem 1: Vista geral da área central de Maputo (2019)



Autoria da fotografia: Frédéric Monié

No primeiro plano da fotografia, os casarões da área central recordam que Moçambique foi uma colônia de povoamento que atraiu dezenas de milhares de portugueses que se beneficiaram dos investimentos da metrópole em serviços, equipamentos e infraestruturas garantindo uma boa qualidade de vida aos colonos na *cidade de cimento* (Maloa, 2019). Os africanos foram, por sua parte, relegados na *cidade de caniço* onde as condições de vida eram muito mais precárias. Foi no sentido de corrigir essa segregação socioespacial que, depois da independência, o governo moçambicano tentou promover uma política habitacional mais inclusiva, construindo prédios de grande gabarito destinados as classes populares na área central da capital, seguindo para isso normas urbanísticas e arquitetônicas importadas da Europa (2º plano na Imagem 1). Mais recentemente, a “Baixa” passou a sofrer um processo de reestruturação espacial relacionado ao afluxo de investimentos e estatais. A Torre de Escritórios da nova sede do Banco de Moçambique, inaugurada em 2017, impõe sua silhueta na antiga área central da cidade (Imagens 1 e 2). Por sua parte, ao fundo da Imagem 1, a Ponte Maputo–Katembe, financiada e realizada por firmas chinesas, foi inaugurada no ano seguinte com o propósito de abrir um novo vetor de expansão na margem sul da Baía onde a densidade populacional é ainda muito baixa.

Imagem 2. Nova sede do Banco de Moçambique. Maputo (2019)



Autoria da fotografia: Frédéric Monié

NOVAS CENTRALIDADES: O CASO DO CENTRAL C

As duas últimas décadas foram caracterizadas por dinâmicas de reestruturação das economias e dos espaços metropolitanos da África subsaariana (BAIA, 2011). As políticas de inserção competitiva na globalização, incentivadas pelas Agências internacionais (com destaque para o Banco Mundial), o aumento das receitas das exportações de bens primários no contexto do *super ciclo das commodities* da década de 2000, o afluxo de investimentos diretos externos, cada vez mais oriundos dos países dos Suls (China, África do sul, Índia, Turquia, Brasil, monarquias da Península arábica etc.) contribuíram para a modernização urbana. Dinâmicas observadas em Maputo ilustram, em particular, o caráter estratégico dos investimentos em espaços e infraestruturas garantindo uma conexão fluida dos circuitos superiores da economia local às redes nacionais, regionais e mundiais de circulação das pessoas, das mercadorias, da informação e do capital. A modernização e ampliação do aeroporto internacional e do complexo portuário



maputenses, assim como a construção de um “arco rodoviário metropolitano” de grande capacidade, sinalizam o caráter estratégico da fluidez das circulações para o capital e as autoridades. No campo residencial, a multiplicação de loteamentos de alto padrão e condomínios fechados na Costa do Sol ilustram a ampliação de uma demanda solvável cujas estratégias locacionais extrapolam a tradicional *cidade de cimento*. Na mesma área, a inauguração de diversos centros comerciais destinados a uma clientela dispendo de elevado poder aquisitivo confirma essa tendência de transformação da Costa do Sol.

Imagem 3. Loteamento de alto padrão. Costa do Sol. Maputo (2019)



Autoria da fotografia: Frédéric Monié

O segmento da “Baixa”, área contígua à margem da Baía de Maputo, localizado entre a Avenida 25 de Setembro e a Rua dos Desportistas, passa também por um significativo processo de ocupação e mudanças na paisagem. Investimentos estatais e privados de grande porte conferem a este espaço o perfil de um polo decisório, retrato do surgimento de uma nova centralidade no espaço metropolitano. Segundo Ciattoni e Veyret “*a centralidade é uma expressão da capacidade [dos centros] de atrair, acumular, valorizar, redistribuir. As manifestações da centralidade são visíveis em múltiplos registros, nas funções econômicas, mas também políticas e administrativas, culturais e simbólicas*” (CIATTONI; VEYRET, 2018, p. 56).



Imagem 4. Carta imagem do “Novo CentralC”. Maputo

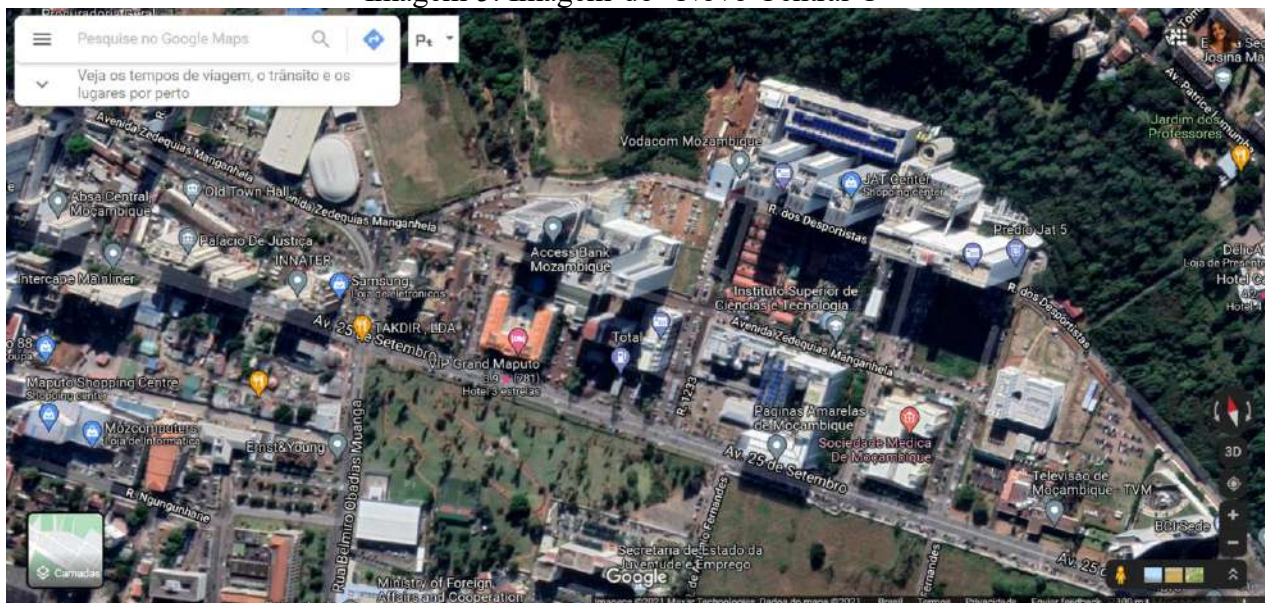
MAPA DA ÁREA DE ESTUDO
CIDADE DE MAPUTO - CENTRAL C



Sistema Geodésico de Referência WGS-84
Mapa desenvolvido por Maria Daniele Carvalho

Fonte: Ludwig (2022). Elaboração: Maria Daniele Carvalho

Imagem 5. Imagem do “Novo Central C”



Fonte: Ludwig (2022). Imagem capturada do *Google Earth*



O “Novo Central C” se destaca, com efeito, por polarizar investimentos em atividades e funções que, por sua vez, contribuem para fazer emergir uma nova centralidade metropolitana. Com efeito, as sedes e/ou escritórios nacionais de empresas moçambicanas e estrangeiras ali instaladas (Tabela 1) são espaços onde se tomam, ou distribuem, em diversas escalas decisões estratégicas nos campos da economia, das finanças, do comércio ou da logística.

Tabela 1. Principais empreendimentos recentes no “Novo Central C” - 2020

Edifício	Setor de atividade/função	Origem
BCI Sede	Banco	Angola
Access Bank Mozambique	Banco	Nigéria
Millennium BIM – Sede	Banco	Moçambique
Moza Banco	Banco	-
Barclays Bank	Banco	Reino Unido
First Capital Bank, AS	Banco	Moçambique
AP Capital Partners	Grupo de investimentos	Hong Kong
Ethiopian Airlines Maputo Office	Companhia aérea	Etiópia
Turkish Airlines Sales Office	Companhia Aérea	Turquia
Prédio Jat 5	Edifício Comercial	Moçambique
Carteira Móvel	Associação de Comércio	Moçambique
Hotel Melia Maputo	Hotel	Espanha. Capital Aberto
VIP Grand Maputo Hotel	Hotel	Portugal
Corredor Warehousing Company	Logística	Índia
Instituto Nacional de Petróleo	Petróleo	Moçambique
ENH Logistics	Companhia de Gás	Moçambique
Samsung	Eletrônicos	Coreia do Sul
Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique	Educação	Moçambique
Vodacom Mozambique	Telecomunicações	África do sul

Fonte: Ludwig (2021)

Observamos, em consequência, uma transformação profunda da paisagem local, caracterizada pelo adensamento predial de uma área anteriormente pouco ocupada, por um nítido processo de verticalização e por formas arquitetônicas cuja “modernidade” é considerada estratégica para o prestígio das firmas ocupando os imóveis (*efeito-vitrine*). Os prédios abrigam funções e atividades ilustrando o ingresso de muitas metrópoles africanas na era de um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo que se traduz por um processo de financiarização da produção do espaço urbano, aqui simbolizado pela presença maciças do setor bancário (Ludwig, 2021). O protagonismo dos fundos de investimentos no financiamento dessas operações imobiliárias costuma, também, participar, deste processo.



Imagem 6. Nova paisagem urbanística e arquitetônica no “Novo Central C” (2019)



Autoria da fotografia: Frédéric Monié

A localização e a estrutura urbanística do “Novo Central C” evidenciam, também, alguns pontos críticos. O primeiro diz respeito a construção de imóveis de grande gabarito numa área localizada ao nível do mar e a proximidade da Baía, numa cidade regularmente sujeita a enchentes cujos impactos já se revelaram dramáticos em diversas ocasiões. A elevação do nível do mar expõe, também, a vulnerabilidade deste tipo de empreendimento às mudanças climáticas. Outra questão diz respeito a natureza de uma fronteira de acumulação intraurbana que atende essencialmente os interesses estratégicos do Estado moçambicano e do grande capital. Observamos, por exemplo, que o padrão urbanístico descarta qualquer perspectiva de uso misto do solo urbano. Apesar da presença de *flats* de luxo, a função residencial é absolutamente secundária na área. Vale, enfim, ressaltar que até o presente momento, a malha circulatória interna ao bairro é essencialmente destinada ao trânsito e estacionamento de automóveis. Portanto, alguns dos desafios impostos pelas transições energética e ecológica e pela justiça socioespacial em meio urbano foram globalmente ignorados pelos atores produtores do espaço urbano.



Referências

BAIA, A. H. M. Os meandros da urbanização em Moçambique. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 15, n. 2, p. 3-30, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74202>.

CIATTONI, A.; VEYRET, Y. (2018). **Les fondamentaux de la géographie**. Paris: Armand Colin, 2018.

LUDWIG, M. de P. A produção do espaço urbano da cidade baixa em Maputo - Moçambique. **Anais do XIV ENANPEGE...** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78127>

LUDWIG, M. de P. **A Produção do Espaço Urbano no Bairro do Central C em Maputo (Moçambique): a emergência de uma nova centralidade?** Exame de qualificação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (ufrj), 2022.

MALOA, J. M. A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio. **Urbe. Revista Brasileiras de Gestão Urbana**. V. 11. 2019, DOI: 10.1590/2175-3369.011.e20180101



Varia

Artigo



CHINA E COVID-19 EM MOÇAMBIQUE: SOLIDARIEDADE OU INTERESSE?

CHINA AND COVID-19 IN MOZAMBIQUE: SOLIDARITY OR INTEREST?

LA CHINE ET LE COVID-19 AU MOZAMBIQUE: SOLIDARITÉ OU INTÉRÊT?

Por Francisco Carlos da Conceição & Bénét Justina Machava

122

Francisco Carlos da Conceição
Universidade Eduardo Mondlane, Maputo,
Moçambique
Contato: conceicaofra@yahom.com.br

Bénét Justina Machava
Mestrando em Ciência Política, Universidade
Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique
Contato: benetjustina@gmail.com

Como citar
CONCEIÇÃO, F. C. da; MACHAVA, B. J. China
e COVID-19 em Moçambique: solidariedade ou
interesse? **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 5, p. 122-
141, jan.– mar. 2023.

Recebido 02/02/2023
Aceite: 14/03/2023



RESUMO. A crise sanitária provocada pela COVID-19, um dos maiores desafios do presente século, além das consequências, económicas e sociais, influenciou a dinâmica da cooperação internacional. Alguns países emergentes, com destaque para China, mostraram-se vibrantes, no que tange a assistência para o combate e prevenção da COVID-19, nos países em desenvolvimento, em particular Moçambique. Recentemente, ao abrigo das relações de amizade e a luz da cooperação bilateral, Moçambique recebeu vários tipos de apoio, com realce para a doação das vacinas pela China. Portanto, é em face dessas experiências que, o presente artigo pretende lançar uma incursão analítica sobre as reais motivações e implicações da doação das vacinas pela China em Moçambique. Nesse quesito, da pesquisa feita, por meio de uma extensa revisão de literatura, nota-se que, embora o apoio prestado pela China à Moçambique se denomine por solidária, a China actuou, tendencialmente, de acordo com seus interesses, em função de suas respectivas agendas de política externa e necessidades de inserção internacional, de modo a ter mais poder na geopolítica internacional.

Palavras-chave: Cooperação Internacional. COVID-19. Vacinas. Geopolítica.

ABSTRACT. The health crisis caused by COVID-19, one of the greatest challenges of the economic and social consequence, influenced the dynamics of international cooperation. Some emerging countries with emphasis on China, were vibrant, with regard to assistance for combating and preventing Covid-19, in developing countries, in particular Mozambique. Recently, under the terms of friendship and in the context of bilateral cooperation, Mozambique received various types of support, with emphasis one the donation of vaccines by China. Therefore, it is in the face of these experiences this article intends to launch an analytical foray into the real motivations and implications of the donation of vaccines by China in Mozambique. In This regard, from the research carried out, through an extensive literature review, it is noted that, although the support provided by China to Mozambique is called solidarity, China tended to act in accordance with its interests, due to its respective foreign policy agendas and international insertion needs, in order to have more power in international geopolitics.

Keywords: International Cooperation. COVID-19, Vaccines. Geopolitics.

RÉSUMÉ. La crise sanitaire causée par le COVID-19, l'un des plus grands défis de ce siècle, en plus des conséquences économiques et sociales, a influencé la dynamique de la coopération internationale. Certains pays émergents, en particulier la Chine, se sont sentis dynamiques, en ce qui concerne l'aide à la lutte et à la prévention du COVID-19, dans les pays en développement, en particulier le Mozambique. Récemment, dans le cadre de l'amitié et à la lumière de la coopération bilatérale, le Mozambique a reçu divers types de soutien, en mettant l'accent sur le don de vaccins par la Chine. C'est donc face à ces expériences que le présent article entend lancer une incursion analytique sur les véritables motivations et envois du don de vaccins par la Chine au Mozambique. À cet égard, à partir des recherches effectuées, à travers une revue de littérature approfondie, il ressort que, bien que le soutien apporté par la Chine au Mozambique soit appelé solidarité, la Chine a eu tendance à agir conformément à ses intérêts, en fonction de leurs politiques étrangères respectives agendas et besoins d'insertion internationale, afin d'avoir plus de pouvoir dans la géopolitique internationale.

Mots-clés: Coopération internationale. COVID-19. Vaccins. Géopolitique



INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, alguns países considerados em desenvolvimento (Brasil, China, Índia e África do Sul) têm surgido como importantes provedores de assistência a outros países também em via de desenvolvimento. A título de exemplo, dados referentes ao início da segunda década de 2000 indicam que a China tem sido um dos maiores doadores no mundo, tendo doado um valor estimado em 5,5 bilhões de dólares americanos em 2011 (DI CIOMMO, 2014). De notar que o papel activo dos países emergentes no “Sul Global”¹, não só se regista ao nível da assistência ao desenvolvimento, como também nos Investimentos Directos Estrangeiros (IDE). Aliás, no contexto moçambicano, os IDEs dos chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) já representam 30% do investimento total no período 2006-2017. Em 2017 atingiram 55% do total dos IDEs no país, correspondendo a 331.699.734,05 dólares americanos. Importa ainda salientar que, do total do IDE dos BRICS, os investimentos oriundos da China são os que têm crescido a ritmos mais elevados passando de 1% do total em 2006 para 48% em 2017 (SAMBO, 2019). Como se pode depreender, o aprofundamento e o engajamento dos *new powers*, em particular da China, no Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento (SICD) e nos investimentos directos têm sido crescentes e notórios nas últimas décadas. Segundo Garcia, Assis e Ribeiro (2020), a China é hoje um dos maiores credores bilaterais de países africanos. Estatisticamente, estima-se que “a soma dos empréstimos chineses a 49 países africanos, entre 2000 e 2018, é de US\$ 152 bilhões” (BRAUTIGAM, 2020 apud GARCIA; ASSIS; RIBEIRO, 2020, p. 12).

Em termos avaliativos, de acordo com Corrêa (2010), este crescente diálogo entre os países em desenvolvimento, além de ser uma alternativa para o financiamento das economias africanas, permitiu içar novos temas prioritários, que outrora não interessavam os doadores tradicionais, mas que têm impacto muito forte nas sociedades dos países em desenvolvimento, como por exemplo, os acordos comerciais regionais e inter-regionais, a produção de medicamentos essenciais e genéricos, a pesquisa básica no combate de doenças entre outros temas. Ora, mais recentemente,

¹Expressão cunhada no final da Guerra Fria para fazer referência aos países e às sociedades em desenvolvimento do hemisfério Sul, bem como a outros localizados no hemisfério Norte, que possuem indicadores de desenvolvimento médios e baixos. Estes países são na maioria jovens nações africanas e asiáticas, mas também Estados latino-americanos independentes há mais de dois séculos. No total, uns 150 Estados soberanos (PINO, 2014, p. 57).



no âmbito da resposta à crise sanitária provocada pela COVID-19, o diálogo entre os países em desenvolvimento tem ganhado, pelo menos no sector da saúde, um “novo ar”. Pois, alguns países considerados do “Sul Global”, com destaque para China, mostram-se vibrantes e dinâmicos no que tange a assistência para o combate e prevenção da COVID-19, nos países em desenvolvimento. Especificamente por parte da China, e ao abrigo das relações de amizade e a luz da cooperação bilateral, Moçambique recebeu vários tipos de apoio no sector da saúde, com realce para a doação das vacinas de prevenção da COVID-19. Aliás, bem antes da doação das vacinas, logo na primeira metade de combate a COVID-19, a nação chinesa ofereceu vários donativos de materiais e equipamentos médicos mais necessários para Moçambique, incluindo cirúrgicas, roupas de protecção, Kits de teste, ventiladores e concentradores de oxigénio, entre outros equipamentos.²

Todavia, dentre vários equipamentos doados pela China à Moçambique, no âmbito de combate e prevenção da pandemia da COVID-19, a doação das vacinas constituiu o momento mais alto e vibrante, visto que, muito antes da OMS – Organização Mundial da Saúde (por meio da iniciativa internacional COVAX) ou qualquer outro país ocidental se mobilizar em doar as vacinas, como era expectável, a China foi, praticamente, o primeiro país a doar as doses de vacinas contra COVID-19 para Moçambique. Portanto, foi por meio da China que Moçambique recebeu o primeiro lote de 200 mil doses de vacinas, que numa primeira fase garantiram a vacinação de grupos prioritários³, seguindo-se um reforço de 100.000 doses oferecida pela Índia e, mais posteriormente, 384 mil doses pelo mecanismo COVAX, uma iniciativa impulsionada pela OMS em prol da vacinação dos países pobres.⁴ Ademais, importa salientar que, a “boa vontade” da China em doar as vacinas não circunscreveu-se apenas a Moçambique, vários outros países em desenvolvimento também receberam e têm recebido as vacinas chinesas, como resposta ao compromisso prestado pelo Presidente Xi Jinping de tornar a vacina chinesa contra a COVID-19 um bem público global. Em termos quantitativos, no âmbito de tornar a vacina da COVID-19 um bem público global, a China já doou vacinas directamente para quatro regiões geográficas ao redor

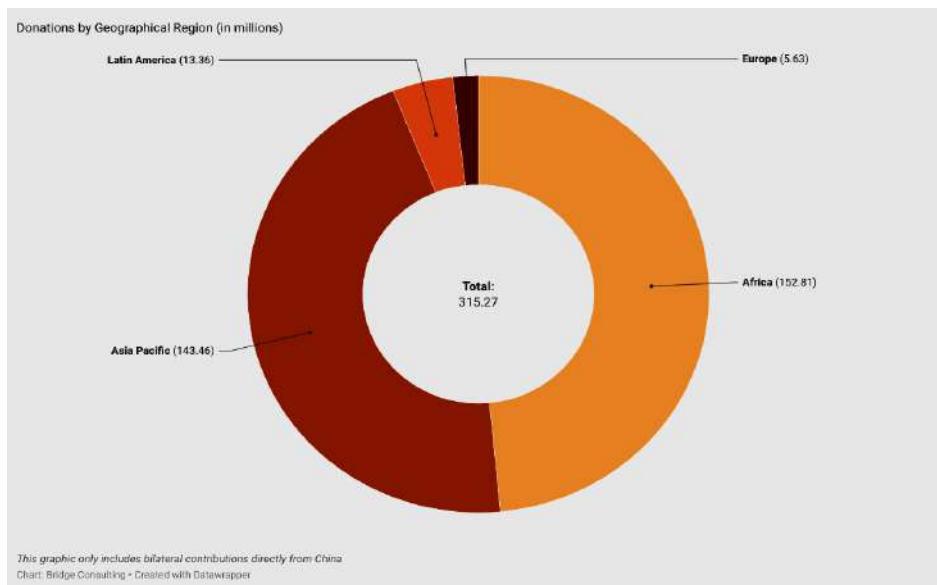
² Ver o artigo do Sr. Wang Hejun, Embaixador da China em Moçambique, intitulado “Doação de Vacinas pela China reflecte Fraternidade entre os povos”. Disponível em http://mz.china-embassy.gov.cn/por/sghd/202205/t20220518_10688527.htm

³ <https://www.dw.com/pt-002/chegaram-a-mo%C3%A7ambique-as-primeiras-200-mil-doses-da-vacinas-contra-a-covid-19/a-56678726> - acesso 25/02/2023.

⁴ <https://noticiasdonorte.publ.cv/117448/covid-19-mocambique-recebe-500-mil-vacinas-adquiridas-pelo-setor-privado/> - acesso 25/02/2023.

do mundo, nomeadamente: Asia-Pacífico, África, América-latina e Europa. Aliás, de acordo com os dados mais recentes da *Bridge Consulting*, uma consultoria que rastreia o impacto da China na saúde global, que cobrem até finais de novembro do ano de 2022, o país asiático doou cerca de 315.27 milhões de doses de vacinas ao mundo⁵, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1. Quantidade de doses de vacinas doadas pela China ao redor do Mundo



Fonte: *Bridge Consulting*⁶ (2023).

Como se pode constatar da figura acima, a China tem vindo a se destacar na doação de vacinas a vários países no processo de combate e prevenção da COVID-19, tendo já oferecido assistência a 47 países em África (BRIDGE CONSULTING, 2023). Estes dados robustecem o pressuposto de que, em certa medida, a COVID-19 reforçou as oportunidades de cooperação internacional em saúde, entre vários países, do Sul ao Norte. Assim, a participação activa da China no Sistema Internacional da Cooperação ao Desenvolvimento (SICD), por meio da doação das vacinas contra COVID-19, tem gerado grande interesse e discussões entre especialistas de várias áreas, com vista a compreender o sentido e o alcance da solidariedade expressa pelo gigante

⁵Disponível em https://bridgebeijing.com/our-publications/our-publications-1/china-covid-19-vaccines-tracker/#China8217s_Vaccines_Across_Regions - Acesso: 25/02/2023

⁶https://bridgebeijing.com/our-publications/our-publications-1/china-covid-19-vaccines-tracker/#China8217s_Vaccines_Across_Regions - Acesso: 25/02/2023.



asiático ao redor do mundo, em particular na África. Portanto, é em face desse contexto, que o presente artigo pretende lançar uma incursão analítica e reflexiva sobre as reais motivações, intensões e implicações geopolíticas e geoestratégicas da doação das vacinas chinesas a diversos países ao redor do mundo, especificamente para Moçambique. Ou melhor, pretende-se com o presente artigo descortinar em que medida a doação das vacinas pela China à Moçambique reflecte fraternidade entre os povos. Visto que, aquando da entrega do primeiro lote das vacinas, o Sr. Wang Heju, Embaixador da China em Moçambique, sustentou, discurso público, que a cooperação China - Moçambique em vacinas demonstra fraternidade entre os dois países.⁷ Assim, é em face deste discurso que os autores do artigo pretendem aferir, por meio da teoria realista das relações internacionais, em que medida a narrativa de irmandade constitui a motivação real da doação das vacinas. Pois, a luz desta perspectiva teórica, “os países têm interesses não amigos” (CORRÊA, 2010, p. 91).

Para o alcance dos objectivos supracitados, e tendo em conta que a prossecução dos desígnios de qualquer pesquisa requer a adopção de uma metodologia de investigação, o presente artigo é fruto de uma revisão bibliográfica sobre a CID vis-à-vis com a recente agenda de doação e internalização das vacinas de prevenção da COVID-19 pela China. De salientar que, a identificação das razões por de trás da doação das vacinas pela China à Moçambique será consubstanciada, também, por meio da análise do conteúdo e/ou narrativa (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008), pois “uma das formas de compreender ou analisar a identidade de um actor (individual ou colectivo) é olhar para o seu discurso” (CHICHAVA, 2009, p. 1). Além do mais, como forma de encontrar suporte para a análise e de maneiras a lograr os desígnios para os quais o estudo se propõe, adoptou-se como suporte para análise e interpretação as abordagens sobre a CID inspiradas pela teoria realista no campo das relações internacionais, que defendem a ideia de que, “a ajuda externa é instrumental, um meio para assegurar objectivos de segurança e aumentar o poder dos Estados donativos” (LEITE, 2012, p.26).

Portanto, em face dos objectivos aludidos e das abordagens sobre a CID inspiradas pela teoria realista, o argumento principal do presente artigo é de que, embora a cooperação conduzida pela China se denomine por solidária e desvinculada de outros interesses que não sejam a promoção do empoderamento dos países do Sul, a China actua, tendencialmente, de acordo com

⁷Disponível em http://mz.china-embassy.gov.cn/por/sghd/202205/t20220518_10688527.htm



seus interesses, em função de suas respectivas agendas de política externa e necessidades de inserção internacional. Dito de outra forma, o objectivo da China com sua estratégia diplomática, no contexto da doação das vacinas da COVID-19, visa estabelecer uma nova ordem internacional que lhe permite ocupar um espaço favorável para manter voz nos grandes temas da política internacional, como é o caso do sector da saúde, ou seja, ter mais poder na geopolítica internacional.

Ora, para o alcance dos desígnios acima indicados, em paralelo com a necessidade de comprovar o argumento central, o presente artigo desenvolve-se em cinco partes essenciais. A primeira secção do artigo é constituída pela presente introdução, onde aborda se aspectos inerentemente metodológicos. Na segunda parte, o artigo apresenta uma breve contextualização sobre a presença da China em África e em Moçambique. Na terceira parte, apresenta-se uma análise em torno das dinâmicas da nova geografia da ajuda internacional, isto é, uma leitura breve sobre o activismo dos grandes países periféricos. Na quarta secção aborda-se, de forma analítica e reflexiva, sobre a estratégia da China, ou mesmo do presidente Xi Jinping em apostar na internacionalização das vacinas, de forma a aferir as intenções geopolíticas e geoestratégicas deste gigante asiático neste contexto pandémico. A quinta parte é consagrada as considerações finais.

PRESENÇA DA CHINA EM ÁFRICA

As relações China-África não são recentes, historicamente, não seria tarefa simples estabelecer com precisão o ponto de partida. No entanto, o marco histórico do início do aprofundamento destas relações pode ser visualizado a partir da realização, em 1955, da Conferência Afro-asiática, a primeira realizada sem a presença de representantes dos EUA, URSS e Europa (LEITE, 2012; MILANI, 2012). Naquela altura, imediatamente após Segunda Guerra Mundial, a política chinesa em África articulava-se basicamente em dois eixos: o primeiro que consistia no estabelecimento de relações diplomáticas com os países que iam obtendo suas independências políticas; o segundo que consistia em apoiar de forma activa, os processos de descolonização então em curso (HONG-MING, 2004 apud CONCEIÇÃO, 2015).

No período que se estende dos anos 1950 a 1970, as relações entre China e África eram fundamentadas por uma forte tendência ideológica e busca sistemática de reforço dos benefícios



políticos. Aliás, os cinco princípios que norteavam o desenvolvimento das relações políticas sino-africanas ilustram com mais precisão essa visão do gigante asiático na cooperação com o continente africano. Portanto, no início, a China estava disposto a: (I) apoiar os povos de todos os países africanos na sua luta contra os imperialistas, os colonialistas e os neocolonialistas ou para conquistar e salvaguardar a independência nacional; (II) apoiar sua política de paz, neutralidade e não-alinhamento; (III) apoiar suas aspirações de solidariedade e unidade por meio de livre escolha, bem como seus esforços para resolver suas desavenças através de consultas pacíficas; (IV) exigir dos outros países que eles respeitassem a soberania de todos os países africanos; e (V) lutar contra as agressões e qualquer intervenção estrangeira (CONCEIÇÃO, 2015).

É interessante notar que, com base nestes princípios, a China se colocava com protector dos países africanos, facto que se consubstanciou em vários países no processo de luta contra o colonialismo. Demais, com este posicionamento a China actuava em contraposição às metodologias de actuação utilizadas pelos países do Norte. E conseqüentemente, esta abordagem foi entusiasticamente recebida pelos países africanos e marcou fortemente o destino das relações políticas sino-africanas (HONG-MING, 2004 apud CONCEIÇÃO, 2015). A título elucidativo, cabe observar que, de um total de 41 países africanos independentes em 1969, cerca de 19 mantinham relações diplomáticas com a China (CONCEIÇÃO, 2015).

A partir dos anos 1980, a estratégia de actuação da China em África caracteriza-se por um maior abrandamento no investimento da vertente ideológica, passando a privilegiar o seu foco no incremento da valorização dos benefícios económicos. Este foi, com certeza, o factor que contribuiu para um período de desenvolvimento amplo, permitindo à China intensificar a sua presença no continente e estender a sua esfera de influência em vários países. A título de exemplo, nos finais dos anos 1980, dos então 51 países independentes no continente, 47 mantinham relações com a China (CONCEIÇÃO, 2015). Ainda de acordo com o autor supracitado, a partir do período pós-Guerra Fria até os dias actuais, a importância das relações políticas e económicas foram direccionadas para o benefício do desenvolvimento bilaterais nas mais diversificadas áreas. Além do mais, salienta-se que as relações China-África consubstanciam se, historicamente, nos princípios de coexistência pacífica, que são: (i) respeito mútuo da soberania e da integridade territorial; (ii) não-agressão mútua; (iii) não ingerência nos assuntos internos; (iv) igualdade e vantagens recíprocas; e (v) coexistência pacífica. Aliás, de acordo com Conceição (2015), a



insistência da China em desenvolver as relações na base dos cinco princípios de coexistência pacífica, procurava por essa via desenhar e influenciar uma arquitectura do sistema internacional em que se assentasse na multipolarização.

Ora, olhando para o contexto nacional, as relações sino-moçambicanas, também não são recentes, remontam aos anos 60, quando a China proporcionou apoio diplomático importante e apoio militar limitado à FRELIMO, no âmbito do longo conflito armado contra o poder colonial (CHICHAVA, 2008 apud ROQUE; ALDEN, 2010). No período pós a independência, apesar de Moçambique ter-se aproximado mais da União Soviética e, em 1977, tendo declarando-se um Estado marxista-leninista, as relações com a China permaneceram amigáveis e consistentes, com uma aproximação feita após a China ter proporcionado a Moçambique ajuda e assistência importante para fazer face aos efeitos da fome desastrosa de 1983 (ROQUE; ALDEN, 2010).

Para além desta trajectória, Roque em coautoria com Alden, num artigo intitulado “China em Moçambique: Prudência, Compromisso e Colaboração” defendem que relação contemporânea entre a China e Moçambique foi gradualmente reconstruída em 1997-1998 com um fundo de 20 milhões proporcionados pelo Banco Exim da China, com vista a proporcionar incentivos para as corporações chinesas começarem a fazer negócios em Moçambique. Nesse âmbito, foi a partir deste período, que a cooperação técnica se e intensificou-se diversificou continuamente (ROQUE; ALDEN, 2010). Portanto, as relações China-Moçambique têm evoluído significativamente, tendo já alcançado sua plenitude através dos investimentos. Assim, se por um lado o marco histórico do início destas relações se caracterizou por diplomáticas e apoios incondicionais sucessivos, por outro lado, e em particular na última década, a China tem empreendida uma forte campanha de estabelecimento, incremento e fortalecimento das relações comerciais e de investimento com Moçambique. Aliás, dados mais recentes sobre o IDE chinês em Moçambique, testifica esse fortalecimento das relações. Pois, até 2017, o IDE da China era responsável por 87% do IDE dos BRICS (SAMBO, 2019). Desta forma, “a China é hoje a maior credora bilateral de países africanos” (GARCIA; ASSIS; RIBEIRO, 2020:12).

Por seu turno, na qualidade de doador emergente, a China tem, igualmente, demonstrado uma contribuição significativa, dados extraídos no Relatório da *Development Initiatives*, uma plataforma que trabalha para erradicar a pobreza extrema até 2030, indicam que o gigante asiático tem sido um dos maiores doadores no mundo. Tendo em 2011, desembolsado um valor estimado



em cerca 5,5 milhões de dólares americanos (DI CIOMMO, 2014). Além disso, na conjuntura actual da pandemia da COVID-19, no âmbito de combate e prevenção ao nível global, os números ilustram, tal-qualmente, o peso e a importância deste actor no SICD, pois até ao momento, a China já doou cerca de 315.27 milhões de vacinas ao mundo.⁸

No contexto moçambicano, ao abrigo das relações de amizade e a luz da cooperação bilateral, o país recebeu vários tipos de apoio no sector da saúde, com realce para a doação das vacinas de prevenção da COVID-19. Ademais, bem antes da doação das vacinas, logo na primeira metade de combate a COVID-19, a nação chinesa ofereceu vários donativos de materiais e equipamentos médicos mais necessários para Moçambique, incluindo cirúrgicas, roupas de protecção, Kits de teste, ventiladores e concentradores de oxigénio, entre outros equipamentos.⁹

No entanto, não obstante ao apoio e solidariedade prestados pela China em diversos sectores, especificamente a doação de milhares de doses de vacinas a diversos países em desenvolvimento, a presença massiva da China em África tem levantado um debate acirrado sobre as reais motivações e intenções da China para com o continente. A par de várias discussões sobre as reais intenções da China em África, no contexto da COVID-19, argumentamos, em dois sentidos, o pensamento de que, as estratégias da ajuda internacional para o desenvolvimento da China, as doações das vacinas contra COVID-19, a vários países ao redor do mundo, são objectivamente instrumentais: (i) para manter voz nos grandes temas da política internacional (saúde) e (ii) para o seu desenvolvimento económico.

Com base nos dados disponíveis sobre a distribuição geográfica regional das vacinas doadas pela China, sustenta-se que o continente africano, e a Ásia-Pacífico, tendem a ser centros estratégicos da actuação geopolítica da China. Pois, nestas regiões, o gigante asiático, actua com vista a garantir sua inserção no sistema internacional, e com objectivo de ganhar ainda mais voz na política internacional no sector da saúde. Aliás, a Ásia-pacífico e África são as regiões que mais se beneficiaram da doação das vacinas da China, até o momento, tendo África recebido, 152.81 milhões de vacinas sob a forma de doações. Em segundo lugar, a Ásia-Pacífico aparece com 143.46 milhões de doses de vacinas doadas pela China. Um outro dado que é interessante notar é de que,

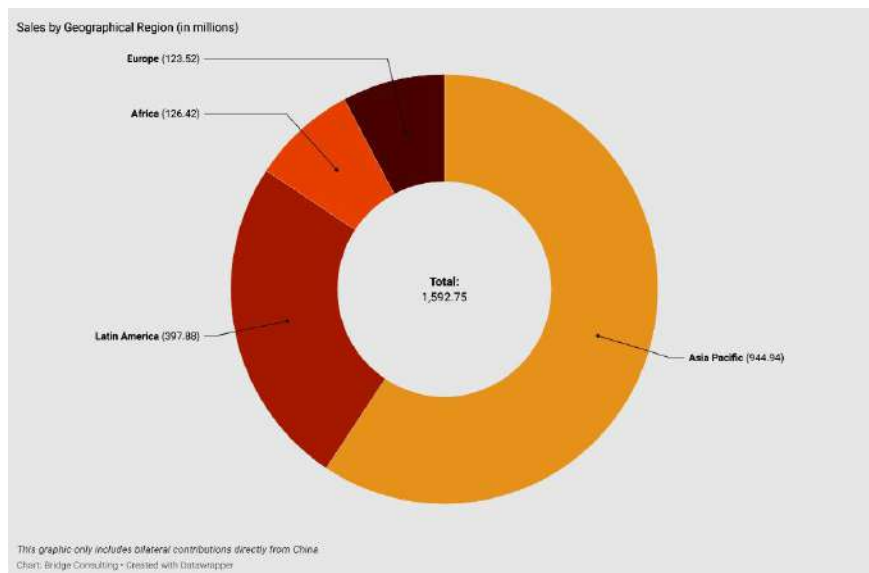
⁸Disponível em: https://bridgebeijing.com/our-publications/our-publications-1/china-covid-19-vaccines-tracker/#China8217s_Vaccines_Across_Regions - Acesso: 25/02/2023.

⁹ Disponível em http://mz.china-embassy.gov.cn/por/sghd/202205/t20220518_10688527.htm



a América-latina e a Ásia-pacífico constituem centros estratégicos para o desenvolvimento da indústria farmacêutica chinesa, pois foram as regiões que mais compraram as vacinas produzidas pelas farmacêuticas chinesas, conforme ilustra a figura 2 sobre a distribuição das vendas das vacinas chinesas por região geográfica.¹⁰

Figura 2. Distribuição das vendas das vacinas chinesas por região geográfica



Fonte: *Bridge Consulting*¹¹ (2023).

Portanto, parte dos dados acima mencionados corroboram com a ilação segunda a qual, apesar dos “novos doadores” mostrarem-se dinâmicos no que tange a assistência aos países em desenvolvimento, grande parte destes provedores oferecem ajuda as regiões vizinhas e estratégicas (DI CIOMMO, 2014). Dito de outra forma, apoiando-nos nas palavras de Conceição (2015, p. 239), “as estratégias da ajuda ao desenvolvimento da China são objectivamente instrumentais para a sua própria sobrevivência política e consequentemente para o seu desenvolvimento económico.”

¹⁰Disponível em https://bridgebeijing.com/our-publications/our-publications-1/china-covid-19-vaccines-tracker/#China8217s_Vaccines_Across_Regions - Acesso: 25/02/2023

¹¹https://bridgebeijing.com/our-publications/our-publications-1/china-covid-19-vaccines-tracker/#China8217s_Vaccines_Across_Regions - Acesso: 25/02/2023.



DINÂMICAS E LEITURAS SOBRE A NOVA GEOGRAFIA DA AJUDA INTERNACIONAL

Nos últimos anos, tem-se assistido uma verdadeira ascensão económica e política de certos actores estatais, pertencentes ao “Sul global”, um conjunto de países em desenvolvimento que possuem indicadores de desenvolvimento médio e baixo (SOUZA, 2014a). Tais países são também considerados potências emergentes (África do Sul, Brasil, China, Índia, México ou Turquia) (MILANI, 2012). Alguns destes países estão surgindo como importantes provedores de assistência a outros países também em desenvolvimento. Sendo que, alguns doadores individuais, como são os casos da China e da Arábia Saudita, desembolsam quantias similares às de alguns dos doadores do Comité de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) (DI CIOMMO, 2014).

Olhando para o peso do financiamento destas economias aos países em desenvolvimento, dados referentes a primeira década de 2000, ilustram que, cerca da metade do financiamento para infraestrutura na África Subsaariana veio dessas economias emergentes. Portanto, como se pode depreender, a cooperação para o desenvolvimento fornecida por governos de países fora do CAD tem aumentado significativamente (DI CIOMMO, 2014). Essas iniciativas de intercâmbio entre países em desenvolvimento conduzidas em diferentes modalidades são conhecidas popularmente por Cooperação Sul-Sul (CSS) (CORRÊA, 2010). Ora, apesar destas iniciativas serem consideradas recentes no âmbito do sistema internacional, a CSS não representa novidade no âmbito da cooperação internacional. Pois, desde o início do século XXI, o mundo tem vindo a presenciar uma fase de dinamização e aprofundamento da cooperação entre países em desenvolvimento (PINO, 2014). Em seu início, ainda nos idos de 1950-1960, a cooperação entre países em desenvolvimento era mais um discurso político do que uma prática, em função da ausência de condições financeiras, técnicas e logísticas suficientes para sua materialização (CORRÊA, 2010).

Todavia, embora a cooperação entre os países em desenvolvimento tenha sofrido algumas restrições, os novos actores, desde Bandung, nunca se esqueceram de mencionar a necessidade de promover a cooperação económica e técnica entre eles. (LEITE, 2012). Por isso, o discurso e o pensamento das relações Sul-Sul não permaneceram na retórica, na medida em que nas décadas seguintes, os avanços económicos, tecnológicos e institucionais em grupos seleccionado de países



em desenvolvimento permitiram, enfim, que, a partir da década de 1980, a cooperação Sul-Sul migrasse de um cenário de ações pontuais para iniciativas resultantes de planejamento, conduzidos em bases regulares e com maior envergadura (CORRÊA, 2010). Importa também anotar que, a CSS cresceu, também, em função do esgotamento da Cooperação Norte-Sul (Norte-Sul) ou da retração da actuação dos países doadores tradicionais. Portanto, a Cooperação Sul-Sul foi se convertendo em imperativo diante do fracasso do diálogo Norte-Sul que juntamente com a criação da Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP), haviam marcado um contexto de grande optimismo, activismo e união dos países em desenvolvimento em prol da construção de estruturas de poder e de relações económicas mais equitativas (CORRÊA, 2010; LEITE 2012).

O outro factor de crescente importância da CSS no sistema internacional tem a ver com o discurso e as práticas contrárias da Cooperação Norte-Sul. Na medida em que os operadores de cooperação entre países em desenvolvimento são enfáticos quando indicam a solidariedade como seu elemento motivador e desvinculado de interesses que não a promoção do desenvolvimento (CORRÊA, 2010). Portanto, para além da solidariedade, segundo o autor imediatamente supracitado, a CSS apresenta ainda, um conjunto de princípios e de características tidas como consensuais entre os países em desenvolvimento:

- Respeito à soberania dos países em desenvolvimento;
- Não ingerência nos assuntos internos dos países parceiros;
- Vantagens comparativas frente à cooperação dos países desenvolvidos, como por exemplo, custos operacionais menores e disponibilidade de tecnologias, parcerias e boas práticas desenvolvidas em condições específicas de países em desenvolvimento, facilitando sua adaptação, disseminação e assimilação junto a outras nações com características semelhantes.

Perante esta narrativa, a CSS tem vindo a ganhar seu espaço no sistema internacional, ao ponto de alguns países em desenvolvimento deixaram de ser recipiendários para se tornar doadores, enquanto outros se tornaram ao mesmo tempo doadores e recipiendários (SOUZA, 2014a). Ademais, como se pode constatar, dos dados anteriormente apresentados, a China tem vindo a ser um dos maiores doadores, com uma estimativa de US\$ 5,5 bilhões em 2011. A Arábia Saudita está em segundo lugar, com US\$ 5,2 bilhões. O interessante anotar é que este volume de cooperação para o desenvolvimento é similar à AOD do Canadá, conforme a tabela 1. Aliás, esses



dois doadores, sozinhos, representam 60% da cooperação para o desenvolvimento fora do CAD. Sendo que, em comparação, os dois maiores doadores do CAD (Estados Unidos e Japão) fornecem 35% da AOD do CAD (DI CIOMMO, 2014).

Tabela 1. Contribuição de alguns provedores emergentes verso alguns provedores do CAD

Provedor governamental fora do CAD	US\$ milhões	Provedor do CAD comparável
China	5.518	Canadá
Arábia Saudita	5.239	Canadá
Turquia	1.273	Coreia do Sul
Brasil (dados de 2010)	1.026	Áustria
Emirados Árabes Unidos	816	Portugal
Índia	787	Portugal
Kuweit (KFAED)	495	Grécia
Rússia	479	Grécia
Polônia	424	Nova Zelândia
Taiwan (Taipé Chinesa)	381	Luxemburgo

Fonte: Di Ciommo (2014).

Como se pode constatar dos dados acima aludidos, o panorama da cooperação internacional para o desenvolvimento está em mutação acelerada, e está se consolidando uma nova geografia da ajuda internacional. A presença crescente de novos doadores no “Sul Global”, como é o caso da China, Índia, Brasil, Turquia, Arábia Saudita ou Coreia do Sul, constitui, de certa forma, uma forte fonte alternativa de apoio aos países em desenvolvimento, em boa parte desiludidos com os resultados da ajuda dos chamados doadores “tradicionais”. Portanto, sem sobras de dúvidas, o crescimento da ajuda tem sido exponencial, sendo evidente o papel crescente que estes doadores desempenham no contexto nacional de vários países receptores, sobretudo em África Subsaariana¹², onde, na primeira década de 2000, cerca a metade do financiamento para infraestrutura na África Subsaariana veio do mundo em desenvolvimento (DI CIOMMO, 2014).

¹²A Eficácia da Ajuda e do Desenvolvimento. Debates e Perspectivas sobre a Ajuda ao Desenvolvimento a propósito do IV Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda.



DOAÇÃO DAS VACINAS: SOLIDARIEDADE OU ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO INTERNACIONAL?

Ao debruçar-se sobre a CSS é necessário ter-se atenção ao facto de que, embora ela tenha uma alegada origem “impoluta”, calcada em uma crença de solidariedade e irmandade sem compromisso, não gera, por si só, uma presunção de perfeição, pois realisticamente, a fraternidade não pode estar presente em todas as situações, uma vez que existem interesses e objectivos não declarados (CORRÊA, 2014). Em relação a cooperação conduzida pela China junto dos países em desenvolvimento, principalmente para com os do continente africano, existem vários questionamentos sobre as reais motivações e intenções. No entanto, sem querer descurar as diversas abordagens que interpretam os significados da presença da China em África, e muito particularmente em Moçambique, a massiva presença e actuação do gigante asiático é permeada de complexidades difíceis de serem identificáveis. Porém, apesar dessa complexidade, alguns estudos sobre a China em África revelam que, a cooperação desenvolvida pelo gigante asiático, nem sempre é por solidariedade ou então fraternidade. Tal-qualmente, nas relações comerciais e de investimentos, as relações nem sempre são vantajosas para os países africanos (SOUZA, 2014b; CONCEIÇÃO 2015; SAMBO, 2019). Com base nessas realidades, afastamos os pressupostos mais idealistas da cooperação internacional da China, “o que não significa, evidentemente, que suas estratégias de cooperação não possam adoptar e desenvolver critérios, normas ou, inclusive, responder a demandas de controles democráticos” e/ou de interesse colectivo (MILANI, 2012, p. 226).

Portanto, apoiando-nos na visão do autor imediatamente citado, argumentamos que, as estratégias da China, não são dissociadas das decisões relativas à inserção internacional deste actor emergente (projectão de poder político) e à internacionalização de seus respectivos capitalismos no cenário geopolítico e económico (projectão de poder económico regional e global) (MILANI, 2012). Nessa senda, apesar de a China negar objectivos geopolíticos e comerciais na distribuição das vacinas da COVID-19¹³, os dados disponíveis sobre a distribuição das vacinas chinesas revelam uma clara estratégia de internacionalização da China, bem como dos seus respectivos

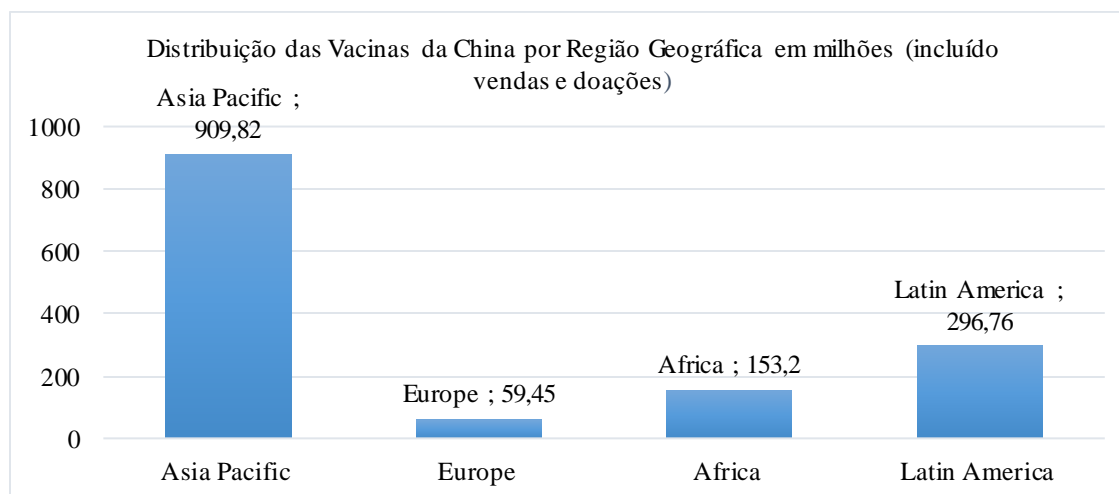
¹³Disponível em <https://www.dw.com> - China nega objectivos geopolíticos e acusa países ricos de acumularem vacinas – acesso: 14/10/2021



capitalistas (Indústria Farmacêutica Chinesa) no cenário geopolítico e económico ao nível regional (Asia-Pacífico) e global (África, América-latina, Europa), conforme indica a Figura 3.

No geral, até ao momento, a China forneceu vacinas directamente a quatro regiões geográficas, um total de 119 países ao redor do mundo, sob forma de venda e doação. Destas quatro regiões, a Ásia-Pacífico é a região geográfica que recebeu o número mais significativo de vacinas chinesas. A América-latina segue em segundo lugar com o número mais considerável de vacinas chinesas. Em contraste, apesar do continente africano ter recebido uma quantidade relativamente inferior das doses da vacina contra COVID-19, é a região que mais recebeu vacinas da China sob forma de doação. Sendo que, o número de países africanos (47) que estão recebendo as vacinas supera o das outras regiões (BRIDGE CONSULTING, 2023).

Figura 3. Distribuição das Vacinas da China por Região Geográfica (incluído vendas e doações)



Fonte: BRIDGE CONSULTING (2023).

Ademais, por meio dos dados disponibilizados pela Consultora *Bridge*, pode se perceber que a COVID-19 pode ter sido um grande momento para o desenvolvimento da Indústria Farmacêutica chinesa, no mercado regional e global¹⁴. A título ilustrativo, Sinovac, uma das principais fornecedoras de venda de vacinas da China, vendeu 848 milhões de doses de vacinas para mais de 48 países. Aliás, com base na quantidade de vendas globais da vacina chinesa pode-

¹⁴Disponível em https://bridgebeijing.com/our-publications/our-publications-1/china-covid-19-vaccines-tracker/#China8217s_Vaccines_Across_Regions - Acesso: 25/02/2023.



se concluir que, de facto, a América-latina é um importante mercado na internacionalização do capitalismo chinês, visto que, o desenvolvedor chinês de vacinas Sinovac, vendeu 230 milhões de doses para 8 países latino-americanos (de 848 milhões de doses vendidas globalmente)¹⁵.

Cabe, no entanto, notar que para além da Ásia-Pacífico ter sido um grande mercado para a venda da vacina da China, esta região, juntamente com o continente africano, constitui prioridade da China, no que diz respeito as doações das vacinas contra a COVID-19. Portanto, de certa forma, parece evidente o pressuposto de que “a maior parte dos provedores estão focados nos países vizinhos ou nas regiões estratégicas e não direccionados para a redução da pobreza” (DI CIOMMO, 2014, p. 5). Apesar de o continente africano não ser, em grande medida, um mercado para a venda das vacinas produzidas pela indústria farmacêutica chinesa, no plano político e diplomático a África é uma zona estratégica para as disputas de poder a nível global, conforme pode se observar do excerto abaixo:

A África, com os seus cerca de 54 países que representam aproximadamente um terço dos representantes nas Nações Unidas, acaba tomando-se a priori um palco político importante para os novos actores globais, tomando em consideração que no que tange aos assuntos internacionais, tendo como ênfase questões atinentes à diplomacia multilateral, onde, por regra, se recorre à equação seguida pelas organizações internacionais, isto é, um país, um voto, os países africanos acabam tomando-se actores importantes para as disputas de poder a nível global (CONCEIÇÃO, 2015:223).

Em acréscimo, importa salientar que, “o poder negocial de África está também ligado ao ressurgimento da sua importância geo-estratégica na configuração da segurança global, já que a luta contra o terrorismo [...] vieram colocar vários países e regiões africanas nas agendas de segurança global”.¹⁶ Portanto, o conjunto de dados acima arrolados, reforçam o posicionamento de Corrêa (2010, p. 89), na sua obra intitulada “Prática Comentada da Cooperação Internacional: entre a hegemonia e a busca de autonomia”, quando advoga que:

O crescimento da cooperação Sul-Sul possibilitou a expansão internacional dos países em desenvolvimento, os quais passaram a fazer uso da cooperação internacional como instrumento de “soft power” e de conquista de novos mercados para seus bens e serviços, movimento esse, diga-se de passagem, relativamente semelhantes às origens da actuação internacional dos países doadores tradicionais (CORRÊA, 2010, p. 89).

Portanto, a luz das abordagens da CID inspiradas no realismo das relações internacionais, argumentamos que, a cooperação da China em vacina com África, em particular Moçambique, sob

¹⁵Disponível em https://bridgebeijing.com/our-publications/our-publications-1/china-covid-19-vaccines-tracker/#China8217s_Vaccines_Across_Regions - Acesso: 25/02/2023

¹⁶www.plataformaongd.pt - A Eficácia da Ajuda e do Desenvolvimento. Lisboa: Plataforma das ONGD, 2011, p.36.



pretexto de fraternidade, constitui um meio para alcance de objectivos geopolíticos e geoestratégicos. Aliás, acreditamos que, ainda que um país em desenvolvimento preste cooperação a outro sem estabelecer condicionalismo, essas iniciativas são investimento, pois em algum momento, à frente, se espera ganhos políticos e económicos (CORRÊA, 2010).

Um exemplo claro, da situação descrita acima, pode ser visualizado a partir de algumas razões diplomáticas para a CID do gigante asiático a mundo fora. Notadamente, o isolamento de Taiwan tem constituído um claro objectivo das autoridades chinesas, em 2007 a China ofereceu cooperação e investimentos ao Malawi no valor de US\$ 6 bilhões. Em janeiro de 2008 o país africano deixou de reconhecer Taiwan e estabeleceu relações diplomáticas com a China. Subsequentemente, ainda em 2008, a cooperação chinesa para o Malawi caiu para US\$ 287 milhões (BANDA, 2008 apud SOUZA, 2014).

CONCLUSÃO

139

No presente artigo, procurou-se reflectir em torno das reais motivações e intenções da doação das vacinas da COVID-19 pela China ao redor do mundo, em especial para África. Da análise em torno das relações China-África constatou-se que, a presença da China no continente africano não é recente, e tem uma dimensão histórica assinalável. Sendo que, no período que se estende de 1950 – 1970, as relações entre China e África eram fundamentadas por uma forte tendência ideológica e busca sistemática de reforço dos benefícios políticos. No entanto, a partir dos anos de 1980 – 2000, a estratégia de actuação da China em África caracterizou-se por um maior abrandamento no investimento ideológico, passando a privilegiar o seu foco no incremento da valorização dos benefícios económicos. De 2000 até então, as relações políticas e económicas entre China e África foram direccionadas para o benefício do desenvolvimento bilaterais nas mais diversificadas áreas, incluindo o sector da saúde, que recentemente ganhou fôlego com a doação das vacinas de prevenção da COVID-19 pela China a vários países africanos em desenvolvimento, no âmbito das relações de amizade e cooperação bilateral entre China e África. Relativamente as reais intenções e motivações da doação das vacinas a vários países em desenvolvimento, principalmente para os do continente africano, constatou-se que a identificação das razões por de trás da doação não constitui uma tarefa fácil, pois as doações das vacinas da COVID-19 são



permeadas de um discurso de solidariedade e fraternidade – tornar a vacina um bem público global, entre outras narrativas.

Contudo, apesar dessa complexidade, os dados indicam que, por um lado, as estratégias da ajuda internacional para o desenvolvimento da China, incluindo a doação das vacinas contra COVI-19, a vários países ao redor do mundo, são objectivamente instrumentais: para manter voz nos grandes temas da política internacional; e para o seu desenvolvimento económico. Portanto, embora a cooperação conduzida pela China se denomine por solidária e desvinculada de outros interesses que não sejam a promoção do empoderamento dos países do Sul, a China actua, histórica e tendencialmente, de acordo com seus interesses, em função de suas respectivas agendas de política externa e necessidades de inserção internacional. Ou seja, a motivação diplomática para a concessão da ajuda internacional da China tem sido a busca de apoio dos países receptores em instituições internacionais, e especialmente na ONU, em que decisões são tomadas por voto, e cada país tem direito a um voto. Visando à inserção internacional deste actor emergente e à internacionalização de seus respectivos capitalistas no cenário geopolítico e económico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIAS

CHICHAVA, S. “O inimigo é o modelo”! Breve leitura do discurso político da Renamo. Maputo, **IDEIAS, Boletim n° 19**, 2009.

CONCEIÇÃO, F. da. **Implicações Políticas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em Moçambique: Da Solidariedade Socialista à Trajetória Tradicional do Norte e à Experiência Emergente do Sul (1975-2013)**. Tese de Doutorado - IESP / UERJ.

CORREA, M. L. **Prática Comentada da Cooperação Internacional: entre a hegemonia e a busca de autonomia**. Brasília: [s.n], 2010.

DI CIOMMO, M. **O futuro da cooperação para o desenvolvimento: O papel crescente dos doadores emergentes**. Development Initiatives. Mar. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/0KQV1M>>.

GARCIA, A. S.; ASSIS, C. C. de; RIBEIRO, R. A. **Covid-19 no Continente Africano: Impactos, Respostas e Desafios**. Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, Rio de Janeiro, IPEA /, 2020.



LEITE, I. C. Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos. **Observador Online**. v.7. n.03. mar. 2012.

MILANI, C. R.S. Apreendendo com a História: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p.211-231, Maio/Ago.2012.

PINO, B. A. **Evolução Histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS)**. In: Souza e Melle, A. (org.). Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2014, p. 57-87.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

ROQUE, P.; ALDEN, C. **China em Moçambique: Prudência, Compromisso e Colaboração**. In: Amaba e o Dragão. Relações Moçambique-China em Perspectiva. IESE/SAIIA. Maputo: IESE, pp.11-32.

SAMBO, M. G. **Panorama, Reflexões e Desafios do IDE da China em Moçambique no Contexto dos BRICS**. In: CHICHAVA, S (org). Desafios para Moçambique 2019. Maputo: IESE, pp.335-351.

SOUZA, André M. E. A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da Índia e da China In: SOUZA, André Mello. E. (org). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014b. pp.251-277.

SOUZA, André M. E. Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento. In: SOUZA, André Mello. E. (org). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014a. pp.11-33.



ÁFRICAS NA PÓS-GRADUAÇÃO



A sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta resultados de pesquisas de Mestrados e Doutorados recém-concluídos cujas temáticas, linhas de abordagem, procedimentos metodológicos e/ou contribuição teórico-conceitual são considerados relevantes. João Carlos Mendes Lima, docente e pesquisador convidado neste número, desenvolveu um estudo sobre *Conflito entre Saberes na Urbanização: As tradições das Comunidades e o Planeamento Territorial na Cidade de Mocuba*.

142

João Carlos Mendes Lima
Professor Associado na Universidade
Licungo em Quelimane, Moçambique.
Contato: jocarlima57@gmail.com

Como citar:
LIMA, J.C.M. Áfricas na pós-graduação.
Entrevista de João Carlos Mendes Lima. **Boletim
GeoÁfrica**, vol. 2, n. 5, p.142-146, jan.-mar 2023.

Biografia académica do pesquisador. João Carlos Mendes Lima, terminou a Licenciatura em Ensino de Geografia no Instituto Superior Pedagógico, actual Universidade Pedagógica de Maputo (Moçambique) em 1989. Em 2010, concluiu o Mestrado em Planificação, Gestão Ambiental e dos Recursos Naturais na Universidade Politécnica de Madrid, Espanha. Em 2016 concluiu o Doutoramento em Geografia pela Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique. João Carlos Mendes Lima é atualmente Professor Associado na Universidade Licungo em Quelimane, Moçambique.

Tese de Doutorado: LIMA, João Carlos Mendes. *Conflito entre Saberes na Urbanização: as tradições das comunidades e o planeamento territorial em Mocuba*. Tese de Doutorado em Geografia; Universidade Pedagógica de Moçambique, 2016.



Resumo da tese: A pesquisa de Doutorado analisa os espaços urbanos do país e de Mocuba em particular procurando captar as razões que influenciaram e influenciam o processo de produção do espaço, as formas de ocupação de solos urbanos e as desigualdades espaciais na cidade de Mocuba, incorporando os saberes locais e a sua relação com o ordenamento jurídico. A pesquisa refletiu sobre a espacialidade dos processos, as dinâmicas internas, o papel e a função da cidade, as relações sociais, entre outros, em várias escalas.



Foto: acervo pessoal de João Lima

Qual a relevância da pesquisa?

A pesquisa decorre da reflexão que se obtém da literatura publicada que enfatiza a urbanização em Mocuba e em Moçambique em geral decorre de um processo muito rápido, sustentado pelo acentuado êxodo rural, onde há a transposição do *modus vivendi* do rural para o urbano. O trabalho de campo apurou que a rápida urbanização surge no período pós-independência, mais precisamente com a municipalização das cidades e vilas, o que dificulta desenhar planos efectivos de ordenamento territorial capazes de garantir uma boa qualidade de vida aos seus cidadãos. Por isso, há necessidade de formular acções estratégicas, uma vez que, sem considerar os factores determinantes do desenvolvimento, não será possível reverter o cenário actual, por um lado. Por outro, a estratégia deve ser de longo prazo, porque não é possível reverter factores tão significativos, como os que deram origem ao quadro actual de ordenamento territorial, em curtos espaços de tempo.



Nas cidades moçambicanas, a exemplo de Mocuba, devido a essa rápida urbanização, verifica-se uma ocupação espontânea e informal das áreas periféricas que se expandem de forma acelerada em relação ao processo formal de ordenamento territorial dessas urbes. O crescimento urbano rápido que a cidade experimenta está a provocar mudanças no espaço urbano, assim como nas relações sociais, económicas, culturais e ambientais.

Qual o objetivo que norteou a pesquisa?

O objectivo geral desta pesquisa foi de analisar a problemática da estratégia de inclusão de saberes locais para reduzir o conflito decorrente do processo de planeamento urbano, a partir de uma reflexão baseada na Cidade de Mocuba. Mais especificamente a pesquisa pretendeu identificar os atores da produção do espaço urbano no estabelecimento das relações sociais de produção, o planeamento urbano e a reestruturação territorial; discutir os reflexos do fenómeno na dimensão teórica, concebida a partir do reconhecimento de uma nova “ordem urbanística” implantada em Moçambique, sob a perspectiva das normas do ordenamento territorial de Estado e de poder público municipal; identificar as evidências de saberes locais na dinâmica de vida da cidade que são usados na modernidade; e reflectir sobre o reconhecimento de estudos, que incorporem os saberes locais no processo de planeamento e ocupação dos espaços urbanos, com o intuito de elaborar um modelo de planeamento urbano inclusivo, baseado na nova abordagem da Geografia Inclusiva.

Quais foram os principais resultados da pesquisa?

Na produção do espaço urbano de Mocuba jogaram papel de relevo no conflito entre saberes, o Estado, como definidor do poder e que dita as regras, o capital que usa estratégias e mecanismos diversos para a sua reprodução e manutenção para explorar os recursos naturais e a mão-de-obra. Em contraste, existe o saber local que tem o espaço como condição, meio e produto de acção, mas se viu desterritorializado, recorrendo a entrega da sua força braçal ao capital, rompendo com a sua tradição e cultura. Esta desterritorialização gerou conflito entre os saberes porque os sujeitos respondiam, de diversas formas a ordem imposta pelo Estado e pelo capital, mas sempre foi respondida com violência ou por expropriação das suas terras. Por isso, os saberes



locais foram marginalizados no processo de planeamento urbano e urbanização, porque a sua cultura e conhecimento foi negada tanto pelo colonialismo, assim como pelo Estado moçambicano, por considerar primitivo e tradicional.

A pesquisa identificou evidências de saberes locais ligadas a tecnologias de construção, educação, produção e fundamentos de economia de escala, que podem ser usadas no planeamento urbano, assim como em várias áreas do saber e até princípios tecnológicos para serem incorporados na modernidade. Além disso a pesquisa considera necessário enveredar por um planeamento urbano inclusivo, baseado na perspectiva da Geografia Inclusiva, como mecanismo para minimizar os conflitos decorrentes da produção do espaço urbano.

A posição geo-estratégica e de confluência de dois rios, Licungo e Lugela constituem factores que contribuíram e até certo ponto determinaram a localização da cidade de Mocuba, confirmada com a construção do palácio do Administrador do Distrito exactamente onde Mocuba *Muno* teria erguido a sua residência.

O estudo apurou que a ocupação espontânea e informal das áreas periféricas avança mais rapidamente em relação ao processo formal de ordenamento territorial, consubstanciado pelo facto das estruturas municipais pouco fiscalizarem o cumprimento das normas por elas estabelecidas, por um lado. Por outro, o ordenamento surge muito depois da ocupação espontânea e se assume que a ausência de instrumentos de monitoria do processo seja pelo facto do exercício ser baseado em normas “estranhas” aos próprios fiscais. O adensamento informal e a espontaneidade na ocupação do solo urbano influenciou e até certo ponto determinou e determina a localização residencial do subúrbio, porque os sujeitos de baixa renda consideram ser desse modo, que podem ter acesso a vários serviços e facilidades oferecidas pela cidade.

Do mesmo modo, apurou ter sido a expansão mercantil, a colonização, a mercadorização da terra e a estratégia de sobrevivência, que justifica o adensamento nos subúrbios e não propriamente por causa da transposição dos *modus vivendi* do rural para o urbano, pelo que a hipótese inicial não foi confirmada.

A cidade de Mocuba convive com aspectos e fenómenos resultantes da influência da modernidade e globalização, ao ocorrerem sucessões urbanas, empurrando os pobres para fora da cidade, com a modernização dos edifícios e das ruas, bem como na mudança na alimentação,



relegando para última preferência os pratos típicos locais em substituição de pratos de outras culturas.

Finalmente, mas não o menos importante, o planeamento urbano, deve constituir um exercício de busca constante de reconciliação da diversidade local com a inclusão dos saberes locais para acomodar os interesses de todos na busca da harmonia, na sustentabilidade da produção

do espaço urbano. Daí, se defende que o planeamento urbano inclusivo, deveria identificar as “unidades íntegras” que aparentando uniformes procura encontrar as singularidades do local, como um exercício de reconhecimento e valorização de *nuances* ou variações aparentemente insignificantes. Por isso, o planeamento urbano inclusivo não significa a mera participação dos actores, mas sim, uma teoria de valorização das especificidades dos lugares e da leitura dos atores sobre essas especificidades, essas “unidades íntegras”, essas *nuances* do lugar. Em suma, a contribuição da tese está na apresentação da nova abordagem para realizar leituras das diferentes manifestações dos saberes locais no espaço, porque se entende que a Geografia, deve procurar incluir atores de outras áreas, para ser capaz de entender e saber ler as diferentes interpretações do espaço.

Quais foram os principais obstáculos enfrentados ao longo da pesquisa?

O principal obstáculo enfrentado durante a pesquisa esteve relacionado com a reduzida publicação e socialização de obras de autores africanos e moçambicanos que abordam a urbanização, em particular em cidades médias de Moçambique. Só recentemente é que começam a surgir obras resultantes de trabalhos de culminação de programas de pós-graduação e de geógrafos, mas em grandes cidades nacionais.



RESENHA



MALOA, Mawana Wa. Urbanização Moçambicana Contemporânea: O processo da sua formação. Volume I. Mauritius: Novas Edições Acadêmicas: 2020.

Por Sérgio Alimo Carlos

147

Sérgio Alimo Carlos
Estudante da Graduação em Geografia da
Universidade Rovuma -Extensão do
Niassa, Moçambique, Grupo de Estudo da
Geografia Urbana (GEU -UniRovuma).

Como citar

ALIMO CARLOS, S. Resenha: MALOA, Mawana Wa. Urbanização Moçambicana Contemporânea: O processo da sua formação. Volume I. Mauritius: Novas Edições Acadêmicas: 2020. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 5, p. 147-149, jan.-mar. 2023.



Mwana Wa Maloa

A Urbanização Moçambicana Contemporânea

O processo da sua formação
Volume I

 Novas Edições
Acadêmicas



O livro de Mawana Wa Maloa, publicado em 2020, pela Editora Novos Estudos e intitulado: “A urbanização moçambicana contemporânea: O processo da sua formação, é produto de uma Tese de Doutorado defendida na Universidade de São Paulo (Brasil). A obra apresenta uma proposta de interpretação da urbanização moçambicana contemporânea, cuja dimensão paisagística se manifesta cada vez mais como dual. Para alcançar seu objetivo, o autor buscou identificar e caracterizar as diferentes etapas da formação socio espacial moçambicana, recorrendo a Geografia Histórica Urbana como ferramenta analítica para o tratamento do material empírico colhido a partir de diversas fontes.

Numa perspectiva de Geografia crítica, Maloa pretende mais entender o presente da urbanização moçambicana do que seu passado. O autor não procurou reescrever, ou rever, a história de Moçambique, mas produziu, por intermédio dela, um texto que tem coerência. Sendo assim, a abordagem em termos de Geografia Histórica Urbana exige um esforço de compreensão do surgimento do processo de urbanização moçambicana, reconstituindo, para isso, o sistema das transformações de que a situação atual é herdeira: voltando para o passado como um ponto de pergunta de partida da reflexão neste livro (CASTEL, 1998).

Com esta perspectiva, o autor procurou, como diz Garland (2008), distanciar-se da narrativa histórica e, sobretudo, de uma história completa do passado. É a partir deste ponto que Maloa identifica as tendências e descortina os horizontes de opções com que se confrontaram os agentes responsáveis pela (re)produção da urbanização moçambicana.

Sua análise do trabalho foi realizada em dois eixos de análise: o período colonial e o pós-colonial. No período colonial, o autor buscou compreender os fatores responsáveis pela urbanização moçambicana dos quais somos herdeiros hoje. No segundo, procurou apreender a dinâmica urbana produzida no período pós-colonial. Ainda, dentro deste eixo, buscou captar as continuidades e descontinuidades do processo, identificando alguns arranjos que surgiram ou se desenvolveram ao longo do tempo e suas múltiplas determinações, que acentuam cada vez mais a segregação urbana entre o *núcleo* e a *periferia*, organizando não apenas a dualidade urbana, mas exprimindo novas formas de segregação urbana (como a Gentrificação) alimentadas pelo neoliberalismo que fortalece o que o autor chama de *acumulação da dualidade urbana*. Esse fenómeno deve ser entendido, segundo Maloa, como uma das características maiores da urbanização contemporânea moçambicana. Enquanto isso, o assentamento humano original



ultrapassa os limites de uma área urbana em direção à outra, ao longo das estradas principais que liga o país do Norte ao Sul. num processo de crescimento contínuo das periferias urbanas. Como diz o autor, citando Viana (2012), esse crescimento configura sistemas complexos que ultrapassam os limites geográficos e/ou urbanísticos.



GeoÁfrica divulga... Eventos



XV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, Palmas - TO de 09 a 13 de outubro de 2023



Os encontros acadêmicos consistem em momentos consagrados no debate científico na medida em que permitem a socialização da pesquisa construída em diferentes campos do conhecimento. Sob esta perspectiva a realização do XV ENANPEGE proporcionará à comunidade geográfica nacional de pós-graduação dar continuidade à troca de experiências científicas e profissionais prejudicadas durante este momento de pandemia, através da apresentação de trabalhos científicos e pesquisas, realizadas nos mais diferentes subcampos da Geografia e áreas afins, bem como discutir os principais temas que envolvem o contexto político e social do país, e, em particular as perspectivas da educação, da pesquisa, da formação acadêmica, da ciência e tecnologia frente ao contexto contemporâneo atual, sobretudo no Brasil. Nesta XV edição do ENANPEGE o tema do evento será “Geografias da Esperança: revisar o Brasil, dialogar com o mundo” e norteará as temáticas debatidas nas Conferências, Mesas Redondas e Grupos de Trabalho (GTs). Esta será a primeira edição presencial do evento após a pandemia do Coronavírus/Covid-19. Não obstante, acontecerá ainda num contexto de crises institucionais, notadamente política e econômico-financeira, cujo reflexo se projetou diretamente sobre a organização das universidades e, nelas, sobre os programas de pós-graduação. Isso nos leva a compreender a necessidade de um evento que represente uma transição de cenários. Contudo, nesta edição poderemos também lançar um olhar mais panorâmico sobre os efeitos da pandemia na pesquisa e na produção geográficas e na formação de docente de alto nível. Nesta perspectiva, temos a intenção de realizar um encontro em que a pós-graduação em Geografia brasileira possa olhar para si dentro de contextos nacionais, reconhecer-se e projetar possibilidades, a serem vislumbradas numa perspectiva dialógica com Geografias de outros países.



A construção do ENANPEGE aponta uma esperança necessária, concreta e definitivamente assegurada na coragem e na luta, mesmo em tempos sombrios. Isso significa defender a liberdade de pensamento, o diálogo de saberes, a circulação de ideias, a bibliodiversidade e o direito de todos e todas de se expressarem, não só na esfera da academia, mas também do largo tecido social. Do mesmo modo, defender o direito de exporem a sua visão e a sua experiência sobre o mundo do trabalho, a estrutura territorial, a cultura e qualquer tema e assunto que requisitem uma interpretação lúcida para que não redundem em constatações opressoras, muito próprias dos regimes autoritários.

O XV ENANPEGE é uma realização da ANPEGE (diretoria do biênio 2022-2023: Outros Outubros Virão) em associação com o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da UFT. Este programa é sediado no campus de Porto Nacional, município distante da capital, Palmas, em 65 km, tendo sido criado no ano de 2011. Próximo de completar doze anos de existência, o PPGG conta com 107 dissertações defendidas até o momento e no ano de 2022 a sua nota no sistema de avaliação da CAPES foi elevada de 3 para 4. Quando de seu surgimento, em 2011, foi de fundamental importância o estágio de Professor Visitante Nacional Sênior PVNS/CAPES de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP) na UFT. Doze anos depois, o programa conta hoje com 17 professores, sendo 13 permanentes e 4 colaboradores. Eles estão distribuídos em três linhas de pesquisas: Análise e Gestão Geoambiental; Estudos Geoterritoriais; e Ensino de Geografia, componentes de uma única área de concentração: Dinâmica Geoterritorial e Geoambiental.

O PPGG conta com o suporte dos núcleos: NURBA – Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários (responsável pela Revista Produção Acadêmica); NEMAD – Núcleo de Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento (responsável pela Revista Interface); e NEUCIDADES – Núcleo de Estudos Urbanos e das Cidades. Além desses núcleos, o PPGG conta ainda com o OPTE – Observatório de Políticas Territoriais e Educacionais e com os laboratórios LEGEO – Laboratório de Ensino de Geografia; LAGET – Laboratório de Estudos Geoterritoriais e LGA – Laboratório de Análises Geoambientais.



ST 013. África contemporânea: temas, problemas e abordagens

Coordenação: Fábio Baqueiro Figueiredo (UFBA - Universidade Federal da Bahia), Viviane de Oliveira Barbosa (Universidade Federal do Maranhão / Universidade Estadual do Maranhão)

Descrição: Este simpósio temático pretende reunir trabalhos sobre História da África contemporânea (grosso modo, do início do século XIX aos dias atuais) resultantes de pesquisas acadêmicas desenvolvidas no Brasil ou em outros países e sobre temas variados, que abordem questões como: artes, culturas, poder, gênero, movimentos sociais, produção de conhecimento, dentre outros. O simpósio visa promover um fórum de discussão para tratar da historiografia da África e dos africanos, com ênfase no debate das agendas de pesquisa consolidadas e emergentes, e suas abordagens teórico-metodológicas. Desse modo, com base na experiência acumulada de simpósios anteriores (São Paulo, 2011; Natal, 2013; Florianópolis, 2015; Brasília, 2017; Recife, 2019), objetiva ser um espaço de diálogo para tratar das condições de pesquisa e ensino, para fazer um diagnóstico dos trabalhos na área em nível nacional e para discutir os avanços e os desafios do GT História da África desde a sua criação em 2011.

ST 012. África Antiga ao século XVIII: temas, problemas e abordagens

Coordenação: Thiago Henrique Mota Silva (Universidade Federal de Viçosa), Flávia Maria de Carvalho (UFAL)

Descrição: O campo de estudos africanos no Brasil segue em franco crescimento, com pesquisas de ponta e alcance internacional. Motivada pelas lutas históricas dos movimentos negros, que culminaram na Lei 10.639/2003, a História da África nas universidades brasileiras atende às demandas da pesquisa, no que diz respeito ao avanço do saber sobre sociedades, culturas, economias e políticas africanas, ao longo dos séculos; do ensino, referentes à formação inicial e continuada de professores; e da extensão, no tocante à popularização do conhecimento e à curricularização da extensão nos cursos de História. Diante desse quadro, este Simpósio Temático (ST) é dedicado aos estudos africanos correspondentes ao período entre o surgimento das primeiras sociedades no continente até o ano de 1800. Esperam-se contribuições resultantes de pesquisas sobre variados aspectos da história africana; de experiências de ensino enquadradas nesse recorte temporal; e de projetos de extensão cujo objetivo seja promover maior engajamento da sociedade com o conhecimento referente a essa cronologia





UNIVERSITÉ ASSANE SECK DE ZIGUINCHOR -
SÉNÉGAL
UFR DES LETTRES, ARTS ET SCIENCES
HUMANES
Centre de Recherches Interdisciplinaires
sur les Langues, les Littératures, l'Histoire, les
Arts et les Cultures



6^e Colóquio Internacional

**O ESTADO:
ENTRE O UNIVERSALISMO E
VARIABILIDADE DAS
PRÁTICAS**

ZIGUINCHOR
Senegal

07, 08 et 09
décembre 2023

UNIVERSITÉ ASSANE SECK

Chamada de
Comunicações

Data limite para a submissão de
propostas: 30 de Janeiro 2023
para os e-mails:
sndong@univ-zig.sn et
ml.manga@univ-zig.sn.



VI^e Colloque International
L'ÉTAT :
ENTRE UNIVERSALISME ET
VARIABILITÉ DES PRATIQUES
UNIVERSITÉ ASSANE SECK



Temas :

- O Estado: definições, teorias, ideologias, funções e funcionamento;
- Fronteiras estatais e relações internacionais;
- Estados da África Ocidental: nascimentos, evoluções, escolhas políticas e constrangimentos;
- O Estado: relação entre constituições e convenções internacionais;
- Estado, religiões, empresas, sociedade civil e mídia;
- O Estado: Imaginários, representações e formas de contestação nas letras e nas artes;
- O Estado e os direitos humanos na era das redes sociais;
- O Estado entre o local e o global face às alterações climáticas



VI^e Colloque International
L'ÉTAT :
ENTRE UNIVERSALISME ET
VARIABILITÉ DES PRATIQUES
UNIVERSITÉ ASSANE SECK



Condições de participação:

Aberto a todos os pesquisadores de letras, artes, ciências humanas e sociais, com prioridade para abordagens multidisciplinares

Apresentação de trabalhos:

Idiomas aceites: francês, inglês e português
Titulação mínima: mestrado

Tamanho máximo: 3 000 caracteres
prazo: 30 de janeiro de 2023

para os e-mails:
sndong@univ-zig.sn e
ml.manga@univ-zig.sn

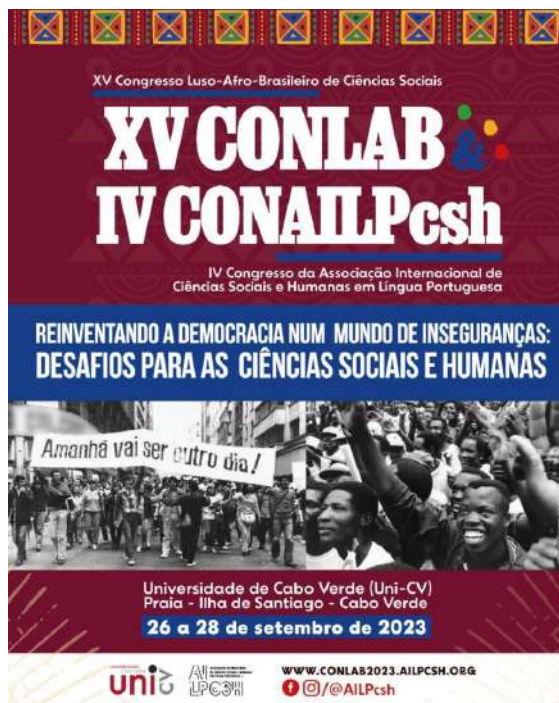
Taxa de inscrição: 50 000 FCFA





**XV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (CONLAB)
e
IV Congresso da AILPcsh (CONAILPcsh)**

26 a 28 de setembro de 2023 na Uni-CV (Praia, Ilha de Santiago, Cabo Verde)



A Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa (AILPcsh) e a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), universidade anfitriã, tem a satisfação em lançar a **1ª Circular do XV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (CONLAB) e do IV Congresso da AILPcsh (CONAILPcsh)**, a serem realizados no período de 26 a 28 de setembro de 2023 na Uni-CV, na cidade da Praia, Ilha de Santiago, em Cabo Verde. Conclamamos a comunidade científica e a sociedade civil a engajar-se nessa mobilização acadêmica e social em torno de uma temática da mais alta relevância em escala mundial – Reinventando a Democracia num Mundo de Inseguranças: Desafios para as Ciências Sociais e Humanas. São encontros e encantos à vista em setembro de 2023, na Ilha de Santiago em Cabo Verde! Acompanhem as redes sociais da AILPcsh e fiquem atentos/as para o lançamento do site e abertura e inscrições para submissão de propostas

<https://www.ailpcsh.org/2023/03/01/1a-circular-internacional-xv-conlab-e-iv-conailpcsh>



AFRICAN STUDIES ASSOCIATION 2023 ANNUAL MEETING



African Presences: Envisioning Africa in Text and Deed

PROGRAM CHAIRS:

Claudia Gastrow (Univ. of Johannesburg) and Shobana Shankar (Stony Brook Univ.)

Submission Deadline: April 2, 2023 INQUIRIES: members@africanstudies.org



GeoÁfrica divulga... Chamadas

155



Chamadas para artigos científicos e contribuições diversas

O Boletim GeoÁfrica consagra seu 6º número (2º trimestre de 2023) à temática “Mobilidade e Circulação na África subsaariana”, objetivando contrapor-se firmemente a uma cada vez mais ultrapassada noção de um continente estagnado, imóvel e/ou associado a seu passado (que por ter sido alvo de uma sistemática tentativa de apagamento colonial, é por vezes demasiadamente



idealizado). Neste sentido, não faltam exemplos na África subsaariana de grandes projetos destinados a promover uma maior fluidez e Circulação em escala continental (novos portos, ferrovias, rodovias etc.), projetos estes cada vez mais levados a cabo por parceiros econômicos distintos dos tradicionais investidores do Norte do globo (como China, Índia, Brasil, Turquia etc.). Ao mesmo tempo, na escala urbana, o crescimento impressionante das cidades africanas nas últimas décadas tem levado a uma miríade de novas soluções para a circulação de pequeno alcance, como vans, mototáxis, bicicletas etc., sem contar a ainda fundamental circulação no meio rural, muitas vezes realizada em estradas de terra e baseada em um ritmo mais lento do que o imperativo da fluidez tenta impor à temporalidade da natureza. É ainda necessário mencionar o quadro de uma circulação aérea em notável transformação na África subsaariana, com a substituição de antigas hegemonias (continentais e externas) por novos agentes e lugares envolvidos nessas dinâmicas, e uma emergente circulação de dados por meio de uma crescente instalação de data centers, cabos de fibra ótica e antenas de telefonia móvel por todo o continente. Do ponto de vista da Mobilidade, para além das já bem conhecidas e estudadas dinâmicas históricas como as migrações bantu e o tráfico de escravizados, é inquestionável a centralidade que o movimento populacional tem adquirido no funcionamento das sociedades africanas contemporâneas, seja na diáspora (com o candente tema das remessas internacionais), seja nos fluxos internos do próprio continente – que vão desde o comércio exterior, passando pelos fluxos econômicos transfronteiriços, até os grandes deslocamentos de refugiados (nem sempre sendo possível distinguir claramente entre os dois últimos). Para além destas mencionadas, dinâmicas como a mobilidade acadêmica e os fluxos turísticos nos ajudam a fechar a tese de que, ao invés de uma região estagnada, imóvel e/ou presa ao passado, a África subsaariana está em constante e progressivo movimento, razão pela qual não devem faltar boas discussões, argumentos e exemplos concretos para compor esse número especial do Boletim GeoÁfrica.

Assim, a equipe editorial do Boletim GeoÁfrica convida todos@s interessad@s a colaborar conosco na publicação deste número especial sobre “Mobilidade e Circulação na África subsaariana” enviando artigos científicos (avaliados por pares), textos destinados a sessão atualidades ou ainda resenhas de artigos e livros.

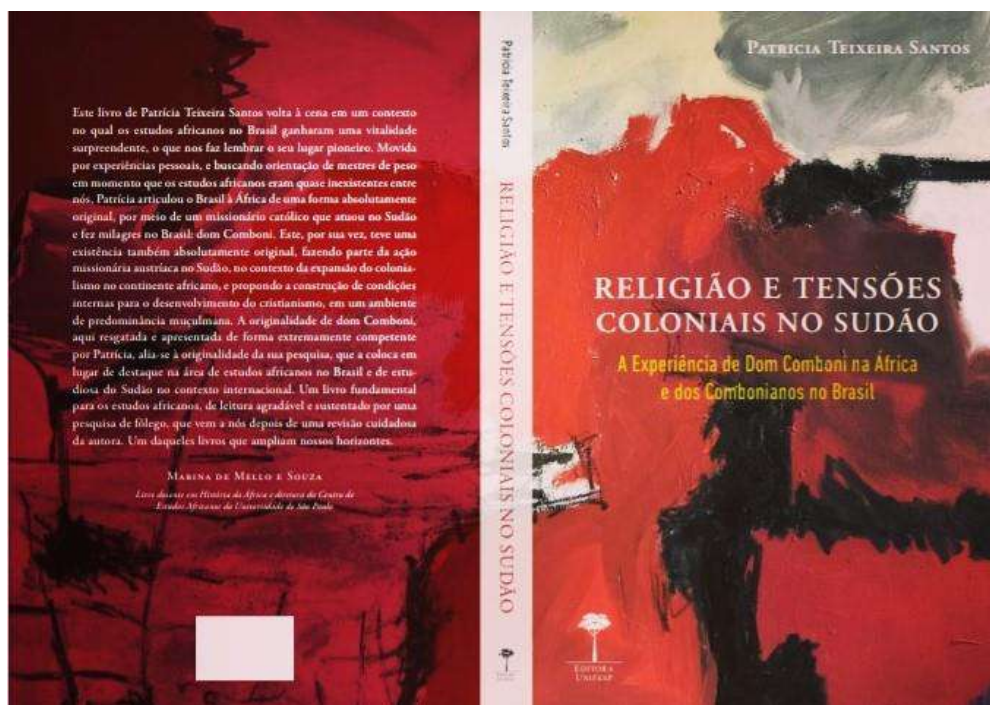
Site da Revista: <https://revistas.ufrj.br/index.php/bg/index>

Informações: geoafrica@igeo.ufrj.br





GeoÁfrica divulga... Lançamentos de livros



157

Apresentação do livro Patrícia Teixeira Santos, autor do livro: este livro é a segunda edição da obra que publiquei baseada no meu mestrado. A época os estudos sobre as Missões Africanas no Brasil eram realizados por pesquisadores pontuais e no conjunto da compreensão do que era o fenômeno colonial. No entanto, após o fim dos mandatos coloniais na África, os processos missionários continuaram e ganharam dimensões profundas, desenvolvendo papéis importantes nos atuais estados Africanos. Tal situação complexa evidencia a atualidade do tema e o avanço de pesquisas regionais e das redes das atuações missionárias no mundo contemporâneo. A obra já foi bastante utilizada nas pesquisas dos estudos africanos, ciências da religião e missiologia. Devido a repercussão inicial tem a segunda edição com mudança de título, prefácio de Lorenzo Macagno, do Departamento de Antropologia da UFPR e um capítulo de 20 anos da trajetória do estudo sobre as Missões Africanas na historiografia.

Lançamento do Livro *Religião e Tensões Coloniais no Sudão: a experiência de Dom Comboni na África e dos Missionários Combonianos no Brasil*.

Patrícia Teixeira Santos. Prefácio de Lorenzo Macagno (UFPR). Capa de Eliane Nunes

Apresentação da obra e debate com os professores Lucia Helena Oliveira Silva (UNESP), Thiago Sampaio (PPGH-UNESP) e Nuno de Pinho Falcão (UNILAB)

Dia 12 de abril às 19h no Google meet

Inscrição para participação no evento: <https://forms.gle/wtQdnG6wV1N5t73a6>